

---

**“ANÁLISE E MAPEAMENTO DOS TIPOS DE ASSENTAMENTOS NO BRASIL:  
COMPREENDER A DIVERSIDADE E A ATUALIDADE DA REFORMA AGRÁRIA  
BRASILEIRA - ESTUDO DOS ASSENTAMENTOS DAS REGIÕES NORTE E  
NORDESTE”**

RELATÓRIO FINAL



**Orientando:** Estevan Leopoldo de Freitas Coca

**Orientador:** Bernardo Mançano Fernandes

Presidente Prudente, Maio de 2008.

## Sumário

INTRODUÇÃO	1
1. RESUMO DO PLANO INICIAL	4
1.1. OBJETIVOS GERAIS	4
1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	4
1.3. PLANO DE ATIVIDADES INICIAL DETALHADO	4
1.4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PLANO INICIAL	5
1.5. PLANO DE ATIVIDADES PARA O SEMESTRE FINAL	5
1.6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES PARA O SEGUNDO SEMESTRE	6
2. RESUMO DO QUE FOI REALIZADO NO PERÍODO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO	7
3. DEBATENDO A TUALIDADE DO CONCEITO DE REFORMA AGRÁRIA	7
3.1. A REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DA TEORIA	8
3.2. A REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DA POLÍTICA	13
3.3. A REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DA REALIDADE	15
3.4.1. O GOVERNO SARNEY (1985-1991)	16
3.4.2. O GOVERNO FERNANDO COLLOR DE MELLO (1990-1992)	17
3.4.3. O GOVERNO ITAMAR FRANCO (1992-1994)	18
3.4.4. O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)	19
3.4.5. O GOVERNO LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2006)	20
4. A QUESTÃO AGRÁRIA NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE	21
4.1. A QUESTÃO AGRÁRIA NA REGIÃO NORTE	21
4.2. A QUESTÃO AGRÁRIA NA REGIÃO NORDESTE	24
5. METODOLOGIA DATA LUTA ASSENTAMENTOS	26
5.1. ANO DE ORIGEM	27
5.2. CAPACIDADE DE FAMÍLIAS	28
5.3. TIPOLOGIA DE ASSENTAMENTOS	28
6. RELAÇÃO E TERRITORIALIDADE DOS TIPOS DE ASSENTAMENTOS NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE	32

7. DISTRIBUIÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS TIPOS DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE	40
8. DISTRIBUIÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS TIPOS DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE	66
9. A IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO SEGUNDO GOVERNO FHC (1999-2002) E NO PRIMEIRO GOVERNO LULA (2003-2006)	82
10. DETALHAMENTO DOS PROGRESSOS REALIZADOS	93
11. PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA PARA A ETAPA SEGUINTE	93
11.1. PLANO DE ATIVIDADES PARA A PRÓXIMA ETAPA	93
11.2. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES PARA A PRÓXIMA ETAPA	95
12. ATIVIDADES RELACIONADAS À PESQUISA	95
12.1. REUNIÕES E COLÓQUIOS.	95
12.2. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	99
12.3. TRABALHOS APRESENTADOS EM EVENTOS	99
12.4. PUBLICAÇÕES	100
12.5. PREMIAÇÕES	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
BIBLIOGRAFIA BIBLIOGRÁFICA	102
BIBLIOGRAFIA	104

### **ÍNDICE DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1 - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS (RA) NA REGIÃO NORTE POR TIPO - 1969-2006	46
GRÁFICO 2 - NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTAMENTADAS NA REGIÃO NORTE POR TIPO DE ASSENTAMENTO (RA) - 1969-2006	47
GRÁFICO 3 - ÁREA DOS ASSENTAMENTOS DA REGIÃO NORTE POR TIPO DE ASSENTAMENTO (RA) - 1969 - 2006	47
GRÁFICO 4 - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS (RA) NA REGIÃO NORDESTE POR TIPO	48

1969 - 2006	
GRÁFICO 5 - NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS NA REGIÃO NORDESTE POR TIPO DE ASSENTAMENTO (RA) 1969-2006	48
GRÁFICO 6 - ÁREA DOS ASSENTAMENTOS DA REGIÃO NORDESTE POR TIPO DE ASSENTAMENTO (RA) – 1969-2006	49
GRÁFICO 7 - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS (RAM) NA REGIÃO NORDESTE - 1998 - 2006	72
GRÁFICO 8 - NÚMERO FAMÍLIAS ASSENTADAS NA REGIÃO NORDESTE POR TIPO DE ASSENTAMENTO (RAM) - 1998-2006	73
GRÁFICO 9 - ÁREA DOS ASSENTAMENTOS (RAM) DA REGIÃO NORDESTE POR TIPO - 1998-2006	73
GRÁFICO 10 - ASSENTAMENTOS RA E RAM - NORTE E NORDESTE (1999-2006)	83
GRÁFICO 11 - NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS RA E RAM - NORTE E NORDESTE (1999-2006)	84
GRÁFICO 12 - ÁREA DOS ASSENTAMENTOS RA E RAM - NORTE E NORDESTE (1999-2006)	86
GRÁFICO 13 - REFORMA AGRÁRIA POR PERÍODO DE GOVERNO - RA (NORTE E NORDESTE)	87
GRÁFICO 14 - REFORMA AGRÁRIA POR PERÍODO DE GOVERNO - RAM - NORTE E NORDESTE	88
GRÁFICO 15 - ASSENTAMENTOS - NORTE/NORDESTE E BRASIL (1999-2006)	89
GRÁFICO 16 - FAMÍLIAS ASSENTADAS - NORTE/NORDESTE E BRASIL (1999-2006)	90
GRÁFICO 17 - ÁREA DOS ASSENTAMENTOS - NORTE/NORDESTE E BRASIL (1999-2006)	91
GRÁFICO 18 - EVOLUÇÃO DOS ASSENTAMENTOS (RA E RAM) E OCUPAÇÕES NO NORTE E NORDESTE NO PERÍODO 1969-2006	92

#### **ÍNDICE DE TABELAS**

TABELA 1 - NORTE - NÚMERO DE OCUPAÇÕES E DE FAMÍLIAS E DE POPULAÇÃO ESTIMADA	22
TABELA 2 - NORDESTE - NÚMERO DE OCUPAÇÕES E DE FAMÍLIAS POR ESTADO E POPULAÇÃO ESTIMADA	25
TABELA 3 - TIPOS DE ASSENTAMENTO RA DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE - 1969-2006	45
TABELA 4 - TIPOS DE ASSENTAMENTO RA DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE POR ESTADO - 1969-2006	49
TABELA 5 - TIPOS DE ASSENTAMENTO RAM DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE - 1998-2006	71

TABELA 6 - TIPOS DE ASSENTAMENTO RA DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE POR ESTADO - 1998 -2006	74
--	----

#### **ÍNDICE DE QUADROS**

QUADRO 1 - MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS QUE ATUAM NA REGIÃO NORTE POR ESTADO	24
QUADRO 2 - MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS QUE ATUA, MA REGIÃO NORDESTE POR ESTADO	26
QUADRO 3 - TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS DE RA	31
QUADRO 4 - TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS DE RAM	31
QUADRO 5 - RELAÇÃO E TERRITORIALIDADE DOS TIPOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS - RA	32
QUADRO 6 - RELAÇÃO E TERRITORIALIDADE DOS TIPOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS - RAM	38

#### **ÍNDICE DE MAPAS**

MAPA 1 - REGIÕES NORTE E NORDESTE - GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS - RA - 1969-2006 - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS	42
MAPA 2 - REGIÕES NORTE E NORDESTE - GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS - RA - 1969-2006 - NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS	43
MAPA 3 - REGIÕES NORTE E NORDESTE - GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS - RA - 1969-2006 - ÁREA DOS ASSENTAMENTOS	44
MAPA 4 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS - RA - 1969 - 2006 - MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - FLONA	51
MAPA 5 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS - RA - 1969 - 2006 - MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - PA	52
MAPA 6 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS - RA - 1969 - 2006 - MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - PAC	53
MAPA 7 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS - RA -1969 - 2006 - MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - PAD	54
MAPA 8 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS - RA - 1969-2006 - MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - PAE	55
MAPA 9 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS - RA - 1969-2006 - MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - PAF	56
MAPA 10 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS - RA - 1969-2006 - MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - PAR	57
MAPA 11 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS - RA -1969-2006 - MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - PC	58
MAPA 12 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS	59

RURAIIS - RA – 1969-2006 - MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - PCA	
MAPA 13 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS	60
RURAIIS - RA - 1969–2006 – MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - PDS	
MAPA 14 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS	61
RURAIIS - RA -1969–2006 - MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - PE	
MAPA 15 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS	62
RURAIIS - RA – 1969–2006 – MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - PFP	
MAPA 16 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS	63
RURAIIS - RA -1969-2006 - MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - PIC	
MAPA 17 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS	64
RURAIIS - RA – 1969-2006 – MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - PRB	
MAPA 18 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS	65
RURAIIS - RA – 1969-2006 - MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - RDS	
MAPA 19 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS	66
RURAIIS - RA - 1969 – 2006 MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - RESEX	
MAPA 20 - REGIÕES NORTE E NORDESTE - GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS	68
RURAIIS - RAM - 1998-2006 - NÚMERO DE ASSENTAMENTOS	
MAPA 21 - REGIÕES NORTE E NORDESTE - GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS	69
RURAIIS - RAM - 1998-2006 – NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS	
MAPA 22 - REGIÕES NORTE E NORDESTE - GEOGRAFIA DOS ASSENTAMENTOS	70
RURAIIS - RAM - 1998-2006 - ÁREA DOS ASSENTAMENTOS	
MAPA 23 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS	75
RURAIIS - RAM -1998–2006 - MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - BT	
MAPA 24 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS	76
RURAIIS - RAM -1998–2006 - MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - CAF	
MAPA 25 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS	77
RURAIIS - RAM -1998–2006 – MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - CF	
MAPA 26 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS	78
RURAIIS - RAM -1998–2006 - MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - CPR	
MAPA 27 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS	79
RURAIIS - RAM -1998-2006 - MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - CT	
MAPA 28 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS	80
RURAIIS - RAM -1998-2006 - MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - NPT/CAF	
MAPA 29 - REGIÕES NORTE E NORDESTE: TIPOLOGIA DOS ASSENTAMENTOS	81
RURAIIS - RAM -1998–2006 - MUNICÍPIOS COM ASSENTAMENTOS - NPT/CPR	

## **Introdução**

Este relatório refere-se ao período de Janeiro/2008 a Julho/2008. Apresentamos as análises dos dados referentes à tipologia de assentamentos rurais nas regiões Norte e Nordeste de 1969 a 2006, com a finalidade de compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira. Neste período executamos as atividades propostas no plano: leitura da bibliografia básica referente ao tema; pesquisa bibliográfica e documental a respeito da tipologia de assentamentos; levantamento permanente dos dados dos tipos de assentamentos no Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA; exportar os dados para o programa *Philcarto*; elaboração de mapas da distribuição espacial dos assentamentos; leitura e debate a respeito da diversidade da reforma agrária; elaborar tabelas, quadros e gráficos para compor os textos sobre a tipologia dos assentamentos; participação de reuniões de orientação com o professor orientador e de colóquios do NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária; publicação dos resultados em revistas especializadas e apresentação dos resultados em eventos científicos.

Este relatório ficou extenso porque realizamos uma complementação da parte enviada na primeira etapa e elaboramos a segunda parte que formou um novo relatório. De modo que este relatório está dividido em doze partes.

Na primeira, apresentamos o resumo do plano inicial, com os objetivos gerais, os objetivos específicos, o plano de atividades inicial detalhado, cronograma de execução, o plano de atividades para o semestre final e seu cronograma de execução. Na segunda, relatamos resumidamente as atividades que foram realizadas nesse primeiro semestre, tanto na parte de leitura e reflexão, quanto na parte de execução do projeto.

Na terceira parte fazemos uma discussão em torno da atualidade do conceito de reforma agrária. Nos últimos anos este conceito tem sofrido muitas desvirtuações, por isso tentaremos nesta parte resgatar algumas concepções elaboradas a respeito do mesmo por diferentes autores, instituições e governos que estiveram no centro do debate e discutir como elas se prescrevem a atualidade. O capítulo está dividido em três partes onde discutimos as definições e políticas de reforma agrária elaboradas por teóricos, instituições e os resultados de projetos dos governos de Sarney a Lula. Na primeira parte apresentamos a conceituação

de reforma agrária a partir da teoria. Fizemos um levantamento de diferentes conceitos de reforma agrária elaborados por distintos intelectuais. Na segunda parte tratamos a reforma agrária como política e a apresentamos a partir do discurso das instituições. Por fim, na terceira parte abordamos a reforma agrária a partir da realidade, ou seja, dos resultados das políticas de governo. Neste tópico discutiremos a aplicação da reforma agrária por diferentes governos no Brasil.

Na quarta parte apresentamos dados a respeito da questão agrária nas regiões Norte e Nordeste. Além dos números referentes às ocupações de terra, apresentamos também dados sobre os movimentos socioterritoriais que atuam ou atuaram nessas regiões. Na quinta parte, abordamos alguns procedimentos adotados no NERA para o estudo dos assentamentos rurais, que constituem a metodologia DATALUTA. Nessa etapa do projeto acrescentamos a metodologia de sistematização dos dados referentes aos assentamentos *Reforma Agrária de Mercado* (RAM), que serão abordados nesse relatório. Através desses procedimentos metodológicos chegamos à conclusão que a luta pela terra, por meio das ocupações, transforma os espaços de luta e resistência em territórios dos assentamentos.

Na sexta parte apresentamos a atualização da tabela com a relação e a territorialidade dos assentamentos rurais no Brasil. Por meio da pesquisa documental conseguimos incorporar maior quantidade de informações sobre os tipos de assentamentos. Nessa etapa atualizamos os dados referentes aos assentamentos RAM, todavia esses ainda necessitam de sistematizações mais aprofundadas o que pretendemos fazer com a renovação do projeto.

Nas sétima e oitava partes por meio de tabelas, gráficos e mapas, apresentamos a localização e a territorialização dos tipos de assentamentos RA e RAM, respectivamente, nas regiões Norte e Nordeste. Além de informações sobre a territorialidade de cada tipo de assentamento, estamos pesquisando para conseguir mais informações sobre a legislação de alguns tipos e modalidades de assentamentos. As análises são parciais e necessitam dessa pesquisa para que possamos concluir a leitura sobre as diferenças entre tipos, modos, formas e modalidades de projetos fundiários. Salientamos que a incorporação dos dados sobre assentamentos RAM foi uma evolução que fizemos em relação ao relatório parcial.

Na nona parte faremos uma análise comparativa sobre a implantação de assentamentos rurais RA e RAM entre o segundo governo FHC (1999-2002) e o primeiro governo Lula (2003-2006) nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Essa escala temporal foi adotada pelo



fato de os primeiros registros referentes a assentamentos RAM imputarem ao ano de 1998, o último ano do primeiro mandato de FHC. Desse modo, para efeito dessa análise optamos por tomar como ponto de partida os mandatos completos. Apresentaremos através de gráficos a evolução da implantação de assentamentos RA e RAM na escala temporal acima referida. Abordaremos além do número de assentamentos, o número de famílias e a área destinada aos assentamentos RA e RAM. Essa análise será feita primeiramente relacionando os assentamentos das regiões Norte e Nordeste. Posteriormente serão apresentados os dados em escala nacional para esquadriharmos se as tendências observadas nas regiões Norte e Nordeste se repetem em escala nacional Também denotaremos uma análise comparativa entre a implantação desses assentamentos e o número de ocupações de terra referente ao período. Na décima parte apresentaremos o plano de atividades para o pedido de renovação do projeto.

Na décima parte apresentamos de forma detalhada os progressos realizados até o momento da realização da pesquisa. Além dos avanços no que tange à organização e sistematização dos dados sobre os tipos de assentamentos das regiões Norte e Nordeste, também serão relatados os progressos que têm sido observados no campo intelectual por parte do bolsista e do grupo de pesquisas no qual ele está inserido.

Na décima primeira parte apresentaremos o plano de atividades e o cronograma de trabalho que pretendemos realizar com a renovação do projeto. Dentre as propostas que apresentamos para essa possível renovação do projeto um se refere à sistematização dos dados sobre a forma de aquisição do território dos assentamentos RA das regiões Norte e Nordeste. Outro ponto que pretendemos incorporar à pesquisa é a divisão dos tipos de assentamento RA de acordo com as formas de uso dos seus territórios. Assim, eles seriam divididos em assentamentos agropecuários e assentamentos agroflorestais. Além desses dois novos itens pretendemos fazer a atualização dos dados apresentados no presente relatório, já que os mesmos se referem a uma escala temporal que vai até o ano de 2006.

Por fim, na décima segunda parte, abordamos o andamento das atividades relacionadas à pesquisa. Aqui serão comentados os colóquios, as reuniões com o orientador, a participação em eventos científicos, o prêmio que foi recebido pelo bolsista em evento científico realizado pela PROEX - Pró - Reitoria de Extensão Universitária da Unesp e a publicação dos resultados do projeto em uma revista especializada.

## **1 – Resumo do plano inicial**

### *1.1. Objetivos gerais*

A partir da análise de dados do DATALUTA, estudar as formas de organização dos territórios dos assentamentos, sua distribuição geográfica em escala nacional para debater a respeito da diversidade e da atualidade da reforma agrária.

### *1.2. Objetivos específicos*

- Organizar os dados de assentamentos do DATALUTA para analisar a tipologia dos assentamentos;
- Atualização dos dados sobre a relação e caracterização dos tipos de assentamentos;
- Elaboração de mapas, tabelas e gráficos.
- Estudar a bibliografia de referência para melhor compreender a diversidade da Reforma Agrária brasileira e a conflitualidade existente nas suas diversas formas.
- Estudar os resultados do projeto para aprofundar o debate a respeito do conceito de Reforma Agrária.
- Publicar os resultados em revistas especializadas;
- Apresentar os resultados em eventos científicos

### *1.3. Plano de atividades inicial detalhado*

1. Leitura da bibliografia básica referente ao tema, pesquisa da bibliografia e documental a respeito da tipologia de assentamentos;
2. Levantamento permanente dos dados dos tipos de assentamentos no DATALUTA;
3. Organização destes dados para facilitar o manejo das informações no programa Excel;

4. Exportação dos dados para o programa Philcarto para elaboração de mapas da distribuição espacial dos assentamentos para serem utilizados na leitura e debate a respeito da diversidade da reforma agrária;

5. Elaborar tabelas e gráficos para compor os textos sobre a tipologia dos assentamentos;

6. Participar de reuniões de orientação com o professor orientador;

7. Participar de colóquios do NERA;

8. Publicar os resultados em revistas especializadas;

9. Apresentar os resultados em eventos científicos;

10. Elaborar relatório parcial;

11. Elaborar relatório final.

#### *1.4. Cronograma de execução do plano inicial*

<b>ATIVIDADES</b>	<b>TRIM. 1</b>	<b>TRIM. 2</b>	<b>TRIM. 3</b>	<b>TRIM. 4</b>
<b>1</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>2</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>3</b>		<b>X</b>	<b>X</b>	
<b>4</b>		<b>X</b>	<b>X</b>	
<b>5</b>		<b>X</b>	<b>X</b>	
<b>6</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>7</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>8</b>		<b>X</b>		<b>X</b>
<b>9</b>		<b>X</b>		<b>X</b>
<b>10</b>		<b>X</b>		
<b>11</b>				<b>X</b>

#### *1.5. Plano de atividades para o semestre final*

1. Leitura da bibliografia básica referente ao tema, pesquisa da bibliografia e documental a respeito da tipologia de assentamentos;

2. Levantamento permanente dos dados dos tipos de assentamentos no DATALUTA;

3. Organização destes dados para facilitar o manejo das informações no programa Excel;
4. Exportação dos dados para o programa Philcarto para elaboração de mapas da distribuição espacial dos assentamentos para serem utilizados na leitura e debate a respeito da diversidade da reforma agrária;
5. Elaborar tabelas e gráficos para compor os textos sobre a tipologia dos assentamentos;
6. Aprofundar nossas reflexões a respeito de nossa proposta de organização dos tipos de assentamentos por meio das modalidades, formas e modelos;
7. Participar de reuniões de orientação com o professor orientador;
8. Participar de colóquios do NERA;
9. Publicar os resultados em revistas especializadas;
10. Apresentar os resultados em eventos científicos;
11. Elaborar relatório final.

*1.6. Cronograma de execução do plano de atividades para o segundo semestre*

<b>ATIVIDADES</b>	<b>TRIM. 3</b>	<b>TRIM. 4</b>
<b>1</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>2</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>3</b>	<b>X</b>	
<b>4</b>	<b>X</b>	
<b>5</b>	<b>X</b>	
<b>6</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>7</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>8</b>		<b>X</b>
<b>9</b>		<b>X</b>
<b>10</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>11</b>		<b>X</b>

## **2. Resumo do que foi realizado no período do relatório**

- Digitação dos dados sobre assentamentos, ocupações de terra e movimentos socioterritoriais no programa DATALUTA
- Seleção de matérias que foram inseridas no DATALUTA Jornal e inserção das mesmas em planilha do *Microsoft Excel* para posterior consulta.
- Participação em reuniões e colóquios com o orientador.
- Levantamento bibliográfico e documental a respeito do tema.
- Leitura da bibliografia do projeto
- Elaboração de gráficos, quadros e tabelas através do software Excel.
- Elaboração de mapas através do software de cartomática Philcarto.
- Participação em trabalho de campo em acampamentos, assentamentos e cooperativas do Pontal do Paranapanema.
- Participação em seis eventos científicos.
- Apresentação de trabalho em três eventos científicos.
- Publicação de um artigo em revista científica.
- Publicação de um artigo em boletim informativo.
- Elaboração de artigo sobre o tema que será publicado em um livro sobre o DATALUTA, a ser lançado no segundo semestre.

## **3. Debatendo a atualidade do conceito de reforma agrária**

Neste capítulo faremos uma discussão em torno da atualidade do conceito de reforma agrária. Os acontecimentos recentes das políticas agrárias nos motivaram a repensar os significados do conceito de reforma agrária. Por isso tentamos aqui resgatar algumas concepções elaboradas a respeito do mesmo por diferentes autores, instituições e governos que estiveram no centro do debate e discutir como elas se prescrevem a atualidade. O capítulo está dividido em três partes onde discutiremos separadamente a teoria, a política e a realidade. Na primeira parte apresentaremos a conceituação de reforma agrária a partir da teoria. Aqui faremos um levantamento de diferentes conceitos de reforma agrária elaborados por distintos intelectuais. Na segunda parte onde trataremos à reforma agrária a partir da política apresentaremos a reforma agrária a partir do discurso das instituições. Por fim, na

terceira parte abordaremos a reforma agrária a partir da realidade. Neste tópico discutiremos a aplicação da reforma agrária por diferentes governos no Brasil.

### 3.1. A reforma agrária a partir da teoria

Nesta parte trataremos a problemática do conceito de reforma agrária a partir do pensamento de intelectuais que estudam ou estudaram o tema. Já na década de 1970 ao estudar a categorização das reformas agrárias latino-americanas durante a década de 1960 o sociólogo Antonio Garcia distingue três tipos de reforma agrária vigentes na época:

*a) la de reforma agraria estructural, que integran un proceso nacional de transformaciones revolucionarias liberalizado por un agresivo elenco de nuevas fuerzas sociales identificadas en un objetivo estratégico de cambio, fundamentándose en la substitución de las relaciones tradicionales de poder y de las normas institucionales que las preservan y proyectan.*

*b) la de las reformas agrarias de tipo convencional, que forman parte de una operación negociada entre las antiguas y nuevas fuerzas sociales, por intermedio del sistema institucionalizado de partidos (conservadores, reformistas y revolucionários), intentando modificar el monopolio latifundista sobre la tierra sin cambiar las reglas institucionales de la sociedad tradicional; y*

*c) la de las reformas agrarias marginales, que no apuntan hacia la ruptura del monopolio señorial sobre la tierra o hacia la transformación fundamental de las estructuras latifundistas (relaciones, poder, sistema normativo), sino hacia representación superficial de esas estructuras, desviando la presión campesina o la presión nacional sobre la tierra hacia las áreas periféricas y baldías, apoyándose políticamente en el sistema tradicional de partidos y en el reglas institucionales de la sociedad tradicional (GARCIA, 1973. p.10).*

O primeiro tipo está diretamente ligado à idéia de revolução social. Essa revolução aconteceria por meio de forças sociais geradas pela aspiração de uma nova ordem econômica e social. Exemplos desse tipo foram às reformas agrárias do México, da Bolívia e de Cuba. O segundo tipo é aquele onde a reforma agrária acontece por meio de uma negociação política entre forças sociais antagônicas, sem romper as regras institucionais do sistema. O terceiro tipo não altera sequer o regime de propriedade fundiária criando apenas algumas medidas paliativas ou compensatórias com o intuito de conter as pressões populares por uma efetiva reforma agrária. Os dois últimos tipos não visam à alteração do regime capitalista.

Outra categorização do conceito de reforma agrária é feita por João Pedro Stédile, dirigente nacional do MST - Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-terra em entrevista concedida a Bernardo Mançano Fernandes. Stédile, ao analisar a realidade brasileira elenca três possíveis tipos de reforma agrária:

a) *reforma agrária clássica*: entendida como reforma agrária sob bases capitalistas. Tem o intuito de democratizar a propriedade da terra, distribuindo a terra para os camponeses e os transformando em pequenos produtores autônomos. Com isso se gera um enorme mercado interno produtor de mercadorias agrícolas para o mercado e ao mesmo tempo um enorme mercado consumidor por parte dos camponeses, que agora com renda monetária compram bens de origem industrial.

b) *política de assentamentos*: nesse caso a política de implantação de assentamentos é confundida como se fosse reforma agrária. Na verdade trata-se de uma política de assistência social, apenas para se livrar dos sem-terra e não para resolver o problema da propriedade da terra. Ou seja, fazer assentamento não significa fazer reforma agrária.

c) *reforma agrária dos movimentos sociais progressistas*: busca resolver o problema da concentração da propriedade da terra. Acredita que é necessário realizar um programa de desapropriações de terras, de forma rápida, regionalizada, e distribuí - lá a todas as famílias sem-terra (STÉDILE e FERNANDES, 1999).

O primeiro tipo de reforma agrária elencado por Stédile visa o fortalecimento do capitalismo nas sociedades onde é implantada, já que tal reforma teria o intuito de fomentar o mercado interno, através da inserção de pequenos produtores neste. O segundo tipo refere-se às políticas governamentais de contenção dos conflitos por terra, onde apesar da implantação de assentamentos não existe um plano geral que vise à desconcentração fundiária via reforma agrária. O terceiro tipo refere-se à reforma agrária preconizada pelos movimentos sociais progressistas que defendem a necessidade da desconcentração fundiária permitindo o acesso à terra a milhares de camponeses sem-terra que demandam por uma massiva reforma agrária. Nessa linha de pensamento, no Brasil, podemos destacar movimentos como o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, a CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e a Via Campesina, além de outros.

Esse tipo de reforma agrária, que de acordo com Stédile é ambicionada pelos movimentos sociais progressistas parte de uma premissa de que a reforma agrária é um modelo desenvolvimento para o país. Nesta perspectiva, Oliveira (2007) ao analisar a demanda por reforma agrária no Brasil defende a idéia de que ela não é apenas uma medida de alcance social, mas também econômico e político. De acordo com o autor:

No Brasil é quase consenso, que qualquer alternativa de remoção da exclusão social neste país passa pela Reforma Agrária. Ela tem, portanto um objetivo social, ou seja, é o caminho para retirar da marginalidade social no mínimo, uma parte dos pobres. Mas a Reforma Agrária é também, econômica, porque ela certamente levará a um aumento ainda maior da oferta de produtos agrícolas destas pequenas unidades ao mercado. Mas a Reforma Agrária tem que ser também política. Tem que ser instrumento através do qual, esta parcela da população conquista a cidadania (OLIVEIRA, 2007, p. 146).

Assim, entendida como um modelo de desenvolvimento econômico, político e social para o país a reforma agrária se prefigura como um empecilho à territorialização do agronegócio, já que ambos são distintos modelos de desenvolvimento para o campo. Para Fernandes (2008) a tendência dos governos é pensar o desenvolvimento desde a perspectiva do agronegócio já que este é compreendido como a totalidade da qual a agricultura camponesa ou familiar faria parte. Sendo assim a luta pela terra e a reforma agrária são importantes instrumentos de resistência camponesa como aduz o autor:

(...) a luta pela terra e a reforma agrária formam o principal fator de territorialização do campesinato no território nacional. O desenvolvimento territorial e reforma agrária são processos indissociáveis. Portanto, a obtenção de terras e o desenvolvimento dos assentamentos são processos inseparáveis. O capital forma os seus territórios e se territorializa, ou seja, se expande multiplicando o controle de enormes áreas em todas as regiões. Na atualidade, no campo brasileiro, o capital tem o nome de agronegócio, que procura se apropriar das terras e subalternizar o campesinato através da terceirização da produção (que muitos chamam de integração) ou expropriá-lo através da verticalização da produção, controlando todos os sistemas que o compõe (FERNANDES, 2008. p. 11).

Essa disputa pelas terras agricultáveis do país entre o agronegócio e a reforma agrária também tem sido debatida pelo economista Guilherme Delegado. Em recente entrevista ao Jornal Brasil de Fato, Delgado defende a idéia de que a reforma agrária ainda não foi alvo de



um programa oficial por parte do governo federal. Para ele a facilidade com que o agronegócio tem se apoderado das áreas agrícolas do território nacional tem acarretado grandes prejuízos à nação, já que este não cumpre com suas funções sociais, ambientais e de posse da terra, além de não respeitar as relações de trabalho. Nessas condições, a reforma agrária, aplicada de forma includente, seria a solução para esse empecilho que tem sido o agronegócio. Assim, diz Delgado:

Muitas vezes, se coloca a reforma agrária como um programa oficial, mas não encontramos isso. Afirma-se que o Brasil está fora da curva e que, hoje, não se faz mais reforma agrária. A questão é discutir como inserimos os pequenos estabelecimentos. Mesmo no modelo capitalismo, temos variantes da maior diferença. A experiência europeia do pós-guerra permite que, sem uma reforma agrária clássica, as pequenas propriedades coexistam sem serem engolidas pelo agronegócio internacional. Esse padrão de desenvolvimento – que chamaríamos de uma política agrária condizente com a realidade – abriria espaço para setores do campo participarem do desenvolvimento de forma mais includente. Mas, para isso, há a necessidade de uma política econômica distinta. Nosso modelo não é parecido com o europeu nem o dos Estados Unidos, apesar de muitos dizerem que é a nossa inspiração. O nosso agronegócio é mais desigual do que o deles. Após a abolição e a guerra civil, houve uma mudança na estrutura de posse da terra e uma ocupação do meio-oeste dos EUA. Já nós chegamos ao século 20 sem fazer nenhuma dessas mudanças. E descartamos fazê-las porque dizemos que passou o tempo. Não se passou do tempo de uma política de igualdade e distribuição. Mudaram, sim, os instrumentos, as estruturas de intervenção. Precisamos de uma política comum que tenha capacidade de impedir o avanço do agronegócio, com a liberdade que tem hoje. Ele não tem obrigações com sua função social, obrigações de posse da terra, de meio ambiente e de respeito às relações de trabalho. O caso brasileiro é ímpar de desigualdade crescente. Um formato de reforma agrária includente, de desenvolvimento e igualdade não está fora da agenda ao menos que se pense que não há desigualdade no país. O pessoal acha que desenvolvimento é modernização conservadora. É a moda Geisel, desenvolver o modelo do regime militar. Agora, o Brasil precisa de uma política clara de contenção da liberdade de ação do agronegócio. Sem isso, a reforma agrária é engodo, tão residual e incapaz de se manter que será engolida (DELGADO 2008).

Portanto, tanto para Delgado e Oliveira, quanto para Fernandes o capital (agronegócio) tem sido o maior obstáculo para a territorialização da reforma agrária no Brasil. Ambas as análises destacam que o tema da reforma agrária é antes de tudo uma questão territorial de disputa pelas terras agricultáveis do país. O sociólogo José de Souza Martins (2000) defende que não é a quantidade que define a reforma agrária e sim a qualidade. Assim, o autor

qualifica que a conquista de territórios de assentamentos é um fator secundário se comparado à conquista de um espaço no mercado por parte da *agricultura familiar*. Assim, diz o autor:

A reforma agrária é um tema político que se propõe em termos qualitativos e não em termos quantitativos. Não é o número de desapropriações ou o número em terras desapropriadas ou compradas que definem o perfil da reforma agrária brasileira, sua justeza ou não. O essencial é que haja um setor ponderável da sociedade reivindicando a ampliação do lugar da agricultura familiar no sistema econômico e que em parte essa agricultura familiar esteja nas mãos de pessoas que se ressocializaram na luta pela reforma agrária e nela se politizaram (MARTINS, 2000. p. 103-104).

Assim, Martins defende que seria assegurada no interior e no campo a diversificação das oportunidades de trabalho, além da modernização não só econômica, como também das mentalidades e das relações sociais. Todavia, nessa análise o autor não leva em consideração a enorme massa de camponeses acampados na beira das rodovias e que clamam por território, na espera pelo assentamento. Evidente que para esses autores quantidade e qualidade formam um condição realização da reforma agrária. São, portanto inseparáveis.

O ex-presidente do INCRA, José Gomes da Silva, defende que a reforma agrária deve ser um processo imediato, para atender aos camponeses sem-terra que se encontram acampado nas beiras das estradas. Para Silva a reforma agrária não deve se resumir a medidas conjunturais, ela deve ser um processo amplo, massivo, redistribuindo os direitos de propriedade das terras agrícolas. Essa reforma agrária deveria fomentar um novo sistema agrícola, eliminando qualquer vestígio deixado pelo antigo “*status quo*”. Assim, diz Silva:

Reforma Agrária, por definição, é um processo amplo (massivo), imediato e drástico, de redistribuição dos direitos de propriedade da terra agrícola. Decuplando o conceito: amplo para guardar relação com a magnitude do problema agrário do país onde é executada; imediato para poder beneficiar a atual geração dos sem-terra, como os acampados na beira das estradas; e drástico (no sentido de "diferente", não de "violento") para garantir que a nova relação homem/terra, baseada na propriedade privada de um bem comum, mostre-se bastante diferente do antigo sistema latifundiário, ou seja, a agricultura “reformada” precisa apresentar características estruturais totalmente diferentes do “*status quo*” por ela modificado (SILVA, 1996).

A definição dada por Silva explicita a reforma agrária como uma questão estrutural, ou seja, ela está relacionada com várias dimensões que compõem a sociedade. Na afirmação o

autor também defende que a reforma agrária é um processo. Assim a partir do momento em que é concedido o assentamento medidas devem ser tomadas para que o “*status quo*” seja modificado.

### 3.2. *A reforma agrária a partir da política*

Nesta parte faremos uma abordagem do conceito de reforma agrária a partir do discurso das instituições. Partimos assim pela definição dada pelo MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil. Durante o governo Lula, em março de 2004, coube a este ministério a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária No Plano intitulado “*Paz, produção e qualidade de vida no meio rural*” é explicitado que a reforma agrária é uma

(...) condição para a retomada do crescimento econômico com distribuição de renda e para a construção de uma nação moderna e soberana (...) A Reforma Agrária é urgente não apenas pela gravidade da questão agrária expressa pelos conflitos no campo e por uma forte demanda social, mas, principalmente, pela sua contribuição à superação da desigualdade e a exclusão social de parte significativa da população rural. (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004. p. 6).

Na definição dada pelo MDA vemos que a reforma agrária é tida como uma condição para que o país volte a crescer economicamente. Aqui, salientamos que crescimento econômico é diferente de desenvolvimento. O primeiro pode ser entendido como a evolução do PIB – Produto Interno Bruto, fato que muitas vezes é acompanhado de diversas desigualdades sociais. Por outro lado, o desenvolvimento é um conceito mais amplo, já que não incorpora somente os aspectos econômicos, mas também dos sociais, culturais, ambientais, educacionais, etc. Com base em tal diferenciação questionamos se não seria mais plausível para o país o entendimento da reforma agrária como um meio de desenvolvimento.

Já para o MST, o mais organizado movimento socioterritorial do Brasil, a reforma agrária deve vir acompanhada de uma mudança estrutural na sociedade. Esta reforma agrária deve ser ampla, beneficiando todos os trabalhadores rurais sem-terra. Também é entendida como reforma agrária pelo movimento a garantia de posse e uso a todas as comunidades

originárias (quilombolas, índios, ribeirinhos, seringueiros, e geraiszeiros). Ainda na definição de reforma agrária dada pelo MST consta o princípio da soberania alimentar, com a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (transgênicos). Em seus princípios de luta pela reforma agrária assim diz o movimento:

“A nação, por meio do Estado, do governo, das leis e da organização de seu povo deve zelar permanentemente, pela soberania, pelo patrimônio coletivo e pela sanidade ambiental. É preciso realizar uma ampla Reforma Agrária, com caráter popular, para garantir acesso à terra para todos os que nela trabalham. Garantir a posse e uso de todas as comunidades originárias, dos povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros, geraiszeiros e quilombolas. Estabelecer um limite máximo ao tamanho da propriedade de terra, como forma de garantir sua utilização social e racional. É preciso organizar a produção agrícola nacional tendo como objetivo principal a produção de alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos e organismos geneticamente modificados (transgênicos) para toda a população, aplicando assim o princípio da soberania alimentar. A política de exportação de produtos agrícolas deve ser apenas complementar, buscando maior valor agregado possível e evitando a exportação de matérias-primas (MST, 2007).

A proposta de reforma agrária do MST parte da premissa de que é necessária a participação do Estado via desapropriação de terras para que a mesma aconteça. Outra perspectiva de reforma agrária é dada pelo Banco Mundial que propõe a implantação da denominada reforma agrária de mercado. Vendo o Banco a necessidade de controlar as pressões sociais e aprofundar a implementação do modelo neoliberal este adotou a partir dos anos 1990 uma série de ajustes que visavam reduzir o papel do Estado nas ações de alívio da pobreza e a liberalização do mercado de terras. *“Foi nesse contexto que a instituição passou a enfatizar a questão da terra como estratégia de desenvolvimento rural e o tema da reforma agrária foi capturado por suas diretrizes”* (RAMOS FILHO, 2007. p. 89). O Banco passou então a considerar que as políticas de terras possuem um papel preponderante para o *crescimento sustentável*. O MRAM - Modelo de Reforma Agrária de Mercado foi concebido e exportado pelo Banco Mundial (BM) como uma alternativa à reforma agrária baseada na desapropriação de propriedades improdutivas que não cumprem a sua função social. Assim, os assentamentos oriundos de tal política têm origem em operações imobiliárias de compra e venda de terras, ou seja, é um meio alternativo as desapropriações de terras.

Com isso, por meio dessa proposta o Banco Mundial passou a adotar a compra e venda como meio preferencial de acesso a terra pelo campesinato pobre. O projeto foi implantado sob diferentes formatos, em 1994, na África do Sul e na Colômbia e em 1997, no Brasil e na Guatemala. Tal modelo inspirou ainda, a criação de programas dessa natureza em Honduras, México, Malawi e Zimbábue, bem como reforçou politicamente programas já existentes em El Salvador e nas Filipinas.

Outra instituição que atua em escala internacional e que possui uma definição própria do que é reforma agrária é a FAO - Food and Agriculture Organization, órgão da ONU - Organização das Nações Unidas, para a agricultura, a alimentação e a reforma agrária. Para a FAO a reforma agrária deve ser realizada por meio de um processo mais amplo do que a distribuição de terras. No plano de ação da organização para o período 2008-2010 a reforma agrária é entendida da seguinte forma:

No contexto atual, a reforma agrária não se limita exclusivamente à redistribuição de terras e recursos naturais, mas deveria ser acompanhada por políticas que abordem de maneira integral o acesso aos recursos e sua administração, sustentadas nos princípios de diversidade e participação, o que implica entregar aos atores públicos e privados, através de mecanismos de concertação e diálogo, a liderança no desenvolvimento de seus respectivos territórios (FAO, 2008).

Ainda para a FAO a reforma agrária tem sido indicada como uma das soluções para a cada vez mais verossímil crise mundial da produção de alimentos. Isso porque a estrutura concentrada da propriedade da terra tem sido um dos obstáculos para a conquista da soberania alimentar de várias nações.

### *3.3. A reforma agrária a partir da realidade*

Nesta parte apresentaremos diferentes práticas da realidade da reforma agrária por meio dos projetos dos governos brasileiros. A escala temporal por nós adotada compreende o período que vai do governo de José Sarney até o governo atual, o de Luís Inácio Lula da Silva. Nas partes anteriores vimos como a reforma agrária se dá por meio da teoria, através do pensamento dos intelectuais e através da política por meio do discurso das instituições.

Nesta parte abordaremos a reforma agrária a partir da realidade, através de quem tem o poder de executá-la, ou seja, os governos.

### 3.3.1. O Governo José Sarney (1985 – 1989)

Após o processo de redemocratização do país, em meados da década de 1980, algumas tentativas foram feitas para acelerar o processo de reestruturação fundiária e diminuição das desigualdades sociais no campo. Durante o governo Sarney ganha vigor a idéia de se elaborar um Plano para efetivação do Estatuto da Terra. Sendo assim, uma equipe liderada pelo então presidente do INCRA, José Gomes da Silva elabora a primeira proposta para tal. Essa proposta indicava a implantação de uma massiva desconcentração fundiária no país. Todavia, até a efetivação do plano a proposta foi modificada por doze vezes com o intuito de atender aos interesses de setores da sociedade ligados ao latifúndio. Entre esses estavam: a TFP - Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade; a UDR - União Democrática Ruralista; a CNA - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e a SRB - Sociedade Rural Brasileira e a OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras.

Dentre as modificações pelas quais passou a Proposta uma das que mais a descaracterizou foi à substituição do atributo que permitiria a desapropriação por interesse social, como principal meio de obtenção de terras; com indenização por meio dos TDA's Títulos da Dívida Agrária, sendo introduzida à possibilidade da “negociação” com os proprietários. Outra modificação que descaracterizou a Proposta foi à ausência no Decreto assinado pelo presidente da república de áreas prioritárias para a implantação da reforma agrária. No dizer de Silva: “(...) o PNRA sem as áreas prioritárias não é um PNRA, porque não satisfaz a primeira das exigências da Lei que obriga sua elaboração, o Estatuto da Terra” (SILVA, 1987, p. 123).

Por fim, mesmo após as mudanças o I PNRA Plano Nacional de Reforma Agrária prometia assentar 1.400.000 famílias. Todavia, considerando a ação dos movimentos socioterritoriais o governo Sarney assentou apenas 93.455 famílias (6,7%) do total prometido. (DATALUTA, 2007) Assim sendo, o I PNRA ao mesmo tempo em que colocava novamente a reforma agrária em pauta no cenário político também mostrava o alinhamento entre as forças pró e contra a reforma agrária no Brasil.

Entretanto, a maior derrota da luta pela reforma agrária durante o governo Sarney aconteceu durante a elaboração da Constituição de 1988, onde o capítulo sobre a reforma agrária sofreu um enorme retrocesso, tendo como referência o Estatuto da Terra. Embora a sociedade organizada tenha apresentado uma emenda popular com mais de um milhão e duzentas mil assinaturas, acabou por prevalecer os interesses dos latifundiários. Interesses agora representados não apenas pelos "coronéis", mas também pelos empresários que se apropriaram de grandes extensões de terras durante os anos de ditadura militar. Dessa forma, as forças conservadoras representadas pela UDR, conseguiram aprovar um dispositivo genérico, tornando a propriedade produtiva intocável (FERNANDES, 1999).

### *3.3.2. O Governo Fernando Collor de Mello (1990/1992)*

No governo do presidente Collor, os movimentos socioterritoriais sofreram forte repressão, principalmente o MST, com a invasão, por parte do governo, de secretarias do movimento e a prisão de lideranças em diversos estados. Esta repressão causou um refluxo nas ações dos sem-terra, restringindo o processo de luta e de territorialização dos assentamentos.

Para tratar da reforma agrária Collor cria em abril de 1990 a Secretaria Nacional de Reforma Agrária, que passava a ser gestora de várias funções que até então eram delegadas ao INCRA. Em março de 1991, o governo extinguiu a Secretaria e, a partir daí, o INCRA voltou a ser o único órgão a cuidar da reforma agrária, estando, contudo, diretamente subordinado ao Ministro da Agricultura e Reforma Agrária, Antônio Cabrera.

Durante a campanha política, Collor havia prometido o assentamento de 500 mil famílias. Ao assumir o ministério Cabrera promete a realização de uma reforma agrária sem caráter ideológico, já que a reforma agrária faz parte de um projeto mais amplo que é a Política Agrícola. (COLETTI, 2005) Assim, Cabrera tomava uma medida que já vinha sendo requerida pelos ruralistas desde a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária.

Em janeiro 1992, o governo Collor lançou o seu programa de reforma agrária, denominado "Programa da Terra" O objetivo desse programa era assentar, naquele ano, 50 mil famílias; desapropriar 2,9 milhões de hectares de terras - dos quais 735 mil já estavam disponíveis; destinar, através do PROCERA, 114 bilhões de cruzeiros para os assentados

antigos; emancipar dez mil famílias assentadas; destinar 30 bilhões do Banco do Brasil para crédito fundiário a pequenos agricultores; dar assistência técnica às famílias assentadas; descentralizar a reforma agrária, envolvendo estados, municípios e entidades privadas, etc. Todavia, com o *impeachment* de Collor esse programa acabou não culminando. Nesse governo foram assentadas apenas 42.030 famílias em 288 projetos assentamentos (DATA LUTA, 2007).

### 3.3.3. O Governo Itamar Franco (1992/1993)

Com o *impeachment* do presidente Fernando Collor assumiu o vice-presidente Itamar Franco, fato que marcou o início do diálogo do governo federal com os movimentos socioterritoriais.

Com o fim da repressão e o início do diálogo entre o governo federal e o sem-terra ocorreu um aumento do número de ocupações de terras. Em fevereiro de 1993, é aprovada a Lei Agrária (Lei n. 8.629, de 25.02.1993). Esta lei regulamentava os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Nela constavam alguns artigos que viriam a dificultar a execução da reforma agrária. No artigo 7º constava era estabelecido que “não será passível de desapropriação, para fins de reforma agrária, o imóvel que comprove estar sendo objeto de implantação de projeto técnico...”, desde que tal projeto “haja sido registrado no órgão competente no mínimo 6 (seis) meses antes do decreto declaratório de interesse social” (inciso IV). “*Tal determinação significava um perigoso precedente, pois poderia criar uma verdadeira “indústria de projetos frios”, forjados pelos proprietários dos imóveis pura e simplesmente para evitar a desapropriação*”. (COLLETI, 2005. p. 129). Outro ponto problemático constava no artigo 12º onde é estabelecida a justa indenização das áreas desapropriadas. Essa indenização teria como base os valores de mercado. Ainda em junho de 1993, foi aprovada a Lei do Rito Sumário, que definia o procedimento jurídico para o caso de desapropriações de terra por interesse social, para fins de reforma agrária. (COLLETI, 2005). No governo de Itamar Franco foram assentadas apenas 14.627 famílias em 118 projetos de assentamentos (DATA LUTA, 2007).



#### 3.3.4. O Governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002)

Entre o primeiro mandato de FHC e o segundo mandato ocorreu uma mudança na forma como a reforma agrária era encarada pelo governo. No primeiro mandato o governo criou 2.413 assentamentos, assentando 306.285 famílias. (DATALUTA, 2007) Esses números eram os mais altos registrados por um governo brasileiro até então. Ao tomar tal medida o governo FHC acreditava que seriam diminuídas as pressões realizadas pelos movimentos socioterritoriais por meio das ocupações de terra. Rocha (2008) atenta para o fato de que esse tipo de postura do governo tinha o objetivo de “... *modificar as regras de funcionamento da estrutura latifundiária sem mudar as normas institucionais da “sociedade tradicional”*” (ROCHA, 2008. p. 4).

Essas medidas tomadas por FHC no seu primeiro mandato não inibiram às ocupações de terra, já que nesse período ocorreram 1.986 ocupações (DATALUTA, 2007). Assim, no segundo mandato o governo adotou a repressão como forma de conter as ações dos movimentos socioterritoriais. Foram tomadas diversas medidas nesse sentido, uma delas foi a medida provisória 2109-52, criada em 24 de maio de 2001, que impede a desapropriação da área ocupada e tira dos eventuais ocupantes o direito constitucional à reforma agrária. Esta foi uma das formas encontradas pelo governo federal de barrar o crescimento e ações de ocupação. Nos dois primeiros anos do segundo mandato (1999-2000), foram registradas 1.425 ocupações de terra. Após a aprovação da medida provisória 2109-52, nos dois últimos anos do governo Fernando Henrique (2001-2002), ocorreram 556 ocupações. (DATALUTA, 2007), ou seja, houve uma diminuição de 60% no número de ocupações realizadas pelos movimentos socioterritoriais. Como as ocupações são a principal forma de pressão para a criação de assentamentos, com a diminuição do número de ocupações também diminuiu o número de assentamentos e de famílias assentadas em relação ao primeiro governo. (ROCHA, 2007). Com a criminalização das ocupações, caiu pela metade o número de assentamentos. No segundo governo FHC foram assentadas 158.312 famílias em 1.931 projetos de assentamentos (DATALUTA, 2007).

Outra medida que caracterizou a política de reforma agrária de FHC em seu segundo mandato foi à adoção do MRAM - Modelo de Reforma Agrária de Mercado. Isso aconteceu através da criação do Banco da Terra que visava financiar a compra de terras para

constituição de assentamentos rurais. Para tal, o Banco estabeleceu uma linha de crédito fundiário controlada pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, através de recursos do Banco Mundial. Os maiores favorecidos por tal política foram os latifundiários que passavam a receber o dinheiro a vista pelas terras vendidas. Assim, o latifúndio deixava de ser punido por não cumprir com sua função social, conforme exige a Constituição, tornando-se um ativo financeiro. Com isso, o governo FHC descaracterizava a reforma agrária e mercantilizava a questão agrária (FERNANDES, 1999).

### *3.3.5. O Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006)*

Enquanto no segundo governo FHC foi-se utilizada repressão como forma de conter os conflitos por terra, no governo Lula a opção foi pela adoção de uma política de assistência social. Essa assistência foi oferecida através de programas como o Bolsa Família que contém entre seus beneficiários sem-terra acampados e assentados. Esse programa que tinha o objetivo de assistir mais de 11 milhões de famílias foi um dos motivadores para que diminuíssem os números referentes às famílias sem-terra acampadas.

Nesse governo foi elaborado o II PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária. Este plano apresentava 11 metas a serem cumpridas até o final do primeiro mandato de Lula em 2006. Essas metas podem ser agrupadas a partir de quatro tipos de ações:

1. **Reforma agrária:** tendo como meta o assentamento de quatrocentas mil novas famílias em projetos de reforma agrária, além do cadastramento georreferenciado dos imóveis rurais.
2. **Regularização fundiária:** atingindo 500 mil famílias abrangendo dois milhões e duzentos mil imóveis rurais e o reconhecimento, demarcação e titulação de áreas de remanescentes quilombolas; reassentamento de ocupantes não índios em área indígenas.
3. **Reordenamento agrário:** promovendo o acesso a terra pelo Crédito Fundiário de cento e trinta mil famílias.
4. **Políticas agrícolas e sociais:** recuperação da capacidade produtiva e viabilidade econômica dos assentamentos existentes; gerando dois milhões e setenta e cinco mil novos postos de trabalho permanente no setor reformado; promovendo a igualdade

de gênero na reforma agrária; garantindo assistência técnica e extensão rural, capacitação, créditos e políticas de comercialização às famílias assentadas; universalizando o direito à educação, a cultura e a seguridade social nas áreas reformadas.

Entretanto, entre 2003 e 2006 foram assentadas 250.065 famílias (apenas 25% das metas traçadas no II PNRA) em 2.304 projetos (DATALUTA, 2007). As metas quantitativas traçadas no II PNRA causaram divergências entre os estudiosos da questão agrária brasileira, os representantes dos movimentos camponeses e o governo federal. O governo federal, por intermédio do INCRA (INCRA, 2007), afirma ter cumprido 95% (381.419) da meta-1 do II PNRA, o assentamento de 400 mil novas famílias. O grande equívoco do INCRA é incluir nesta soma todas as famílias que tiveram suas posses regularizadas ou que tiveram seus direitos nos assentamentos antigos reconhecidos, ou foram reassentadas em virtude da construção de barragens, como se fossem em assentamentos novos (ROCHA, 2008).

#### **4. A questão agrária nas regiões Norte e Nordeste**

Nesta parte apresentamos alguns dados da questão agrária das regiões Norte e Nordeste e através desses indicadores, combinados com a análise teórica da questão, nos esforçaremos em compreender o grau de conflitualidade existente nos estados da referida região. Entendemos como conflitualidade “*o processo de enfretamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista*” (FERNANDES, 2004, p. 5) Um dos elementos que indicam o grau de conflitualidade é manifestado pelas ações dos movimentos socioterritoriais explicitado nas ocupações de terra. Salientamos que os dados aqui apresentados são apenas uma representação do conjunto, pois estamos analisando um período de dados de ocupações (1988-2006) e a população estimada de apenas um ano desse período (2005).

##### *4.1. A questão agrária na região Norte*

A questão agrária na região Norte é marcada pela expropriação dos povos indígenas e pela conseqüente resistência na preservação de seu território, exercida por esses povos e

pelos movimentos camponeses, destacando-se o movimento dos seringueiros, os atingidos por barragens e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST. Através da tabela 01 podemos fazer uma leitura dos números da resistência camponesa através das ocupações de terra. Entre os anos 1988 e 2006 aconteceram na região 625 ocupações de terra, ou 8,91% do total nacional, envolvendo 90.329 famílias, ou 8,62% do total do país. Entre os Estados, o que possui o maior número de ocupações de terra é o Pará, com 407, ou 65,12% do total da região, envolvendo 74,20% do total de famílias envolvidas em ocupações de terra na região. Em segundo lugar está o Estado de Rondônia, com 90 ocupações de terra, ou 14,40% do total da região, e com 13,21% das famílias. Em terceiro lugar está o Estado de Tocantins, com 87 ocupações de terra e com 5.947 famílias. Por outro lado, o Estado que possui o menor número de ocupações de terra é o Amapá, com apenas 2, ou 0,32% do total da região, com 120 famílias, o que representa 0,13% do total de famílias envolvidas em ocupações de terra na região Norte.

**Tabela 01 - Norte - Número de ocupações e de famílias e conflitualidade por Estado**

Região/UF	Ocupações		Famílias		População total		Conflitualidade
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
<b>NORTE</b>	<b>625</b>	<b>100</b>	<b>90.329</b>	<b>100</b>	<b>14.698.878</b>	<b>100</b>	
AC	22	3,52	1.991	2,2	669.736	4,56	Alta
AM	9	1,44	2.486	2,75	3.232.330	21,99	Baixa
AP	2	0,32	120	0,13	594.587	4,05	Baixa
PA	407	65,12	67.023	74,2	6.970.586	47,42	Alta
RO	90	14,4	11.929	13,21	1.534.594	10,44	Alta
RR	8	1,28	833	0,92	391.317	2,66	Média
TO	87	13,92	5.947	6,58	1.305.728	8,88	Alta

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2007/ IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008..

Apresentamos também a população da região Norte de acordo com os Estados. Assim, podemos comparar a porcentagem de famílias envolvidas em ocupações com a porcentagem de população dos Estados e verificar se aqueles que possuem maior número de famílias em ocupações de terra apresentam em qual proporção de sua população esse número, assim é possível sugerir o grau de conflitualidade existente no Estado estudado. Como exemplo, o

Estado do Pará ocupa a primeira posição tanto no número de famílias envolvidas em ocupações quanto na porcentagem da população total da região Norte envolvidas em conflitos pela terra, enquanto o número de famílias em ocupações no Estado é de 74,2% do total da região Norte a sua população representa 47,42% do total da região. Assim, podemos concluir que no Estado do Pará está o maior índice de conflitualidade da região Norte. Outros Estados que também apresentam elevado grau de conflitualidade são Tocantins, Rondônia e Acre.

O Amazonas é o terceiro Estado que menos registrou famílias em ocupações de terra, com 2,75%. Por outro lado, nesse Estado está a segunda maior população da região, com 21,99% do total. Nesse caso devido a superioridade nos números referentes à população total se comparados com a porcentagem de famílias envolvidas em ocupações de terras, julgamos que esse Estado possui um baixo índice de conflitualidade. Este índice de conflitualidade nos permite observar que ele é maior nos estados onde o agronegócio está se territorializando com mais intensidade.

No quadro 01 estão representados os movimentos socioterritoriais que atuaram na região Norte entre os anos de 2000 e 2006. No total esses movimentos são dezesseis, o que atuou em mais unidades federativas foi o MST, com 4. Em seguida vem a CONTAG, que atuou em três Estados. Esses dois movimentos são os únicos que constam em mais de um Estado. O restante dos movimentos socioterritoriais atuou em apenas uma unidade federativa

**Quadro 1 – Movimentos Socioterritoriais que atuam na Região Norte, por estados**

<b>SIGLA</b>	<b>Nome do Movimento Socioterritorial</b>	<b>UF</b>
AMPA	Associação do Movimento dos Pequenos Agricultores	AP
ASPROJA	Associação do Pequenos Produtores Rurais do Rio Jarú	RO
ATUVA	Associação dos Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida	PA
CAR	Central dos Assentados de Roraima	RR
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	AC, PA, TO
CUT	Central Única dos Trabalhadores	AC
LCC	Liga Camponesa Corumbiara	RO
LCP	Liga dos Camponeses Pobres	PA
LCPR	Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia	RO
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens	TO
MCC	Movimento Camponês de Corumbiara	RO
MCNT	Movimento Conquistando Nossa Terra	PA
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores	PA
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	PA, RO, RR, TO
MSTA	Movimento dos Sem-terra do Amazonas	AM
SINPRA	Sindicato dos Pequenos e Médios Trabalhadores Assentados	PA

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2007.

#### *4.2. A questão agrária na região Nordeste*

A região Nordeste é a região que possui o maior número de assentamentos rurais no Brasil, com 3.576, ou 45,26% do total. Nesses assentamentos vivem 313.782 famílias, ou 32,04% do total. A área ocupada por eles é de 9.515.768 hectares, o que representa 13,85% do total. Esse elevado número de assentamentos é consequência da resistência camponesa contra miséria e a exclusão a que é submetida historicamente na região. Na tabela 02, temos representados alguns dados dessa resistência manifestada nas ocupações de terra e famílias envolvidas entre os anos de 1988 e 2006. Na região aconteceram 36,69% do total de ocupações do país. O Estado que registrou o maior número delas foi Pernambuco, com 15,86%, e com 13,73% das famílias. Em segundo lugar aparece o Estado da Bahia, com 417, ou 5,95% das ocupações do país e com 6,77% do total de famílias. Em terceiro lugar está o Estado de Alagoas, com 359 ocupações de terra, ou 5,12% do total nacional, e com 4,85% do número de famílias envolvidas em ocupações no país. O Estado que registrou o menor número de ocupações de terra foi o Piauí, com 78, ou 1,11% do total nacional, e com 0,96% do número de famílias.

**Tabela 02 – NORDESTE – Número de ocupações e de famílias e conflitualidade por Estado**

Região/UF	Ocupações		Famílias		População		Conflitualidade
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
<b>NORDESTE</b>	<b>2.572</b>	<b>100</b>	<b>359.385</b>	<b>100</b>	<b>51.019.091</b>	<b>100</b>	
AL	359	13,96	50.760	14,12	3.015.912	5,91	Alta
BA	417	16,21	70.960	19,74	13.815.334	27,08	Alta
CE	84	3,27	9.371	2,61	8.097.276	15,87	Baixa
MA	98	3,81	15.552	4,33	6.103.327	11,96	Média
PB	155	6,03	16.839	4,69	3.595.886	7,05	Alta
PE	1.112	43,23	143.816	40,02	8.413.593	16,49	Alta
PI	78	3,03	10.031	2,79	3.006.885	5,89	Alta
RN	127	4,94	15.582	4,34	3.003.087	5,89	Alta
SE	142	5,52	26.474	7,37	1.967.791	3,86	Alta

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2007/IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

Apresentamos também a população estimada dos Estados da região Nordeste para o ano de 2005, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Assim, podemos relacionar cruzar os dados sobre famílias envolvidas em ocupações com os dados sobre a população total e analisar se os Estados que mais registraram famílias envolvidas em ocupações de terra também possuem maior população e assim qualificar o grau de conflitualidade de cada Estado. No caso da Bahia, que possui a maior população da região Nordeste, com 13.815.334, ou 27,08% do total da região registrou-se 19,74% do total de famílias envolvidas em ocupações de terra. Devido a esta pequena diferença entre os números, qualificamos a Bahia como um Estado de alta conflitualidade. Como vimos acima, o primeiro lugar no registro de ocupações fica com o Estado de Pernambuco, com 40,02% do total de famílias. No total de população esse Estado ocupa a segunda colocação, com 8.413.593, ou 16,49%. Portanto, por possuir proporcionalmente uma população menor do que a porcentagem de famílias envolvidas em ocupações concluímos que Pernambuco é o Estado que possui maior conflitualidade na região Nordeste.

No quadro 02 estão representados os movimentos socioterritoriais que atuaram na região Nordeste entre os anos de 2000 e 2006. O movimento que atuou em mais Estados foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST, que se territorializou por oito dos nove Estados que compõem a região Nordeste do Brasil. Em segundo lugar, aparece a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, que se territorializou por seis Estados. Em terceiro lugar está o Movimento de Libertação dos Sem-Terra - MLST,

que se territorializou por cinco Estados. Atuando em apenas um Estado, temos dezesseis dos vinte e dois movimentos socioterritoriais que atuaram na região Nordeste.

**Quadro 2 - Movimentos Socioterritoriais que atuam Na região Nordeste por Estado**

<b>SIGLA</b>	<b>Nome do Movimento Socioterritorial</b>	<b>UF</b>
ACQR	Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas	PE
CETA	Coordenação Estadual dos Trabalhadores Assentados	BA
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	BA, CE, MA, PE, PI, RN
COOTERRA	Cooperativa dos Trabalhadores na Luta pela Terra	BA
CPT	Comissão Pastoral da Terra	AL, MG, PE
FETRAF	Federação da Agricultura Familiar	PI, PE
MLST	Movimento de Libertação dos Sem-terra	AL, PE, RN
MLT	Movimento Terra Trabalho e Liberdade	BA
MLTRST	Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra	PE
MSST	Movimento Social dos Sem-terra	AL
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra	AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN
MT	Movimento dos Trabalhadores Rurais	PE
MTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais no Brasil	PE
MTBST	Movimento dos Trabalhadores Sem-terra do Brasil	PE
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados	BA
MTL	Movimento de Luta pela Terra	AL, PE
OLC	Organização da Luta no campo	PE
RACAA-SUL	Rede de Assistência dos Acampados e Assentados do Sul da Bahia	BA
Sem Sigla	Quilombolas	PE
Sem Sigla	Via Campesina	PI
STL	Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura	RN
UAPE	União dos Agricultores de Pernambuco	PE

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2007.

## 5. Metodologia DATALUTA Assentamentos

Nesta parte, utilizamos os dados do DATALUTA – categoria assentamentos - para analisar os assentamentos rurais. O DATALUTA é um projeto vinculado ao NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, que sistematiza dados referentes às ocupações de terra, assentamentos rurais, movimentos socioterritoriais e estrutura fundiária denominadas de categorias do banco de dados. Esses dados são divulgados por meio de relatórios anuais e subsidiam uma análise apurada de como a luta pela terra e a implantação de assentamentos rurais vem se espacializando pelo Brasil. Na categoria assentamentos utilizamos com fontes primárias o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –



INCRA, o Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF e a Associação Nacional de Órgãos Estaduais de Terra - ANOTER. Esses dados merecem um cuidado especial em sua conferência e nos possibilitam identificar nos dados de assentamentos algumas incompatibilidades como: diferentes anos de origem, capacidade do número de famílias, a tipologia e área. A partir do DATALUTA esses dados foram analisados e critérios foram construídos. Estes critérios foram adotados a partir de diversas pesquisas realizadas no NERA (Fernandes, 1999; Fernandes, 2000; Fabrini, 2002, Ramalho, 2002, Leal, 2003; Silva, 2003; Silva; 2006), nas quais constatamos que a luta pela terra, por meio das ocupações, transforma os espaços de luta e resistência em territórios dos assentamentos. Apresentaremos aqui estes critérios:

### *5.1. Ano de origem*

Por ano de origem, consideramos o ano de obtenção e/ou o ano de criação do assentamento. O processo de conquista do território do assentamento contempla várias datas: a primeira é da ocupação da terra; a segunda é a da obtenção da área e a terceira é da criação do assentamento. A segunda e a terceira datas podem ser iguais, mas jamais serão iguais à primeira. Isso demonstra a diferença e a interação entre a luta pela terra e a política de reforma agrária. A diferença é que as famílias são os sujeitos que inauguram o processo e o Estado é a instituição competente para regularizá-lo. A data da ocupação é a referência das famílias para definir a origem do assentamento. Todavia, a ocupação dos lotes só se efetiva com a obtenção da área.

A obtenção e a criação dos assentamentos podem ser iguais ou diferentes. Isso significa que o assentamento pode ser criado no mesmo ano em que a área foi obtida pelo órgão público responsável, ou a criação pode acontecer um ano, dois ou mais depois da obtenção. É por esta razão, que definimos a data de obtenção como a data de origem do assentamento, pois é com a obtenção que as famílias ocupam toda a área do território conquistado. A data da ocupação nem sempre possui um registro documentado, também na maior parte das vezes, as famílias são despejadas da área para que a mesma seja negociada entre o governo e o proprietário. Com a obtenção, as famílias são assentadas provisoriamente até a criação do assentamento. A obtenção é então a data em que as famílias têm acesso legal a terra,

aguardando apenas a regularização do assentamento. Consideramos esta data a mais coerente do processo de conquista do território, pois ela representa o momento intermediário e ou final entre a ocupação e a criação do assentamento.

### *5.2. Capacidade de famílias*

Uma das atividades do registro de dados de assentamentos é a análise da capacidade e do número de famílias dos assentamentos. Utilizamos a capacidade de famílias como dado principal para registro no DATALUTA e o número de famílias assentadas como dado secundário. A capacidade de famílias é priorizada pelo fato de permitir maiores possibilidades de análise aproximada do real número de famílias que vivem no assentamento. Este número é absoluto e determinado pela área e tipo de uso do território do assentamento. O número de famílias assentadas é relativo. Ele pode ser maior ou menor que a capacidade. É menor quando o assentamento está em implantação e maior quando o número de agregados: genros, noras e outros parentes também vivem no mesmo lote. Consideramos a obtenção como origem do assentamento, porque a maior parte das famílias já vive no assentamento desde a obtenção da terra. A capacidade é considerada como critério, em detrimento do número de famílias, porque em grande parte dos assentamentos, o número de famílias é igual ou maior do que a capacidade, principalmente por causa dos agregados.

### *5.3. Tipologia de assentamentos*

A tipologia de assentamentos é resultado tanto da diversidade de projetos de reforma agrária, como da conflitualidade entre campesinato, latifúndio e agronegócio que disputam as terras agrícolas do país. Nas últimas duas décadas, a formação do campesinato brasileiro tem acontecido principalmente pelas ocupações e implantação de assentamentos. Esta disputa acontece no processo de territorialização e desterritorialização do campesinato, do latifúndio e do agronegócio. Este processo ocorre simultaneamente de formas diferenciadas em todas as regiões do país. Nas regiões Sul e Sudeste, esse processo de enfrentamento é mais intenso com o agronegócio, com exceção para algumas microrregiões onde ainda o

latifúndio tem o controle territorial. Nas regiões Nordeste e Norte, esse processo de enfrentamento é mais intenso com o latifúndio, com exceção para algumas microrregiões onde o agronegócio expande o controle territorial. Na região Centro-Oeste, o processo de enfrentamento é intenso tanto com o agronegócio como com o latifúndio em diferentes microrregiões. Enquanto nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, a disputa territorial acontece por meio da territorialização e desterritorialização, porque todas as áreas agriculturáveis já estão sob controle territorial, nas regiões Norte e Centro-Oeste o processo de expansão territorial acontece também para além da fronteira agrícola, ou seja, para as áreas florestadas. Essa é a razão pela qual, o governo passou a incorporar as populações tradicionais que vivem em áreas florestadas como beneficiários da reforma agrária, esta incorporação impede a territorialização do agronegócio, principalmente na região Norte do país.

Essa nova realidade explicita a reforma agrária e a expansão do agronegócio como um processo de disputa territorial formado por intensa conflitualidade. Por essa razão, a reforma agrária deixou de ser uma questão setorial e se transformou em uma questão territorial. Campesinato, latifúndio e agronegócio são diferentes modelos de desenvolvimento do campo, que se territorializam e são desterritorializados na disputa permanente pelo controle territorial. Uma possibilidade de ler essa nova realidade é compreender que esta permanente disputa territorial forma territórios distintos: territórios camponeses e territórios do capital, que representam diferentes modelos de organização territorial, caracterizados pela biodiversidade e pela monocultura, pela pequena e pela grande escala etc. São dois campos em conflito que compõem a atual questão agrária.

A diversidade de tipos de assentamentos representa em parte esta nova realidade da questão agrária. Procurando compreendê-la, relacionamos as formas de uso com o tamanho da área para definir o tipo de assentamento, já que o tamanho da área está relacionado com o tipo dos assentamentos, assim como, com o uso e manejo da terra, do solo e dos recursos naturais.

No DATALUTA, registramos 18 tipos de projetos de assentamentos de Reforma Agrária - RA (Quadro 3) e 7 tipos de assentamentos de Reforma agrária de Mercado – RAM (Quadro 4), são eles: **PA** (Projeto de Assentamento Federal); **PAE** (Projeto de Assentamentos Agroextrativistas); **PAF** (Projeto de Assentamento Florestal); **PDS** (Projeto

de Desenvolvimento Sustentável); **PAM** (Projeto de Assentamento Municipal); **PCA** (Projeto de Assentamento Casulo); **PE** (Projeto de Assentamento Estadual); **PFP** (Projeto Fundo de Pasto); **FLONA** (Florestas Nacionais); **PRB** (Projeto de Reassentamento de atingidos por Barragens); **RESEX** (Reserva Extrativista); **RDS** (Reserva de Desenvolvimento Sustentável); **PAC** (Projeto de Assentamento Conjunto); **PAD** (Projeto de Assentamento Dirigido); **PAR** (Projeto de Assentamento Rápido); **PC** (Projeto de Colonização Oficial); **PIC** (Projeto Integrado de Colonização); **RCQ** (Reserva Cultural Quilombola); **BT** (Banco da Terra); **CAF** (Consolidação da Agricultura Familiar); **CF** (Crédito Fundiário); **CPR** (Combate a Pobreza Rural); **CAF** (Consolidação da Agricultura Familiar); **NPT/CAF** (Nossa Primeira Terra/Consolidação da Agricultura Familiar); **NPT/CPR** (Nossa Primeira Terra/Combate a Pobreza Rural). Os tipos de assentamentos também são divididos em 4 modalidades diferentes de assentamentos são elas: modalidade de projetos de assentamentos criados pelo INCRA na atualidade, Atual Governo Federal (**Atual GF**); modalidade de projetos de assentamentos criados pelo INCRA que estão fora de vigência (**Fora de vigência**); modalidade de projetos de assentamentos reconhecidos pelo INCRA como beneficiários da reforma agrária (**Beneficiários**); modalidade de projetos de assentamentos criados por Estados, Municípios e empresas de colonização particular (**Atual EMP**). Aqui é importante esclarecer que também existem dez tipos projetos de assentamentos de reforma agrária de mercado - RAM, também conhecido como Crédito Fundiário (quadro 5).

É através desta metodologia de sistematização e análise dos dados de assentamentos rurais do DATALUTA que buscamos compreender a diversidade da Reforma Agrária e o processo de implantação de assentamentos rurais no Brasil. Os dados da categoria assentamentos do DATALUTA são uma referência importante para os pesquisadores da questão agrária brasileira é uma importante ferramenta de contestação dos dados divulgados pelos governos estadual e federal.

**Quadro 3 - Tipologia de Projetos de Assentamento de RA.**

	<b>SIGLA</b>	<b>TIPOS DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO - RA</b>	<b>MODALIDADE</b>
<b>1</b>	PA	Projeto de Assentamento Federal	ATUAL GF
<b>2</b>	PAE	Projeto de Assentamentos Agroextrativista	ATUAL GF
<b>3</b>	PAF	Projeto de Assentamento Florestal	ATUAL GF
<b>4</b>	PDS	Projeto de desenvolvimento Sustentável	ATUAL GF
<b>5</b>	PAM	Projeto de Assentamento Municipal	ATUAL EMP
<b>6</b>	PCA	Projeto de Assentamento Casulo	ATUAL EMP
<b>7</b>	PE	Projeto de Assentamento Estadual	ATUAL EMP
<b>8</b>	PFP	Projeto Fundo de Pasto	ATUAL EMP
<b>9</b>	FLONA	Florestas Nacionais	BENEFICIÁRIOS
<b>10</b>	PRB	Projeto de Reassentamento de atingidos por barragens	BENEFICIÁRIOS
<b>11</b>	RESEX	Reserva Extrativista	BENEFICIÁRIOS
<b>12</b>	RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	BENEFICIÁRIOS
<b>13</b>	PAC	Projeto de Assentamento Conjunto	FORA DE VIGÊNCIA
<b>14</b>	PAD	Projeto de Assentamento Dirigido	FORA DE VIGÊNCIA
<b>15</b>	PAR	Projeto de Assentamento Rápido	FORA DE VIGÊNCIA
<b>16</b>	PC	Projeto de Colonização Oficial	FORA DE VIGÊNCIA
<b>17</b>	PIC	Projeto Especial de Colonização	FORA DE VIGÊNCIA
<b>18</b>	RCQ	Projeto Integrado de Colonização	FORA DE VIGÊNCIA

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA, 2008.

**Quadro 4 - Tipologia de Projetos de Assentamento de RAM.**

	<b>TIPOS DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO</b>	<b>SIGLA</b>	<b>MODALIDADE</b>
<b>1</b>	Projeto de Cédula da Terra	PCT	BENEFICIÁRIOS
<b>2</b>	Banco da Terra	BT	FORA DE VIGÊNCIA
<b>3</b>	Crédito Fundiário	CF	BENEFICIÁRIO
<b>4</b>	Combate a Pobreza Rural	CPR	BENEFICIÁRIO
<b>5</b>	Consolidação da Agricultura Familiar	CAF	BENEFICIÁRIO
<b>6</b>	Nossa Primeira Terra/Consolidação da Agricultura Familiar	NPT/CAF	BENEFICIÁRIO
<b>7</b>	Nossa Primeira Terra/Combate a Pobreza Rural	NPT/CPR	FORA DE VIGÊNCIA

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra - DATALUTA, 2008.

## 6 - Relação e Territorialidade dos tipos de assentamentos das regiões Norte e Nordeste

A implantação de assentamentos no Brasil ocorre de forma bastante diversificada, correspondente ao grande número de projetos de assentamentos que têm territorialidades distintas. Com base nessa realidade, a atualização da relação dos tipos de projetos de assentamentos foi possível a partir do levantamento permanente dos dados sobre assentamentos rurais do DATALUTA, apresentados no quadro 5, onde podemos observar a tipologia de assentamentos de Reforma Agrária – RA. No quadro 6 apresentamos a tipologia de assentamentos de Reforma Agrária de Mercado – RAM. As atualizações realizadas no quadro inicial correspondem à legislação dos projetos de assentamentos e ao preenchimento de informações de grande parte dos projetos. O título do quadro foi alterado, ao invés de Relação e Caracterização da Tipologia de Assentamentos o título atual é: Relação e Territorialidade dos Tipos de Projetos de Assentamentos. A territorialidade representa os modos de uso dos territórios, assim estudamos o uso, o manejo do solo e a infra-estrutura dos assentamentos. Também foi acrescentada a coluna sobre a modalidade correspondente a cada tipo de assentamento.

**Quadro 5 - Relação e Territorialidade dos Tipos de Projetos de Assentamentos Rurais – RA**

Nº	Sigla	Nome/Descrição	Territorialidade	Modalidade
1	PA	Projeto de Assentamento Federal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA;</li> <li>• Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade da União;</li> <li>• Infra-estrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União;</li> <li>• Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União</li> <li>• Legislação: <b>(INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 30 DE MARÇO DE 2004, art.3º)</b></li> </ul>	ATUAL GF
2	PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA;</li> <li>• Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A) de responsabilidade da união;</li> <li>• Infra-estrutura básica (estradas de acesso,</li> </ul>	

			<p>água e energia elétrica) de responsabilidade da União;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Titulação (Concessão de Uso) de responsabilidade da União;</li> <li>• Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas;</li> <li>• Atividades ambientalmente diferenciadas.</li> <li>• Legislação: <b>Portaria/INCRA/P/Nº 268 DE 23 DE OUTUBRO DE 1996.</b></li> </ul>	ATUAL GF
3	PAF	Projeto de Assentamento Florestal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Modalidade de assentamento, destinada as áreas com aptidão para o manejo florestal de uso múltiplo, em base familiar comunitária, prevê ainda à formação de plantios, com espécies nativas em casos de existência de áreas significativas já convertidas para outras atividades produtivas.</li> <li>• Forma de assentamento recentemente criada.</li> <li>• A obtenção da terra, criação do Projeto, a seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A), Infra-estrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) e a Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade do INCRA.</li> <li>• Legislação: <b>PORTARIA/INCRA/P/ Nº. 1.141 de 19 de dezembro de 2003 e PORTARIA /INCRA/P /No- 215, DE 6 DE JUNHO DE 2006.</b></li> </ul>	ATUAL GF
4	PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Modalidade de projeto criada para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas, destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental.</li> <li>• Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade da União através do INCRA;</li> <li>• Aporte de recursos de crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A) de responsabilidade do Governo Federal;</li> <li>• Infra-estrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União;</li> <li>• Não há a individualização de parcelas (Titulação coletiva – fração ideal) e a titulação de responsabilidade da União;</li> <li>• Forma de assentamento recentemente criada.</li> <li>• Legislação: <b>Portaria/INCRA/P Nº. 477, de 04 de novembro de 1999.</b></li> </ul>	ATUAL GF
5	PAM	Projeto de Assentamento Municipal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de</li> </ul>	

			<ul style="list-style-type: none"> <li>responsabilidade dos municípios;</li> <li>Aporte de recursos de crédito e infra-estrutura de responsabilidade dos municípios;</li> <li>Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (PRONAF A) mediante convênio;</li> <li>O INCRA reconhece os Projetos Municipais como de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária;</li> <li>Titulação de responsabilidade dos municípios.</li> <li>Legislação: <b>NORMA DE EXECUÇÃO INCRA Nº. 37, DE 30 DE MARÇO DE 2004.</b></li> </ul>	ATUAL EMP
6	PCA	Projeto de Assentamento Casulo	<ul style="list-style-type: none"> <li>Projeto de Assentamento criado pelo município;</li> <li>A União pode participar com os recursos para a obtenção de recursos fundiários, mas a terra é do município;</li> <li>Aporte de recursos de Crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e C) de responsabilidade do Governo Federal;</li> <li>Infra-estrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade do Governo Federal e Municipal;</li> <li>Diferencia-se pela proximidade a centros urbanos e pelas atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas;</li> <li>Titulação de responsabilidade do município.</li> <li>Legislação: <b>NORMA DE EXECUÇÃO INCRA Nº. 37, DE 30 DE MARÇO DE 2004.</b></li> </ul>	ATUAL EMP
7	PE	Projeto de Assentamento Estadual	<ul style="list-style-type: none"> <li>Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários é de responsabilidade das Unidades Federativas;</li> <li>Aporte de recursos de crédito e infra-estrutura de responsabilidade das Unidades Federativas segundo seus programas fundiários;</li> <li>Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (PRONAF A) mediante convênio;</li> <li>Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à Infra-estrutura básica;</li> <li>O INCRA reconhece os Projetos Estaduais como Projetos de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o</li> </ul>	ATUAL EMP



			<p>Programa de Reforma Agrária.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Titulação de responsabilidade das Unidades Federativas.</li> <li>• Legislação: <b>NORMA DE EXECUÇÃO INCRA Nº. 37, DE 30 DE MARÇO DE 2004.</b></li> </ul>	
8	PFP	Projeto Fundo de Pasto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetos criados pelo Estado ou Municípios sob responsabilidade da Coordenação do Desenvolvimento Agrário (CDA), órgão do governo do estado da Bahia, voltado ao atendimento dessas populações tradicionais locais.</li> <li>• Esses projetos são reconhecidos o pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem ao PRONAF A.</li> <li>• Legislação: <b>Convênio entre o Incra na Bahia, a Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Cultura (Fapec) e a Coordenação do Desenvolvimento Agrário (CDA).</b></li> </ul>	ATUAL EMP
9	FLONA	Florestas Nacionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• De competência do IBAMA</li> <li>• São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como créditos de implantação e produção (PRONAF A).</li> <li>• Legislação: <b>Criação: LEI 9985/200 E DECRETO 4340/2002 O reconhecimento de Flona como beneficiária do PNRA, feito por analogia, à portaria de reconhecimento das Resex.</b></li> </ul>	BENEFICIÁRIOS
10	PRB	Projeto de reassentamento de atingidos por barragens	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A implantação é de competência dos empreendedores e o Incra reconhece como beneficiário do PNRA, quando eles passam a ter direito ao Pronaf A, Assistência Técnica Social e Ambiental -ATES e Pronera.</li> <li>• Legislação: <b>Reconhecimento foi autorizado pela PORTARIA/ INCRA Nº687/2004</b></li> </ul>	BENEFICIÁRIOS
11	RESEX	Reservas Extrativistas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• De competência do IBAMA</li> <li>• São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária (créditos de implantação e produção e eventualmente infra-estrutura básica);</li> <li>• A obtenção de terras não é feita pelo INCRA,</li> </ul>	BENEFICIÁRIOS

			<p>mas pelos órgãos ambientais, federal ou estadual quando da criação das RESEX</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Legislação: <b>Criação: LEI 9985/200 e DECRETO 4340/2002 Reconhecimento: PORTARIA INTERMINISTERIAL N° 13, DE 19 DE SETEMBRO DE 2002.</b></li> </ul>	
12	RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> <li>• De competência do IBAMA</li> <li>• São unidade de conservação de uso sustentável reconhecida o pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como créditos de implantação e produção (PRONAF A)</li> <li>• Legislação: <b>Criação, LEI 9985/200 e DECRETO 4340/2002 O reconhecimento de RDS como beneficiária do PNRA, feito por analogia, à portaria de reconhecimento das Resex.</b></li> </ul>	BENEFICIÁRIOS
13	PAC	Projeto de Assentamento Conjunto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto de Colonização Oficial implantado pelo INCRA em parceria previamente definida com empresas rurais de grande porte ou cooperativas.</li> <li>• Legislação: <b>LEI N°. 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.</b></li> </ul>	FORA DE VIGÊNCIA
14	PAD	Projeto de Assentamento Dirigido	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mesmas características do Projeto de Colonização Oficial, porém é um Projeto que apresenta uma demanda específica, como o remanejamento de comunidades atingidas por barragens e remanejamento de famílias inseridas em áreas indígenas, entre outras.</li> <li>• Forma criada a partir da década de 70, com o objetivo de cumprir as determinações do <b>Estatuto da Terra</b>, quanto ao assentamento de pequenos e médios agricultores, em regime de propriedade familiar.</li> <li>• Projetos criados e titulados pela União visando a regularização de glebas rurais sob seu domínio</li> <li>• Legislação: <b>LEI N°. 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.</b></li> </ul>	FORA DE VIGÊNCIA
15	PAR	Projeto de Assentamento Rápido	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projetos criados pela União visando a regularização de glebas rurais sob seu domínio;</li> <li>• Aporte de recursos basicamente referentes à demarcação topográfica;</li> <li>• Titulação de responsabilidade da União;</li> <li>• Não havia o aporte de recursos para implantação de infra-estrutura básica;</li> <li>• Forma pouco utilizada nas últimas duas</li> </ul>	FORA DE VIGÊNCIA

			décadas. <ul style="list-style-type: none"> <li>Legislação: <b>LEI Nº. 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.</b></li> </ul>	
16	PC	Projeto de Colonização Oficial	<ul style="list-style-type: none"> <li>Projetos criados pela União visando a colonização de áreas de vazio demográfico e de expansão da fronteira agrícola do território nacional, em especial da Amazônia Legal nas décadas de 1970 e 1980, forma pouco utilizada nas duas últimas décadas.</li> <li>Obtenção de terras, criação, aporte de recursos de Crédito Apoio a Instalação e de crédito de produção e a coordenação do Projeto eram de responsabilidade da União;</li> <li>Infra-estrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União, podendo ser feita conjuntamente com as unidades federativas e municípios;</li> <li>Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade do INCRA;</li> <li>Legislação: <b>LEI Nº. 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.</b></li> </ul>	FORA DE VIGÊNCIA
17	PIC	Projeto Integrado de Colonização	<ul style="list-style-type: none"> <li>Projeto de Colonização Oficial, geralmente implantado em grandes extensões de área, envolvendo significativo número de famílias, requerendo <u>ações integradas</u> entre as três instâncias governamentais;</li> <li>Implantados em terras públicas da União ou áreas desapropriadas pelo INCRA;</li> <li>Forma pouco utilizada nas últimas duas décadas.</li> <li>Legislação: <b>LEI Nº. 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964.</b></li> </ul>	FORA DE VIGÊNCIA
18	RCQ	Reserva Cultural Quilombola	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desde 1997</li> </ul>	SEM INFORMAÇÃO

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA, 2007.

[www.prudente.unesp.br/dgeo/nera](http://www.prudente.unesp.br/dgeo/nera)

Obs.: Especificamente nos casos do estado de São Paulo e Rio Grande do Sul, o INCRA estabeleceu convênios destinando recursos financeiros para a obtenção de terras (TDA e moeda corrente) ainda que sejam criados Projetos Estaduais de Assentamento em terras públicas do Estado.

**Quadro 6 - Relação e Territorialidade dos Tipos de Projetos de Assentamentos Rurais – RAM**

Nº	Sigla	Nome/Descrição	Características	Modalidade
1	BT	Banco da Terra	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criado no governo de FHC.</li> <li>• Os assentamentos podem ser implantados pelo Governo Federal, por entidades públicas estaduais e municipais e por cooperativas e associações de assentados.</li> <li>• O financiamento das terras se dá por meio do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.</li> <li>• <b>LEI COMPLEMENTAR Nº 93, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1998</b></li> </ul>	FORA DE VIGÊNCIA
2	CAF	Consolidação da Agricultura Familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criado no primeiro mandado do governo Lula, para substituir o PFT.</li> <li>• Tem por finalidade a Aquisição de imóveis rurais, com as benfeitorias já existentes e investimentos em infraestrutura básica e produtiva.</li> <li>• <b>Público-Alvo:</b> Trabalhadores rurais sem-terra (assalariados permanentes ou temporários, diaristas etc.), pequenos produtores rurais com acesso precário à terra (arrendatários, parceiros, meeiros, posseiros etc.), proprietários de minifúndios, assim classificados os imóveis, cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar definida no Estatuto da Terra. Associações e cooperativas que agreguem as pessoas mencionadas anteriormente. O proponente deverá dispor de renda familiar anual igual ou inferior a R\$ 15.000,00 e patrimônio familiar igual ou inferior a R\$ 30.000,00.</li> <li>• Os recursos provêm do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.</li> <li>• <b>Lei complementar 93/98</b></li> </ul>	BENEFICIÁRIOS
3	CF	Crédito Fundiário	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sem informação</li> </ul>	SEM INFORMAÇÃO
4	CPR	Combate a Pobreza Rural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criado no primeiro mandado do governo Lula, para substituir o CT e o CF CPR.</li> <li>• Público alvo: trabalhadores rurais sem terra, pequenos produtores rurais com acesso precário à terra e proprietários de minifúndios: imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar.</li> <li>• Os recursos provêm do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.</li> </ul>	BENEFICIÁRIOS
5	CT	Programa Cédula da		

		Terra	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto de Assentamento criado pela União com participação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS, onde a obtenção da terra se dá por meio da compra e venda, nunca pela desapropriação;</li> <li>• Os beneficiários recebem financiamento específico destinado a obtenção dos recursos fundiários e implantação da infra-estrutura básica. A seleção dos beneficiários de responsabilidade do Governo Federal;</li> <li>• Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União; Direcionados para regiões de difícil obtenção de terras por meio da desapropriação.</li> </ul>	BENEFICIÁRIOS
6	NPT/CAF	Nossa Primeira Terra/Consolidação da Agricultura Famílias	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criado para atender a demanda de jovens sem-terra ou filhos de agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 28 anos que queiram permanecer no meio rural e investir em uma propriedade, o programa pretende contribuir para a solução dos problemas do ordenamento agrário que agravam o êxodo rural e a concentração fundiária no Brasil. Os beneficiados devem estar organizados em associações.</li> <li>• O financiamento para aquisição dos imóveis é reembolsável, e os recursos são provenientes do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Já o financiamento para investimentos comunitários não é reembolsável e seus recursos provêm do Banco Mundial.</li> <li>• A linha de financiamento é liberada pelo programa de Consolidação da Agricultura Familiar.</li> </ul>	BENEFICIÁRIOS
7	NPT/CPR	Nossa Primeira Terra/Combate a Pobreza Rural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criado para atender a demanda de jovens sem-terra ou filhos de agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 28 anos que queiram permanecer no meio rural e investir em uma propriedade, o programa pretende contribuir para a solução dos problemas do ordenamento agrário que agravam o êxodo rural e a concentração fundiária no Brasil.</li> <li>• Os beneficiados devem estar organizados em associações. O financiamento para aquisição dos imóveis é reembolsável, e os recursos</li> </ul>	FORA DE VIGÊNCIA

			<p>são provenientes do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Já o financiamento para investimentos comunitários não é reembolsável e seus recursos provêm do Banco Mundial.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A linha de crédito é liberada pelo programa de Combate a Pobreza Rural</li> </ul>	
--	--	--	--	--

Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA, 2007.

[www.prudente.unesp.br/dgeo/nera](http://www.prudente.unesp.br/dgeo/nera)

Obs.: Especificamente nos casos do estado de São Paulo e Rio Grande do Sul, o INCRA estabeleceu convênios destinando recursos financeiros para a obtenção de terras (TDA e moeda corrente) ainda que sejam criados Projetos Estaduais de Assentamento em terras públicas do Estado.

## **7. - Distribuição e localização dos tipos de assentamento RA das regiões Norte e Nordeste**

Neste capítulo apresentamos a distribuição e a localização dos tipos de assentamento RA das regiões Norte e Nordeste. Primeiramente apresentaremos a territorialização desses assentamentos através de mapas sobre o número de assentamentos, a capacidade de famílias e a área. Em seguida através de tabelas e gráficos apresentamos a distribuição desses assentamentos em cada unidade federativa, e suas respectivas regiões. Num terceiro momento, será mostrada a localização espacial dos diferentes tipos de assentamento, através de mapas.

No mapa 1 estão cartografados os municípios que contém assentamentos RA nas regiões Norte e Nordeste. Vemos que algumas regiões se destacam com grande número de assentamentos, como o Sudeste do Estado do Pará, o Sertão do Estado do Ceará, a Zona Canavieira do Nordeste (envolvendo a Zona da Mata de Pernambuco, Paraíba e Alagoas). Essas regiões são caracterizadas por altos índices de luta pela terra. Isso mostra que na região Nordeste a luta pela terra é mais intensa do que na região Norte. Salientamos que 95% dos assentamentos da região Nordeste são dos tipos PA e PE que tem origem, na maior parte dos casos, na desapropriação de áreas com altos índices de conflito pela terra. Por outro lado, na região Amazônica os números são menores. Excetuando-se o Centro e o Sudeste do Pará, o Leste do Acre e algumas áreas em Rondônia, os números são baixos se comparados com os do Nordeste.

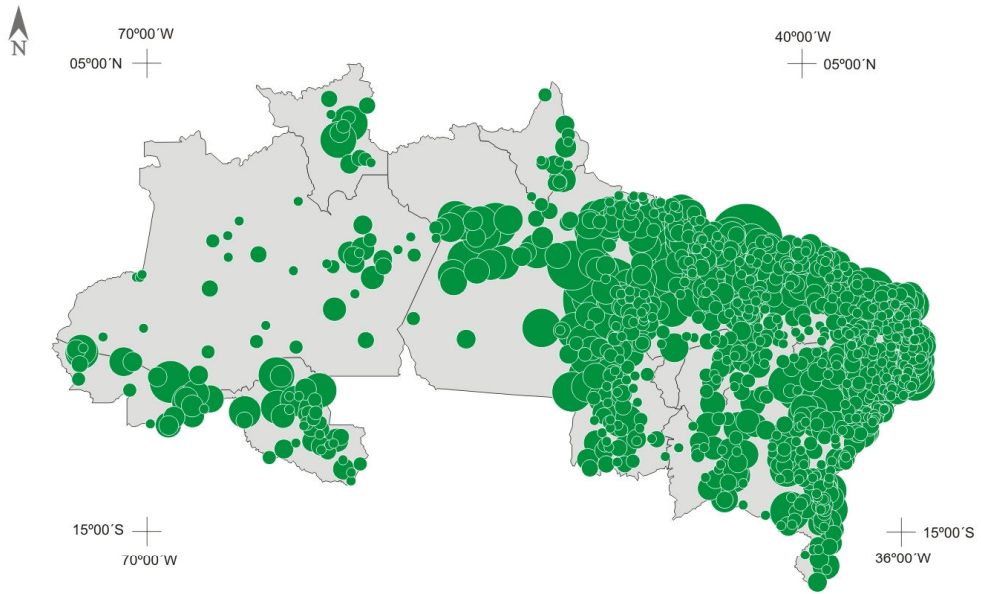
O mapa 2 traz a geografia das famílias assentadas nas regiões Norte e Nordeste. Percebemos que as áreas que possuem maior quantidade de famílias assentadas estão localizadas na região Norte. Destacam-se a região Central e Sudeste do Estado do Pará, a

região Nordeste do Estado de Rondônia, a região Leste do Estado do Acre e a região Sudeste do Estado de Amazonas. Assim, mesmo com a região Norte não possuindo grande quantidade de assentamentos se comparada com a região Nordeste, o número de famílias no Norte é maior. Isso pode ser explicado pelos tipos de assentamento que lá tem sido implantado. Assentamentos como o RESEX, PDS, PIC e PAE, por possuírem extensas áreas comportam grande quantidade de famílias.

No mapa 3 estão representadas as áreas dos assentamentos das regiões Norte e Nordeste. Nesse mapa fica explícito que as áreas de floresta da região Norte têm correspondido a maior parte do território dos assentamentos das regiões Norte e Nordeste. Esse fato pode ser explicado pela tipologia dos assentamentos que por lá são implantados, que tem por característica o uso de grandes lotas de terra. Entre os tipos de assentamento da região Norte que tem como característica o uso de extensas áreas podemos destacar o FLONA, o PAE, o RDS e o RESEX. Destacam-se as seguintes áreas: o Estado do Acre, o Nordeste de Rondônia, o Leste e o Centro-Oeste do Estado do Amazonas e o Sul do Amapá. Dos Estados da região Nordeste o que apresenta maiores números é o Piauí. Nesse caso, os assentamentos são do tipo PA e PE, o que mostra que nessa região esses tipos de assentamento possuem maiores área do que nas outras regiões.

**Mapa 1 - Regiões Norte e Nordeste- Geografia dos Assentamentos Rurais - RA - 1969-2006**

**Número de Assentamentos**



**Legenda**

Número de assentamentos por município



**Escala Gráfica**



**DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra**

**NERA:** Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária  
[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)  
**Coordenação:** Bernardo Mançano Fernandes  
**Cartografia:** Estevan Leopoldo de Freitas Coca

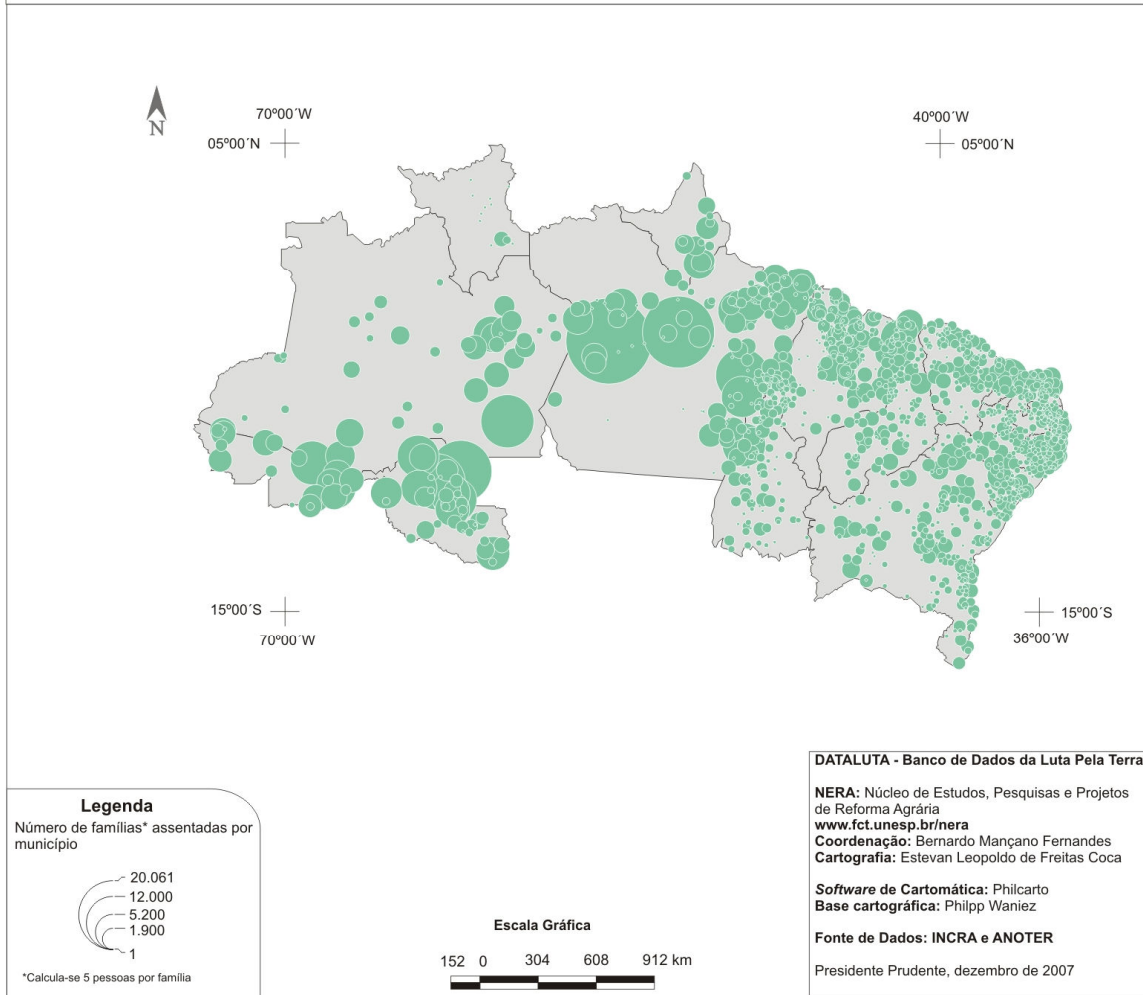
**Software de Cartomática:** Philcarto  
**Base cartográfica:** Philipp Waniez

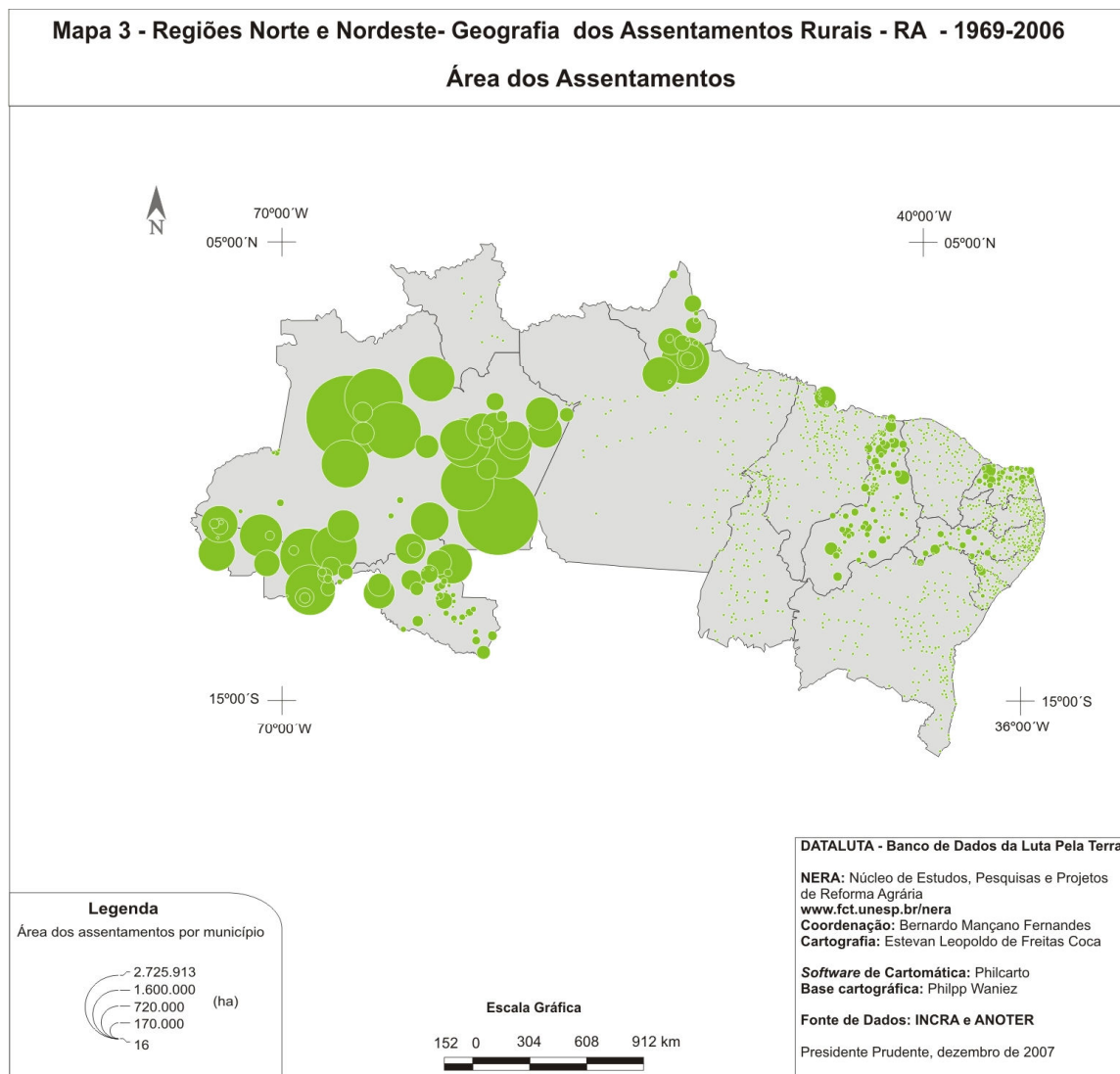
**Fonte de Dados:** INCRA e ANOTER  
Presidente Prudente, dezembro de 2007



**Mapa 2 - Regiões Norte e Nordeste- Geografia dos Assentamentos Rurais - RA - 1969-2006**

**Número de Famílias Assentadas**





Na tabela 3 nos é apresentada a territorialização dos tipos de assentamentos das regiões Norte e Nordeste. Na região Norte existem 15 projetos de assentamentos diferentes, o que representa um total de 1.718 assentamentos, ou 21,12% do total nacional. O número de famílias é de 446.429, ou 44,36% do total no país. A área ocupada por esses assentamentos é de 49.394.347 hectares, ou 71,35% do total, o que mostra que nessa região os lotes dos assentamentos são maiores que nas outras regiões. Dentre os diferentes tipos o PA é o que possui maiores números, com 75,84% do total de assentamentos, com 58,68% das famílias da região, e com uma área 31,77% do total da região. Os números de assentamentos e de famílias são muito superiores, comparados à soma dos demais tipos, como podemos

observar nas figuras 1 e 2. Todavia, essa hegemonia acontece em menores proporções na área. Através da figura 3, percebemos que os projetos reconhecidos pelo INCRA como beneficiários da reforma agrária somados aos projetos agroextrativistas diminuem a diferença encontrada no número de assentamentos e de famílias. A área desses assentamentos, somada, chega a 27,8% da área total destinada aos assentamentos rurais no Brasil. Os assentamentos oriundos de projetos de colonização como o PAC, o PAD e o PC, somados, chegam ao número de 31, ou 0,38% dos assentamentos no país, com 3,07% do número de famílias e 2,67% da área.

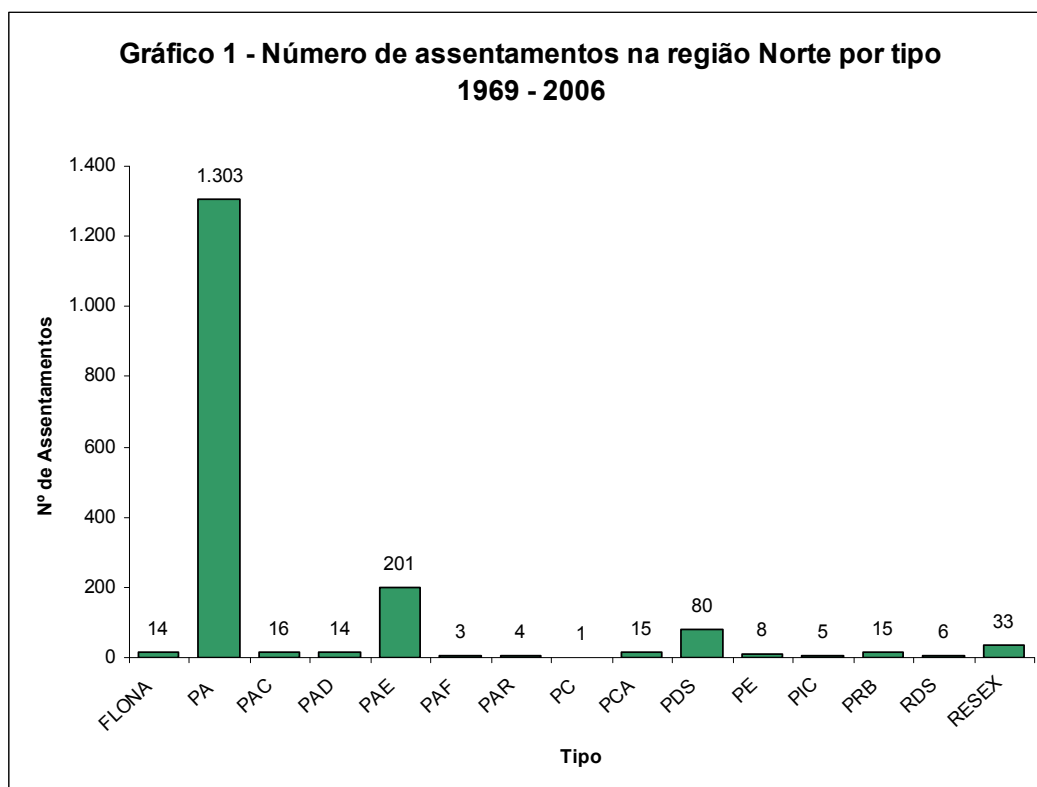
**Tabela 3 – Tipos de assentamentos RA das regiões Norte e Nordeste – 1969-2006**

<b>Região</b>	<b>Nº de assentamentos</b>	<b>%</b>	<b>Nº de famílias</b>	<b>%</b>	<b>Área</b>	<b>%</b>
<b>Norte</b>	<b>1.718</b>	<b>100,00</b>	<b>446.429</b>	<b>100,00</b>	<b>49.394.347</b>	<b>100,00</b>
FLONA	14	0,81	3.735	0,84	4.463.081	9,04
PA	1.303	75,84	261.948	58,68	15.690.300	31,77
PAC	16	0,93	5.061	1,13	347.975	0,70
PAD	14	0,81	24.858	5,57	1.500.848	3,04
PAE	201	11,70	51.885	11,62	7.835.513	15,86
PAF	3	0,17	275	0,06	67.353	0,14
PAR	4	0,23	6.214	1,39	1.610.801	3,26
PC	1	0,06	95	0,02	408	0,00
PCA	15	0,87	811	0,18	5.191	0,01
PDS	80	4,66	24.883	5,57	3.132.043	6,34
PE	8	0,47	322	0,07	2.138	0,00
PIC	5	0,29	37.667	8,44	3.999	0,01
PRB	15	0,87	350	0,08	15.513	0,03
RDS	6	0,35	2.000	0,45	5.673.710	11,49
RESEX	33	1,92	26.325	5,90	9.045.474	18,31
<b>Nordeste</b>	<b>3.709</b>	<b>100,00</b>	<b>323.865</b>	<b>100,00</b>	<b>9.796.105</b>	<b>100,00</b>
PA	3.150	84,93	280.051	86,47	8.354.714	85,29
PAE	1	0,03	87	0,03	1.836	0,02
PAR	1	0,03	86	0,03	4.497	0,05
PCA	62	1,67	2.835	0,88	15.743	0,16
PE	373	10,06	34.573	10,68	1.245.795	12,72
PFP	120	3,24	4.003	1,24	145.898	1,49
RESEX	2	0,05	2.230	0,69	27.622	0,28

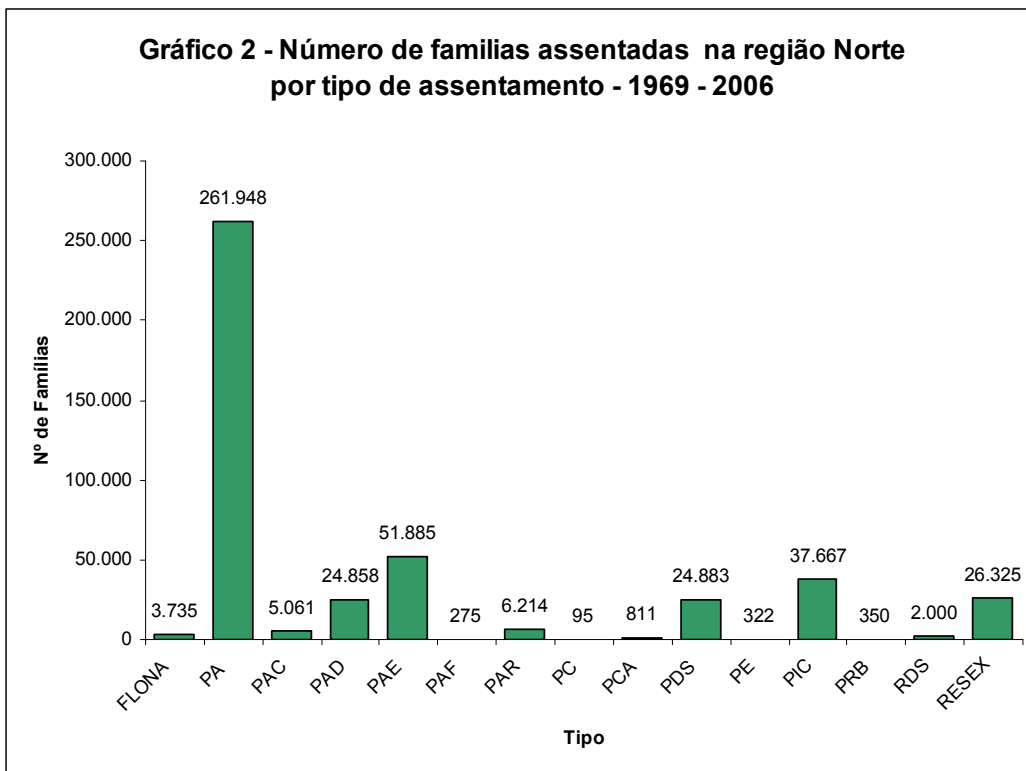
Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra, 2007.

Na região Nordeste existem 7 tipos de projetos de assentamento diferentes. Aqui se destacam os assentamentos do tipo PA e PE que tem como característica principal à desapropriação de terras para a reforma agrária. Juntos, eles representam 94,98 dos assentamentos implantados na região e 43,3% do total nacional. Como podemos observar

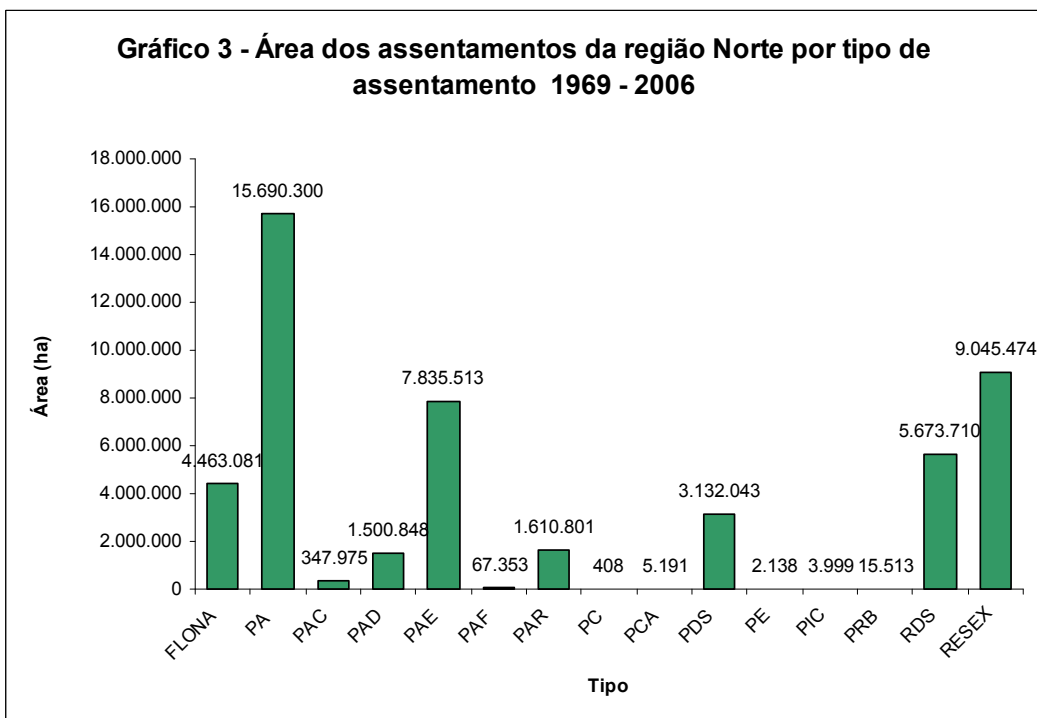
por meio das figuras 4,5 e 6, os assentamentos PA e PE se destacam com maior número de assentamentos e de famílias, além de ocupar maior área. Na seqüência, aparece o tipo PFP, que só existe no Estado da Bahia, e o PCA. Os assentamentos de área florestada (PAE e RESEX) são apenas 3 ou 0,3% do total nacional, com 2.317 famílias, ou 0,23 do total do Brasil e 29.458 hectares ou 0,4% do total nacional.



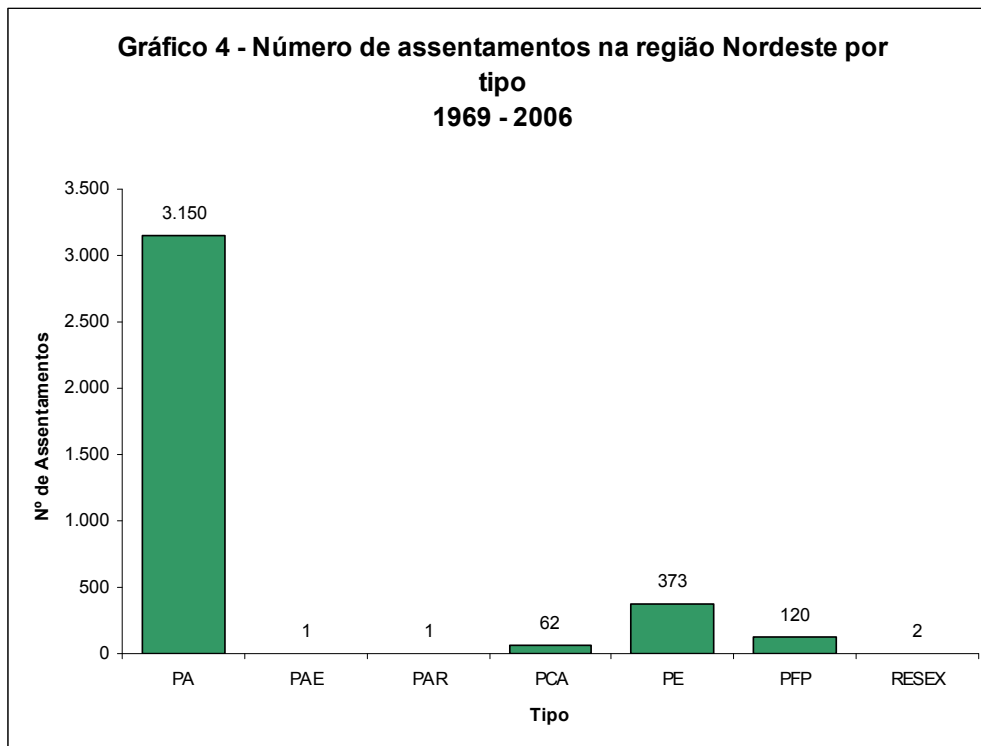
Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2007.



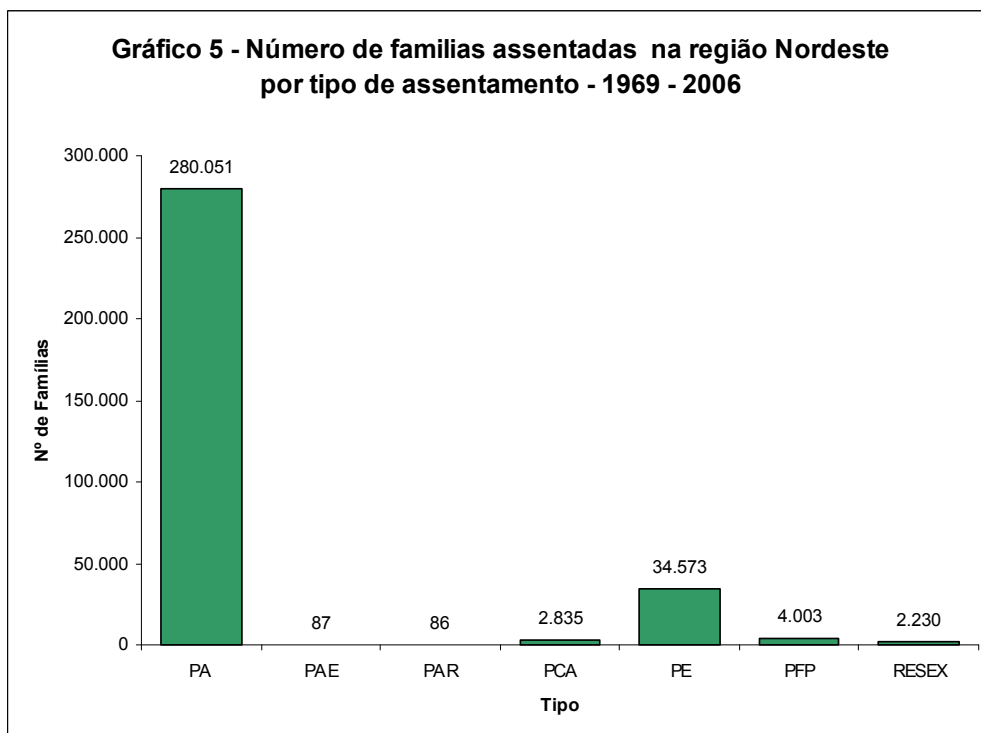
Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2007.



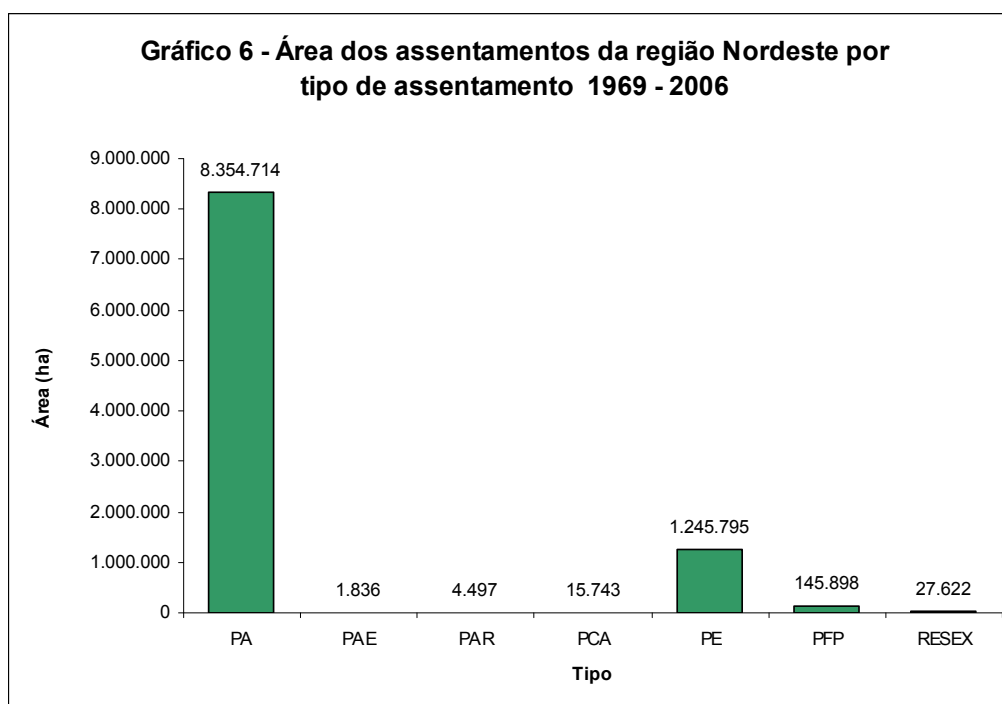
Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2007.



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2007.



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2007.



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2007.

**Tabela 4 – Tipos de assentamentos RA das regiões Norte e Nordeste por estado – 1969-2006**

Estado	FLONA	PA	PAC	PAD	PAE	PAF	PAR	PC	PCA	PDS	PE	PIC	PRB	RDS	RESEX	PFP	Total
Acre	7	76	0	5	11	3	2	0	3	13	8	0	0	0	5	0	133
Alagoas	0	104	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	106
Amazonas	5	36	0	0	27	0	0	0	0	5	0	0	0	6	9	0	88
Amapá	0	30	0	4	2	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2	0	40
Bahia	0	503	0	0	1	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	120	627
Ceará	0	355	0	0	0	0	0	0	0	0	29	0	0	0	1	0	385
Maranhão	0	739	0	0	0	0	0	0	36	0	174	0	0	0	0	0	949
Pará	2	650	16	0	161	0	0	1	8	53	0	2	0	0	13	0	906
Paraíba	0	250	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	256
Pernambuco	0	458	0	0	0	0	0	0	0	0	24	0	0	0	0	0	482
Piauí	0	311	0	0	0	0	0	0	18	0	133	0	0	0	1	0	463
R.G. do Norte	0	279	0	0	0	0	0	0	1	0	7	0	0	0	0	0	287
Rondônia	0	133	0	4	0	0	0	0	3	4	0	3	0	0	4	0	151
Roraima	0	46	0	1	0	0	2	0	0	4	0	0	0	0	0	0	53
Sergipe	0	151	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	154
Tocantins	0	332	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0	0	347
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>4.453</b>	<b>16</b>	<b>14</b>	<b>202</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>77</b>	<b>80</b>	<b>381</b>	<b>5</b>	<b>15</b>	<b>6</b>	<b>35</b>	<b>120</b>	<b>5.427</b>

Fonte: DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra, 2007.

Na tabela 4, apresentamos os tipos de assentamento RA de cada unidade federativa das regiões Norte e Nordeste. Os assentamentos do tipo PA estão presentes em todos os estados, totalizando 4.453. Os assentamentos do tipo PAC, PAF, PC, PRB e PFP estão distribuídos

cada um em apenas um estado. O tipo que possui menor número de assentamentos nessas regiões é o PC, com apenas 1.

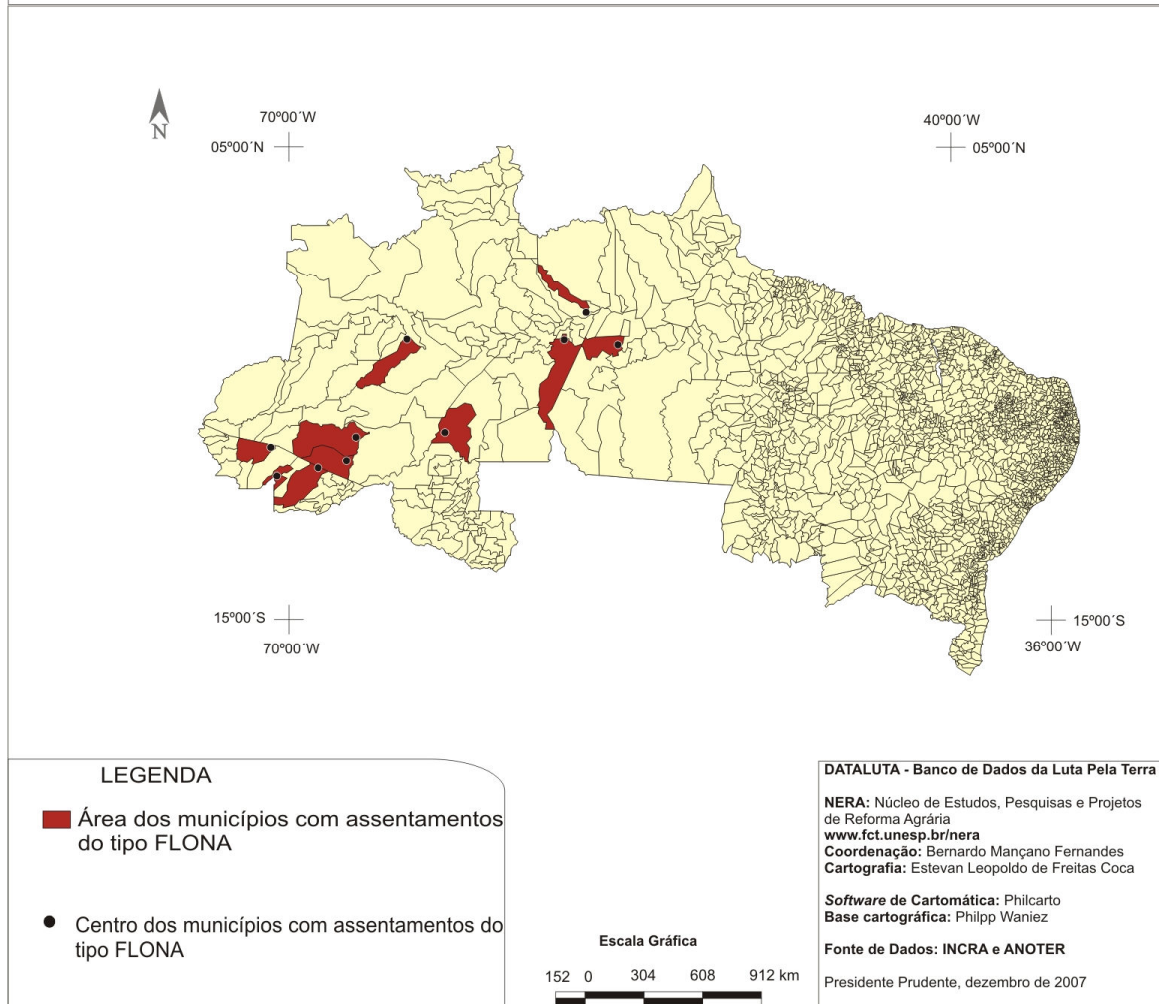
Do total de assentamentos, o Maranhão é o Estado que possui maior quantidade, com 949, seguido do Pará, com 906 e da Bahia, com 627. Os que possuem menor número são o Amapá, com 40, Roraima, com 53 e o Amazonas, com 88.

O Estado que possui o maior número de projetos de assentamento é o Acre, com 10. Os que possuem menor quantidade de projetos são Tocantins, Sergipe, Pernambuco e Paraíba, todos com 2.



### Mapa 4 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RA - 1969-2006

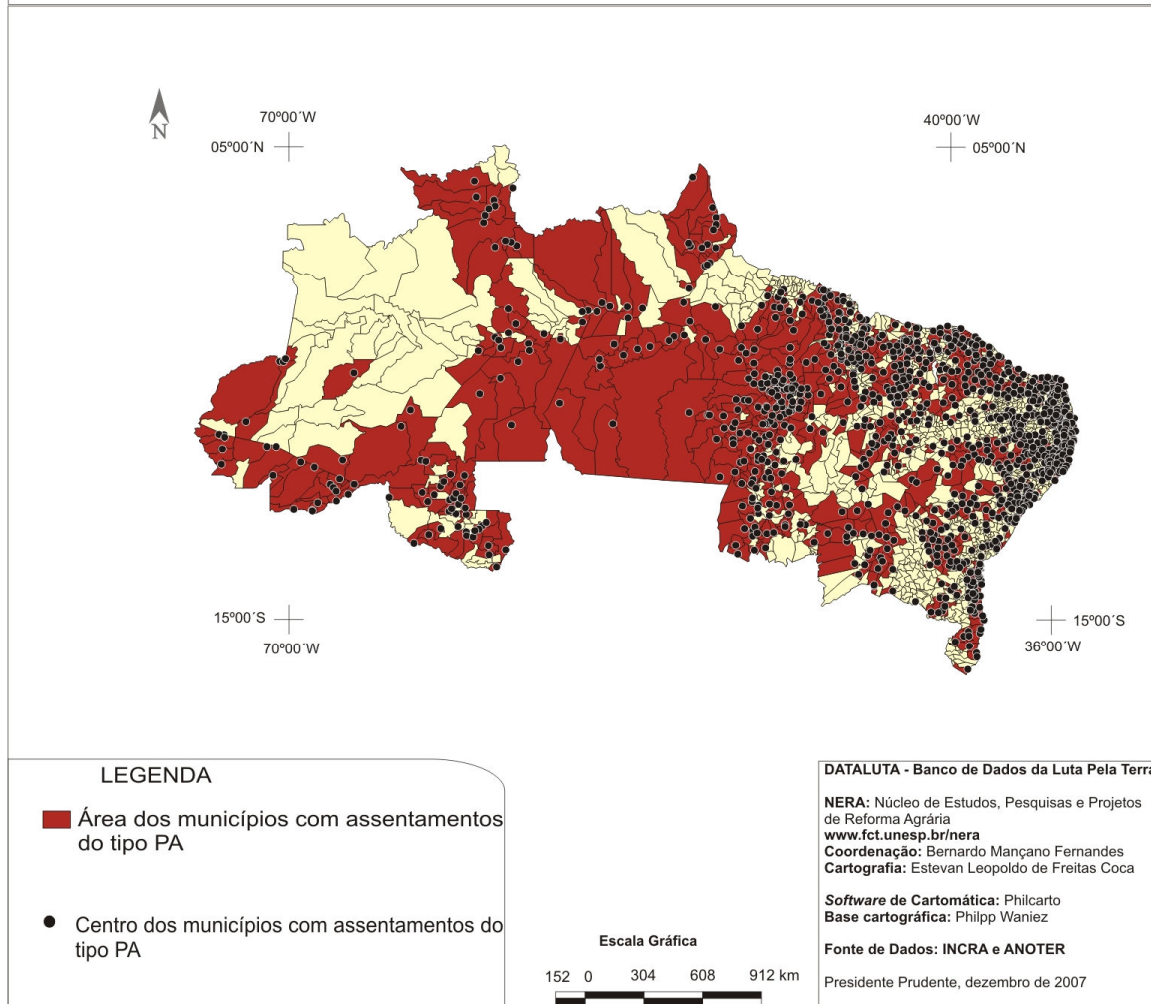
#### Municípios com Assentamentos - FLONA



No mapa 4, temos a localização dos assentamentos do tipo FLONA nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Esse projeto é de competência do IBAMA. São unidades de conservação de uso sustentável, reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias da reforma agrária. Como percebemos no mapa, esses assentamentos estão localizados em municípios da região Norte, nos estados do Acre, do Amazonas e do Pará.

**Mapa 5 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RA - 1969-2006**

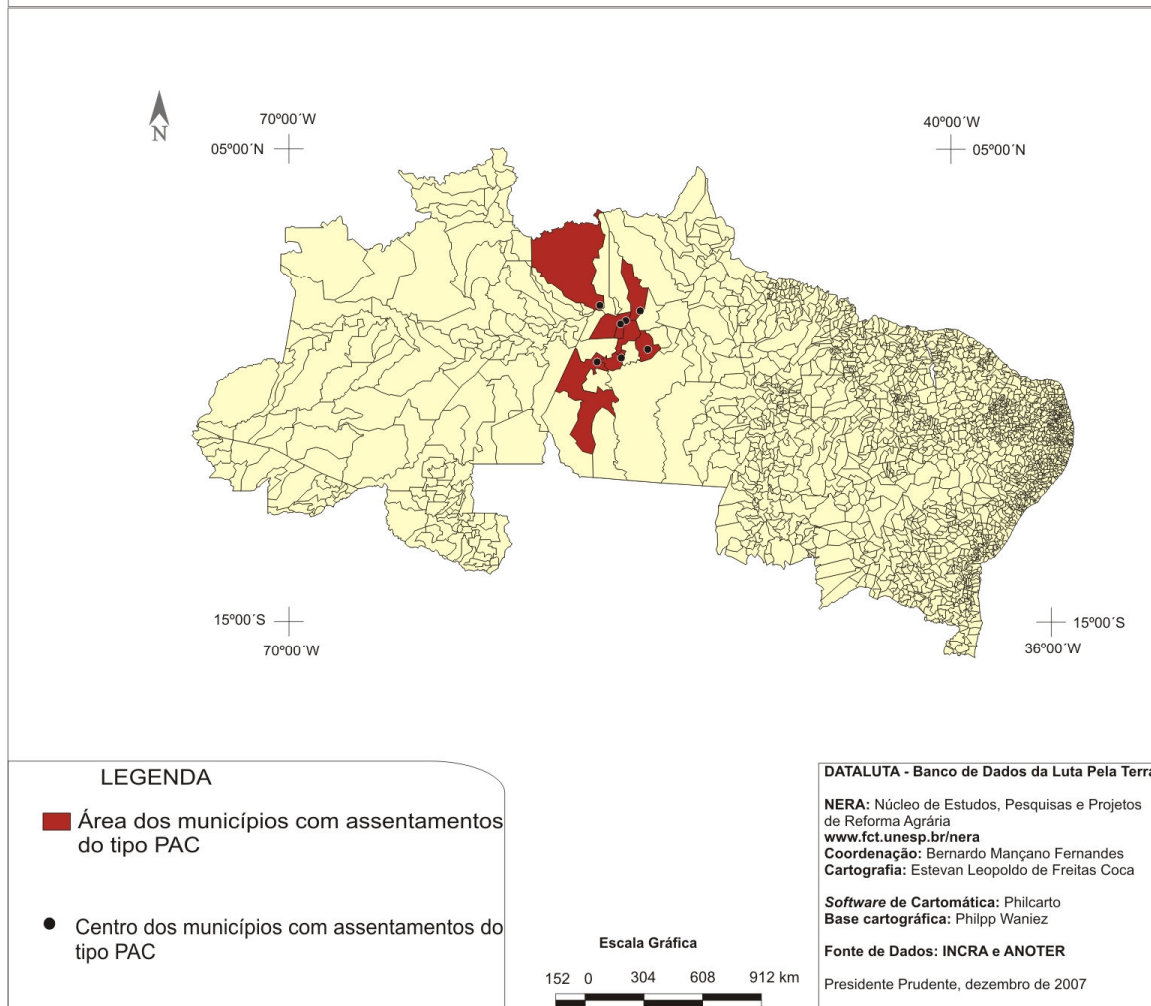
**Municípios com Assentamentos - PA**



No mapa 5, temos a localização dos assentamentos do tipo PA nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Como mencionado alhures, esse tipo de projeto é de competência da União e está relacionado, na maior parte dos casos, à desapropriação de terras. Como vemos, esses assentamentos se encontram territorializados pelas duas regiões, porém no Nordeste o número de municípios é maior, principalmente na sua faixa que corresponde a Zona da Mata, nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Na região Norte a área que possui o maior número de municípios com esse tipo de assentamento é o sudeste do Pará.

### Mapa 6 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RA - 1969-2006

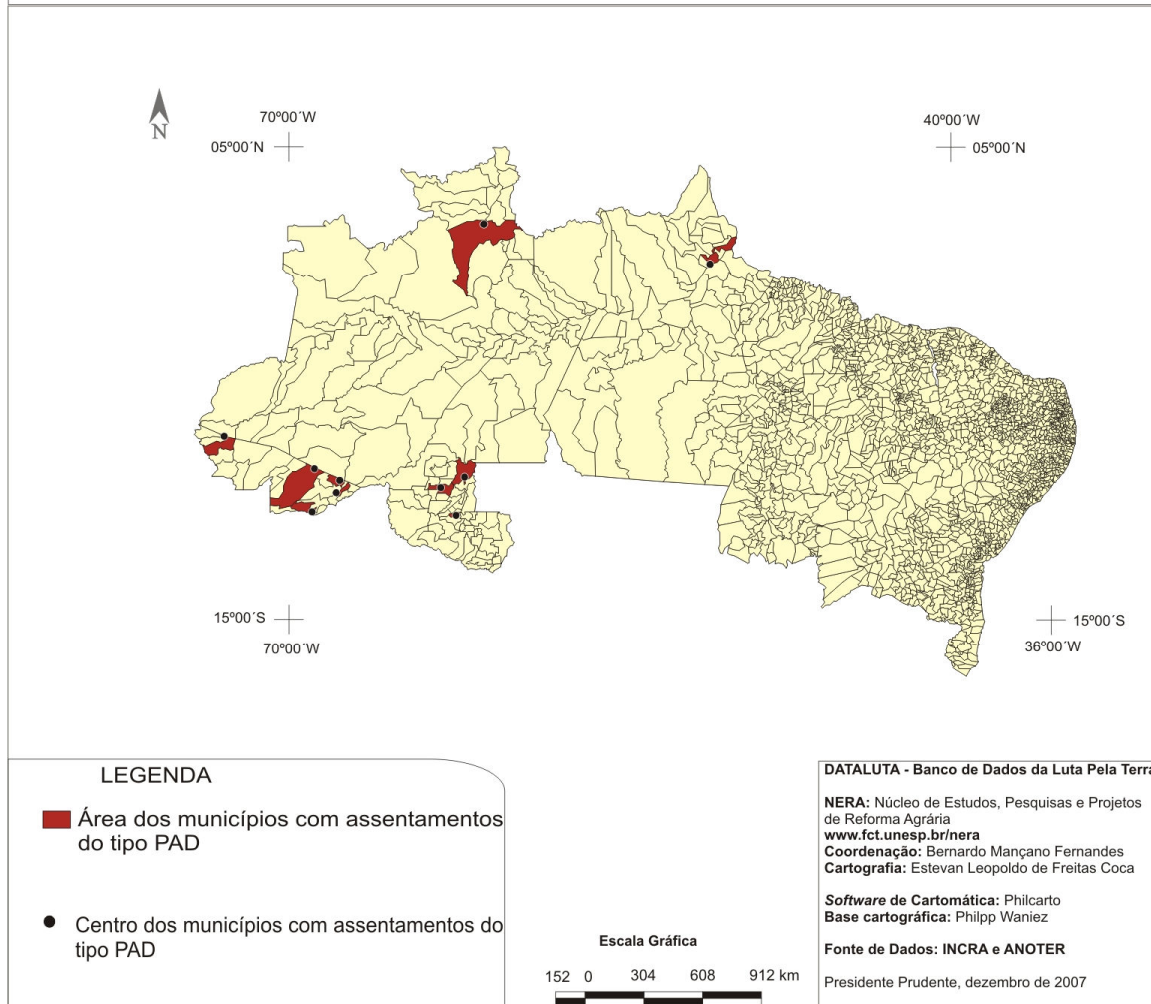
#### Municípios com Assentamentos - PAC



No mapa 6 está representada a localização dos assentamentos do tipo PAC nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Esses assentamentos foram implantados durante o regime militar e tinham o objetivo de colonizar áreas de vazio demográfico, além de se caracterizarem como uma política de remoção de trabalhadores das regiões de tensão social do Nordeste para a Amazônia (OLIVEIRA, 1993). Como podemos observar esses assentamentos estão localizados em municípios do Estado do Pará.

### Mapa 7 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RA - 1969-2006

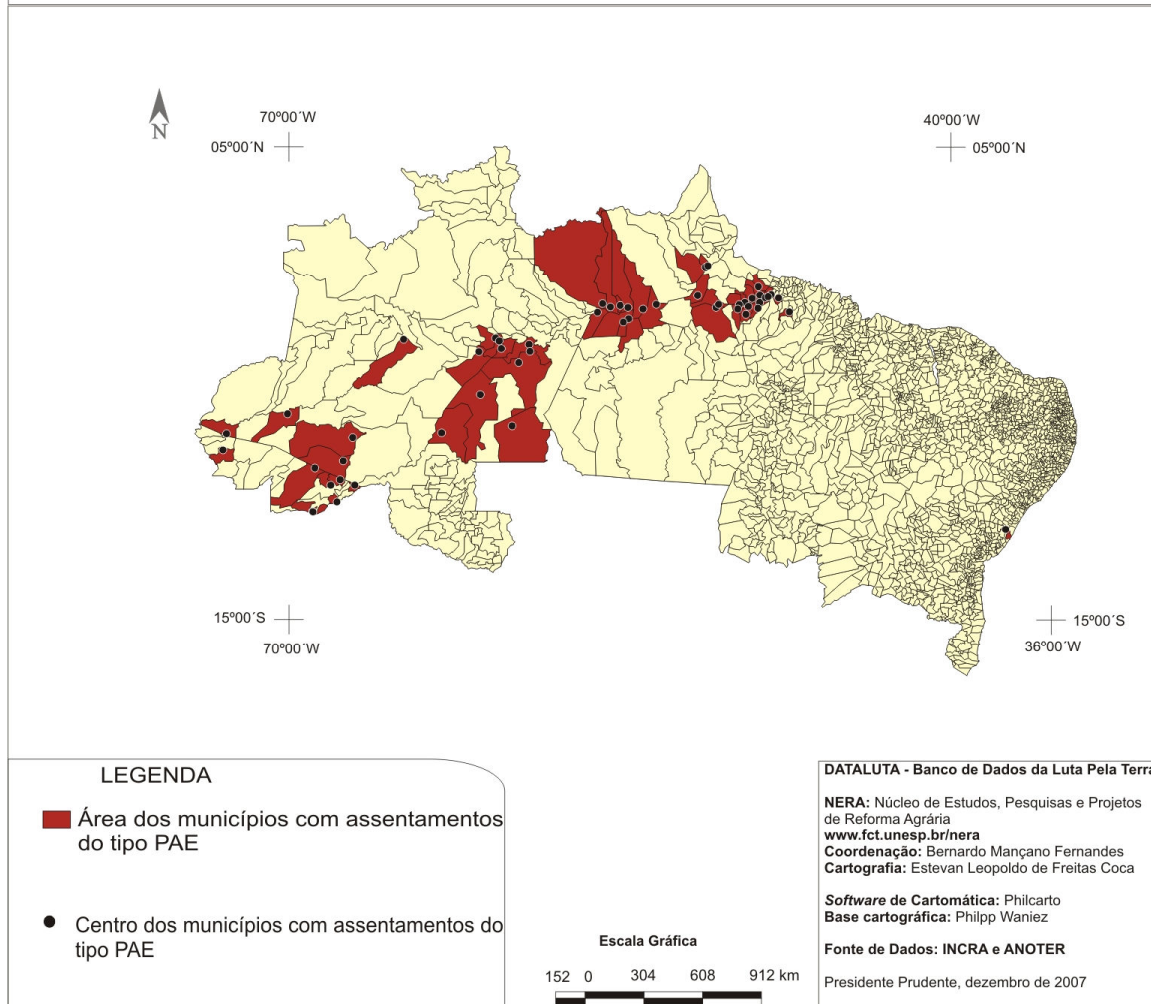
#### Municípios com Assentamentos - PAD



No mapa 7, está representada a localização dos assentamentos do tipo PAD nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Esse tipo de projeto visa à colonização de áreas de vazio demográfico, através do remanejamento de atingidos por barragens, indígenas e outros. Percebemos que esses assentamentos estão localizados em municípios da região Norte do Brasil. O Acre é o Estado que possui maior número de municípios com esse tipo de assentamento, sendo seguido por Rondônia, em especial na sua região Nordeste, pelo Amapá e Roraima, cada um com um município.

### Mapa 8 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RA - 1969-2006

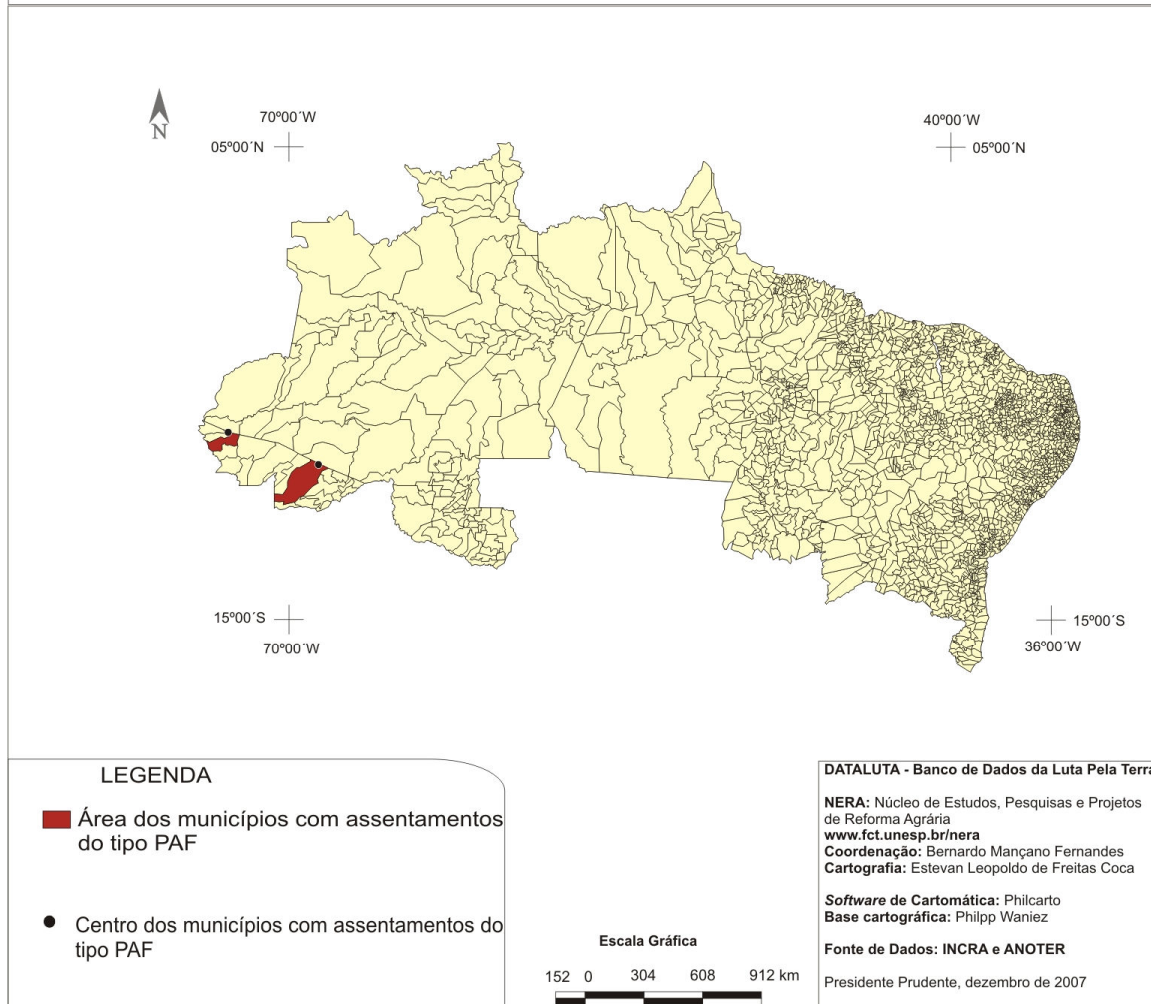
#### Municípios com Assentamentos - PAE



No mapa 8, temos a localização dos assentamentos PAE nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Esses projetos visam regularizar a situação de seringueiros que resistiram à expropriação promovida no contexto da apropriação da terra na configuração territorial da fronteira agropecuária (SILVA, 2005). Nessas áreas trabalha-se com extrativismo e atividades agrícolas de sustentação familiar, contudo são priorizados os ramos agroflorestais (ou seja, conciliam-se atividades agroextrativistas com práticas agrícolas e a criação de animais). Verificamos que esses assentamentos, majoritariamente, estão na região amazônica, nos Estados do Acre, Amazonas, Amapá e Pará. Desses o Estado que possui maior número de municípios com assentamentos desse tipo é o Pará.

### Mapa 9 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RA - 1969-2006

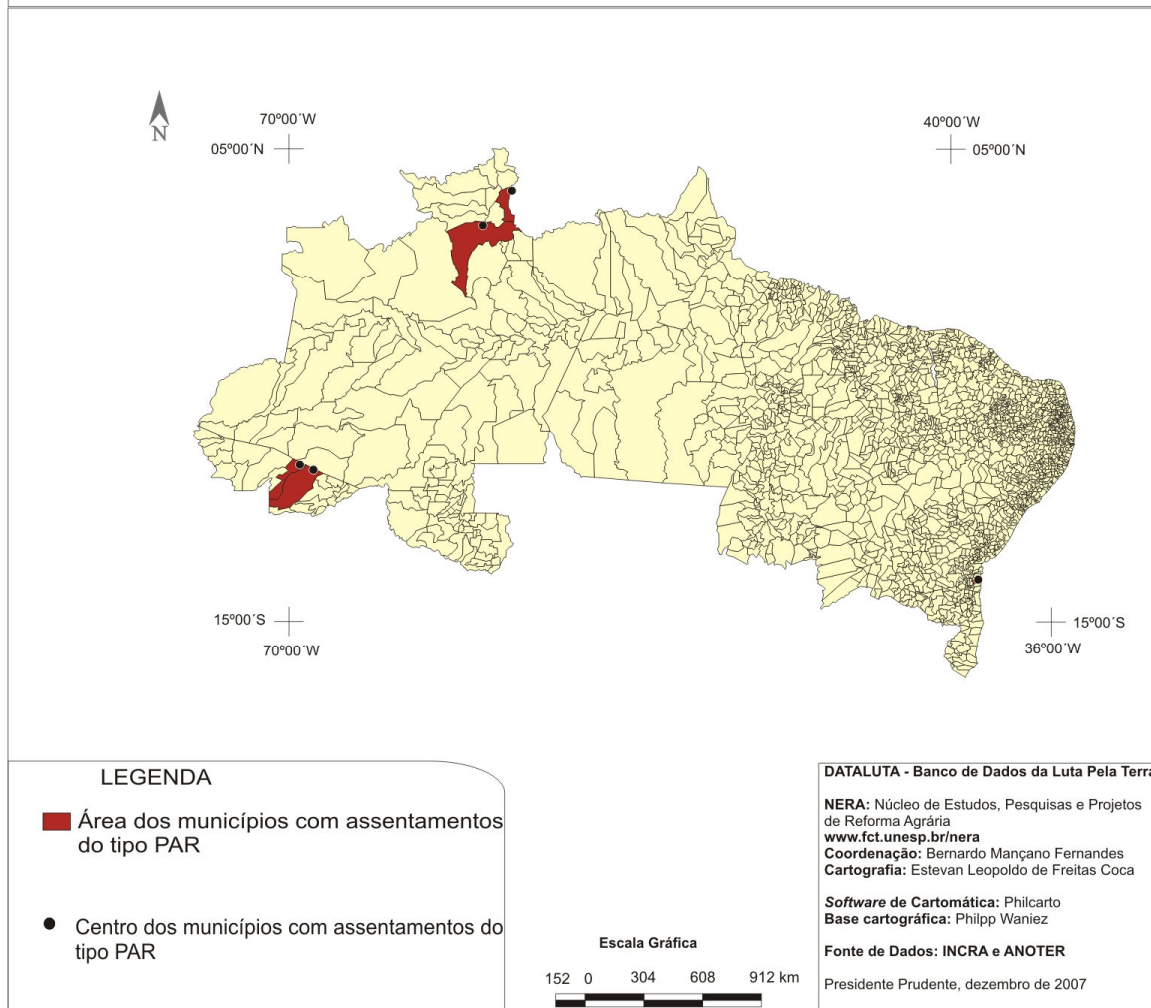
#### Municípios com Assentamentos - PAF



No mapa 9, temos a localização dos assentamentos do tipo PAF nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Esse tipo de assentamento é destinado a áreas com aptidão para o manejo florestal de uso múltiplo, em base familiar comunitária, prevê ainda a formação de plantios, com espécies nativas em casos de existência de áreas significativas já convertidas para outras atividades produtivas. Como podemos observar o único Estado das regiões Norte e Nordeste que possui municípios com esse tipo de assentamento é o Acre.

**Mapa 10 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RA - 1969-2006**

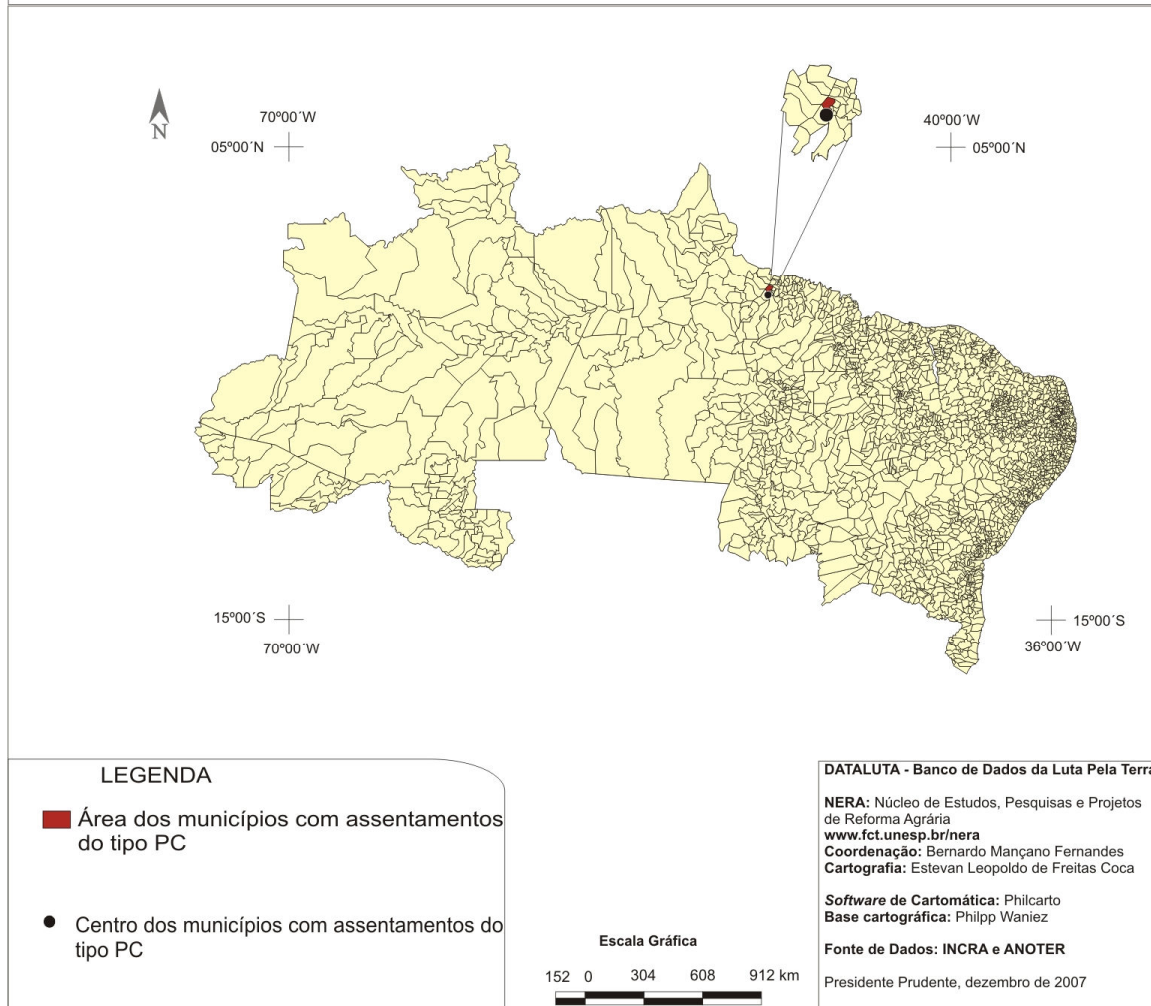
**Municípios com Assentamentos - PAR**



No mapa 10 temos a localização dos assentamentos do tipo PAR pelas regiões Norte e Nordeste do Brasil. São projetos criados pela União visando à regularização de glebas rurais sob seu domínio. Para a implantação de tais projetos é necessária a pré-disposição de uma infra-estrutura básica. Com podemos observar no mapa os únicos Estados que possuem municípios com esse tipo de assentamento são o Acre, Roraima e a Bahia.

**Mapa 11 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RA - 1969-2006**

**Municípios com Assentamentos - PC**

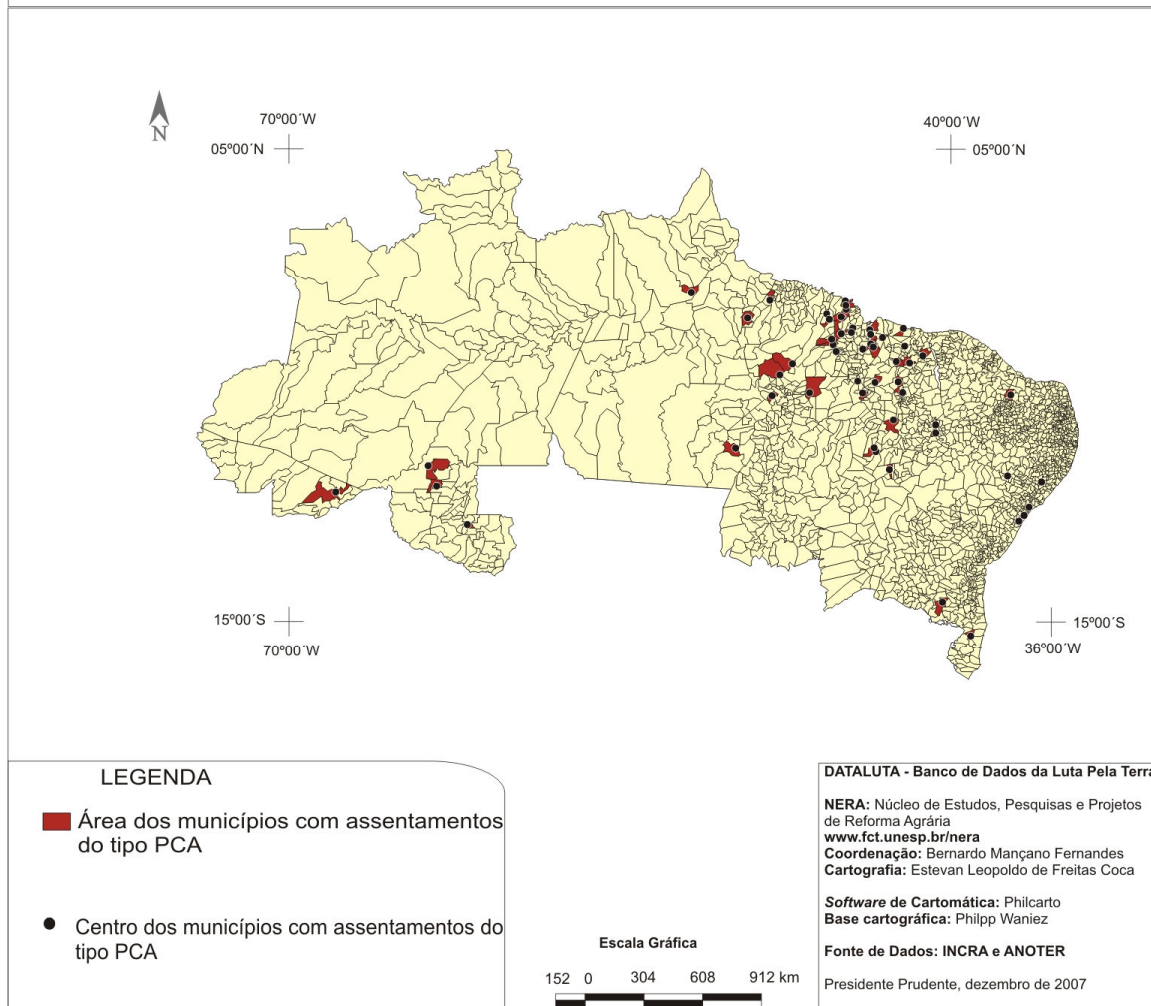


A localização dos assentamentos do tipo PC nas regiões Norte e Nordeste está representada no mapa 11. Esse tipo de projeto, de autoria do governo militar, visava à colonização de áreas de vazio demográfico e de expansão da fronteira agrícola. Temos apenas um assentamento desse tipo. Ele está localizado no município de Belém no Pará.



**Mapa 12 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RA - 1969-2006**

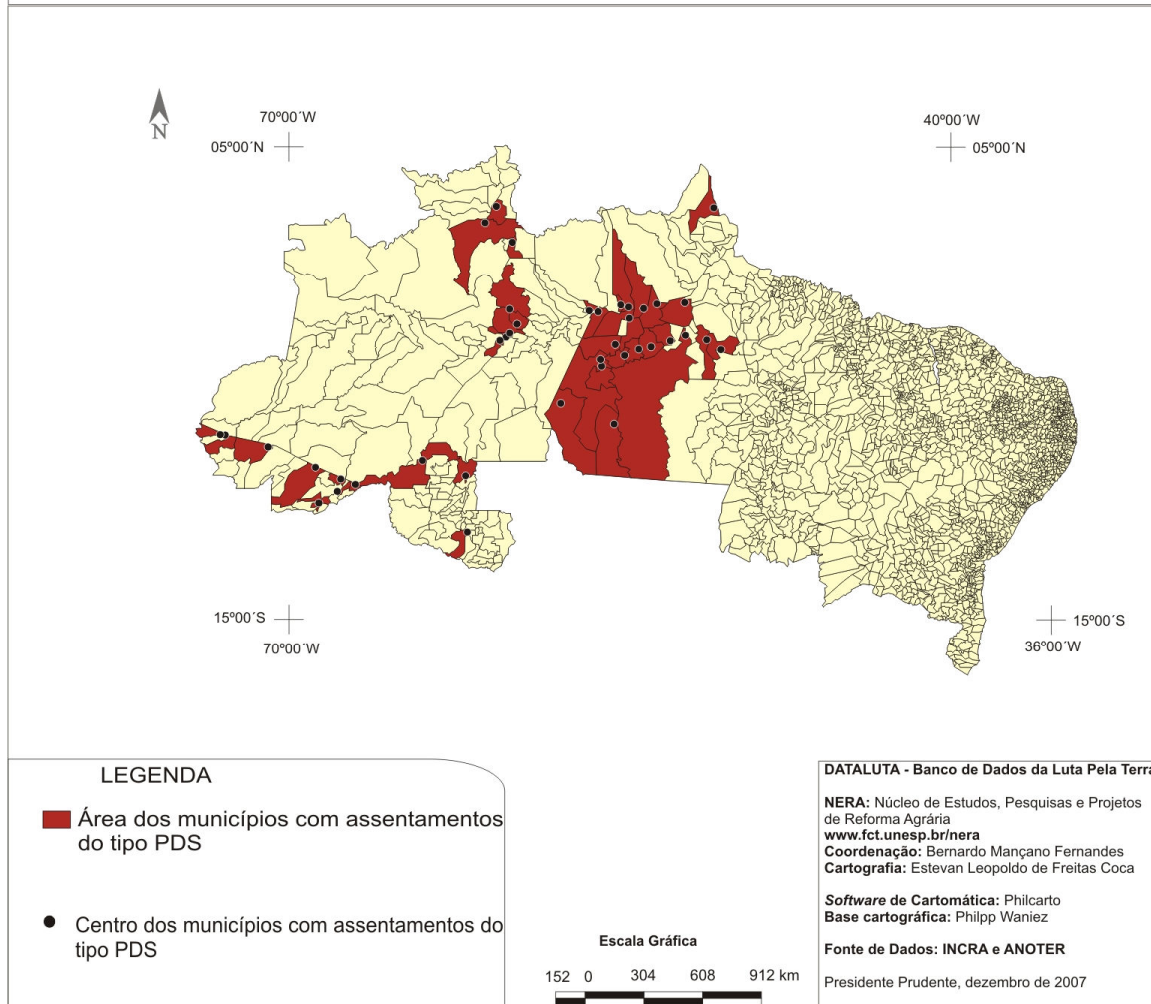
**Municípios com Assentamentos - PCA**



No mapa 12, temos a localização dos Projetos de Assentamento Casulo. Os assentamentos desse tipo apesar de contar com recursos da União são implantados em terras de poder dos municípios. Vemos que o Estado que concentra o maior número desse tipo de assentamento é o Maranhão, em especial na sua região Norte, em seguida aparece o Estado do Pará.

### Mapa 13 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RA - 1969-2006

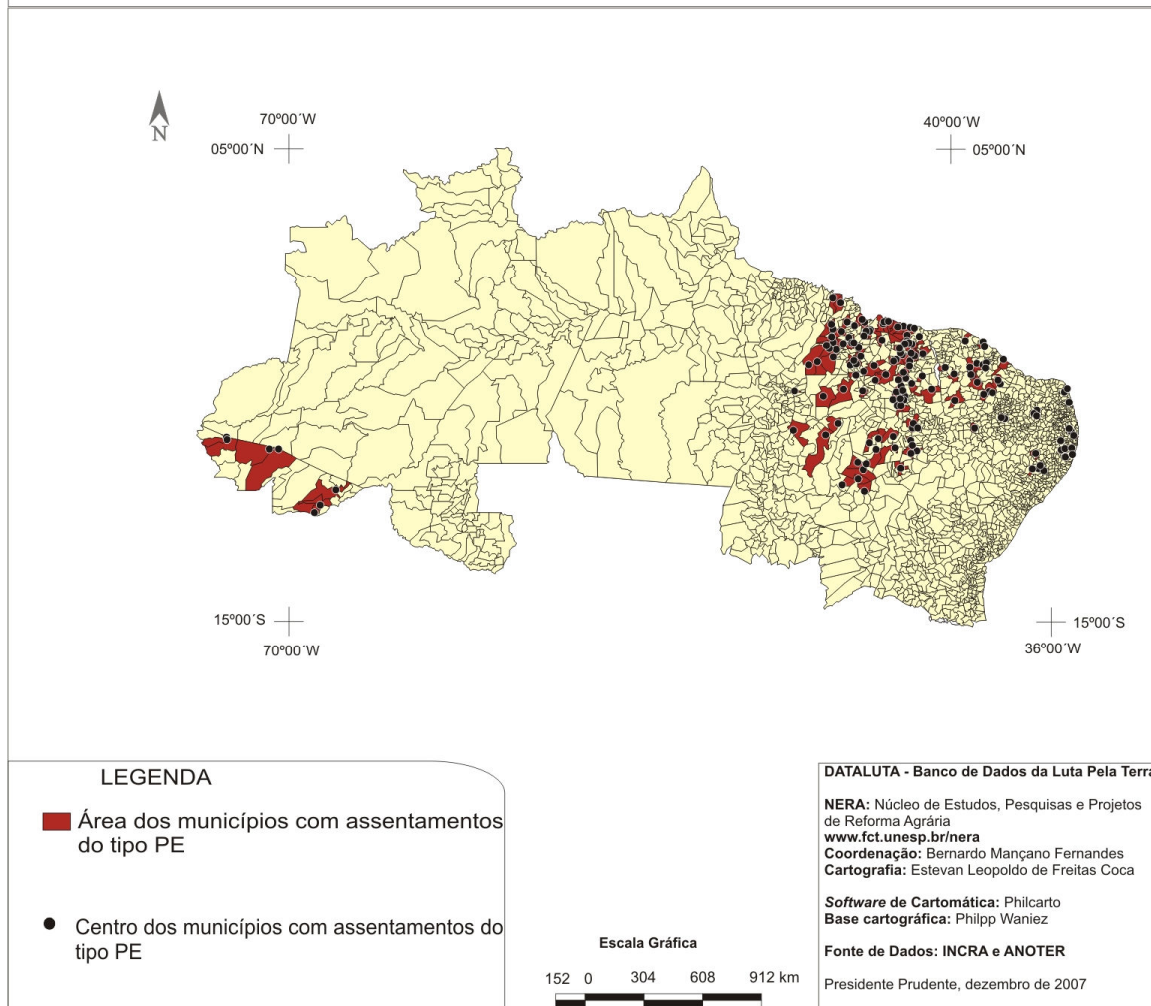
#### Municípios com Assentamentos - PDS



No mapa 13, está representada a localização dos assentamentos PDS nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Esse tipo de assentamento visa à execução de atividades ambientais diferenciadas, é destinado a populações que baseiam sua sobrevivência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental. Vemos que esses assentamentos estão localizados em municípios da região Norte, em especial nos Estados do Acre e no Norte do Pará, não existindo nenhum em municípios da região Nordeste.

### Mapa 14 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RA - 1969-2006

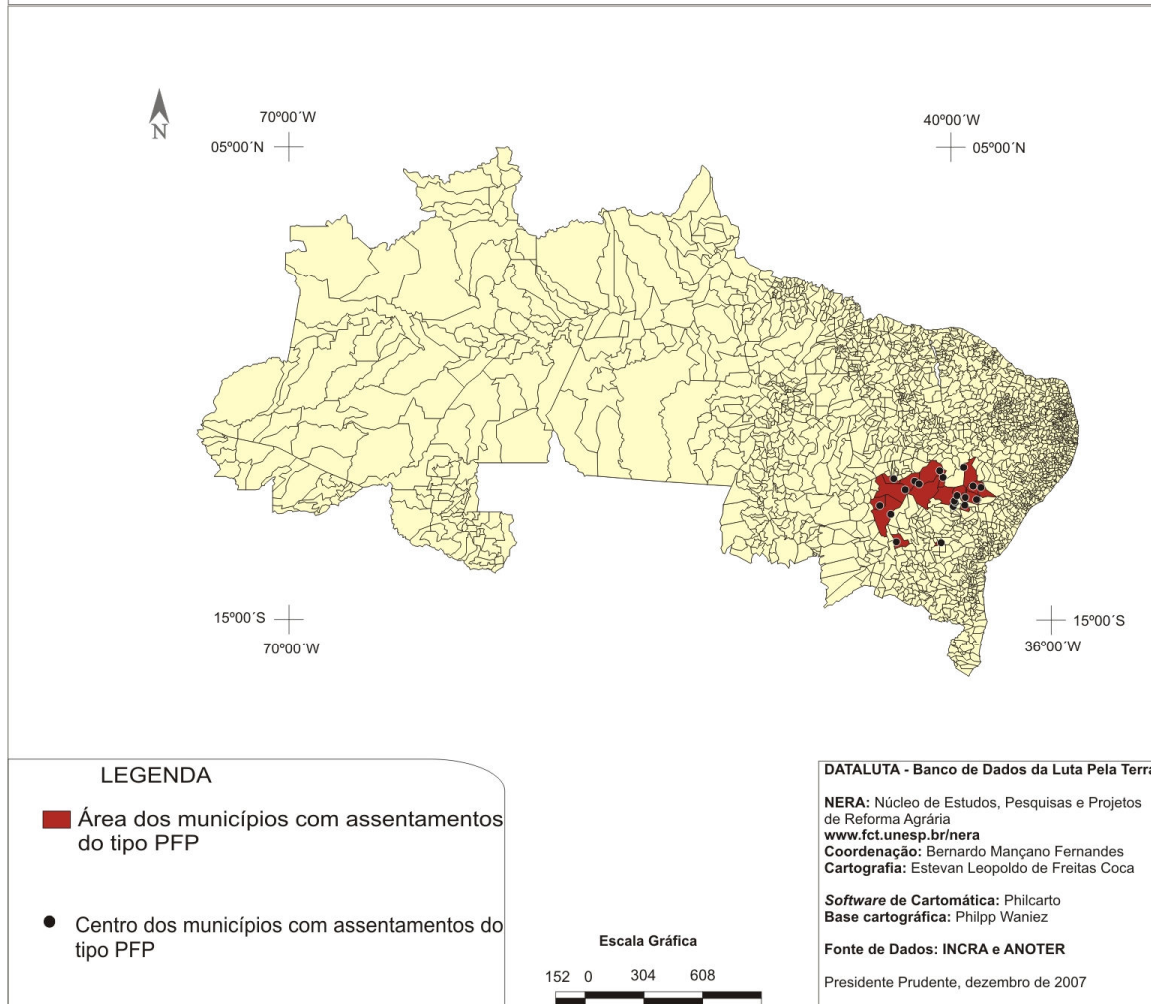
#### Municípios com Assentamentos - PE



No mapa 14, temos a localização dos assentamentos do tipo PE nas regiões Norte e Nordeste. Aqui percebemos que o único Estado da região Norte que possui esse tipo de assentamento é o Acre. Na região Nordeste, 6 Estados apresentam assentamentos do tipo PE, sendo eles: Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio do Grande do Norte. O Estado do Maranhão é o que possui a maior quantidade desse tipo de assentamentos, totalizando o número de 174. Essa territorialidade mais intensa em alguns estados do que em outros pode ser explicada pelo fato desse tipo de assentamento, apesar de receber fomento da União, ser de responsabilidade das unidades federativas.

### Mapa 15 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RA - 1969-2006

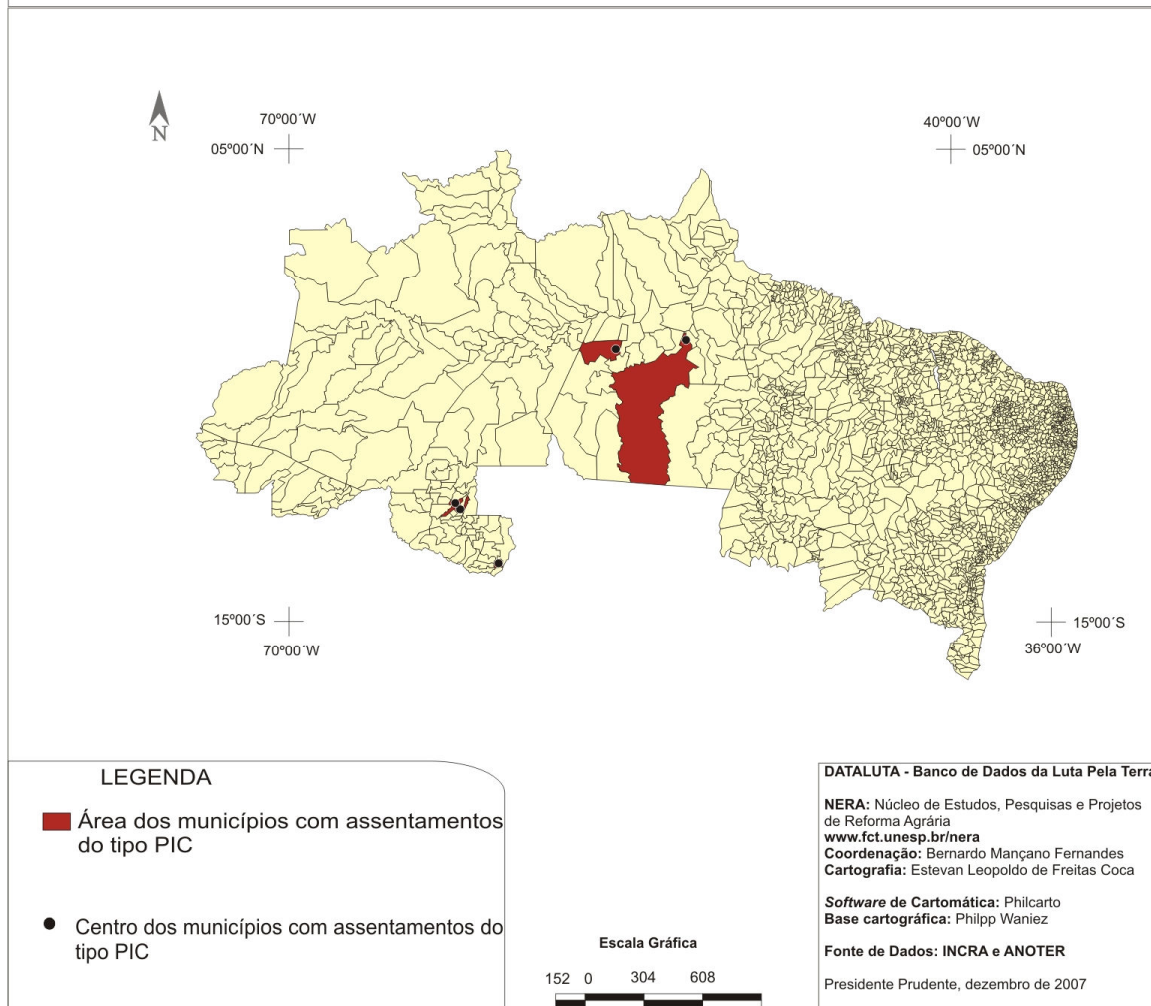
#### Municípios com Assentamentos - PFP



No mapa 15, temos a localização dos assentamentos do tipo do tipo PFP nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Esse tipo de projeto foi implementado pelo governo da Bahia, em parceria com os municípios. Eles visam reconhecer os direitos das comunidades locais onde se “criaram regras consensuais e orientam o uso comum de terras para criação de gado de pequeno porte articulado ao uso individual de parcelas dispersas, onde plantam e residem” (GERARDI e OLIVEIRA, p.16). Esse projeto é reconhecido pelo INCRA como beneficiário da reforma agrária. O mapa ajuda a observar a concentração desse tipo de assentamento. Todos os municípios que contém assentamentos desse tipo estão localizados na região do médio São Francisco no Estado da Bahia.

## Mapa 16 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RA - 1969-2006

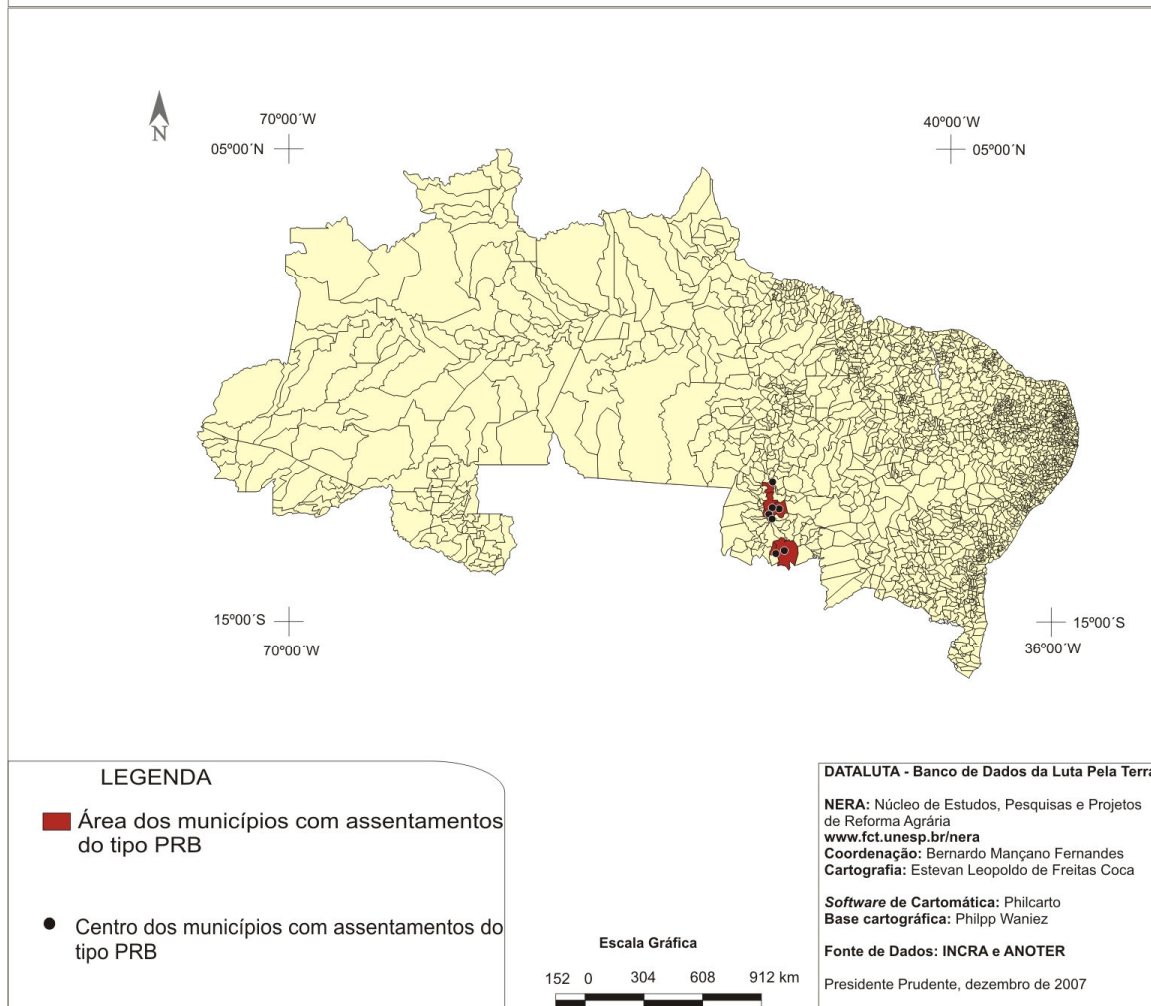
### Municípios com Assentamentos - PIC



No mapa 16 está representada a localização dos assentamentos do tipo PIC nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Esses assentamentos foram implantados durante o regime militar com o intuito de colonizar as áreas de vazio demográfico da Amazônia. Como podemos observar no mapa os únicos Estados das regiões Norte e Nordeste que possuem assentamentos desse tipo são o Pará e Rondônia.

**Mapa 17 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RA - 1969-2006**

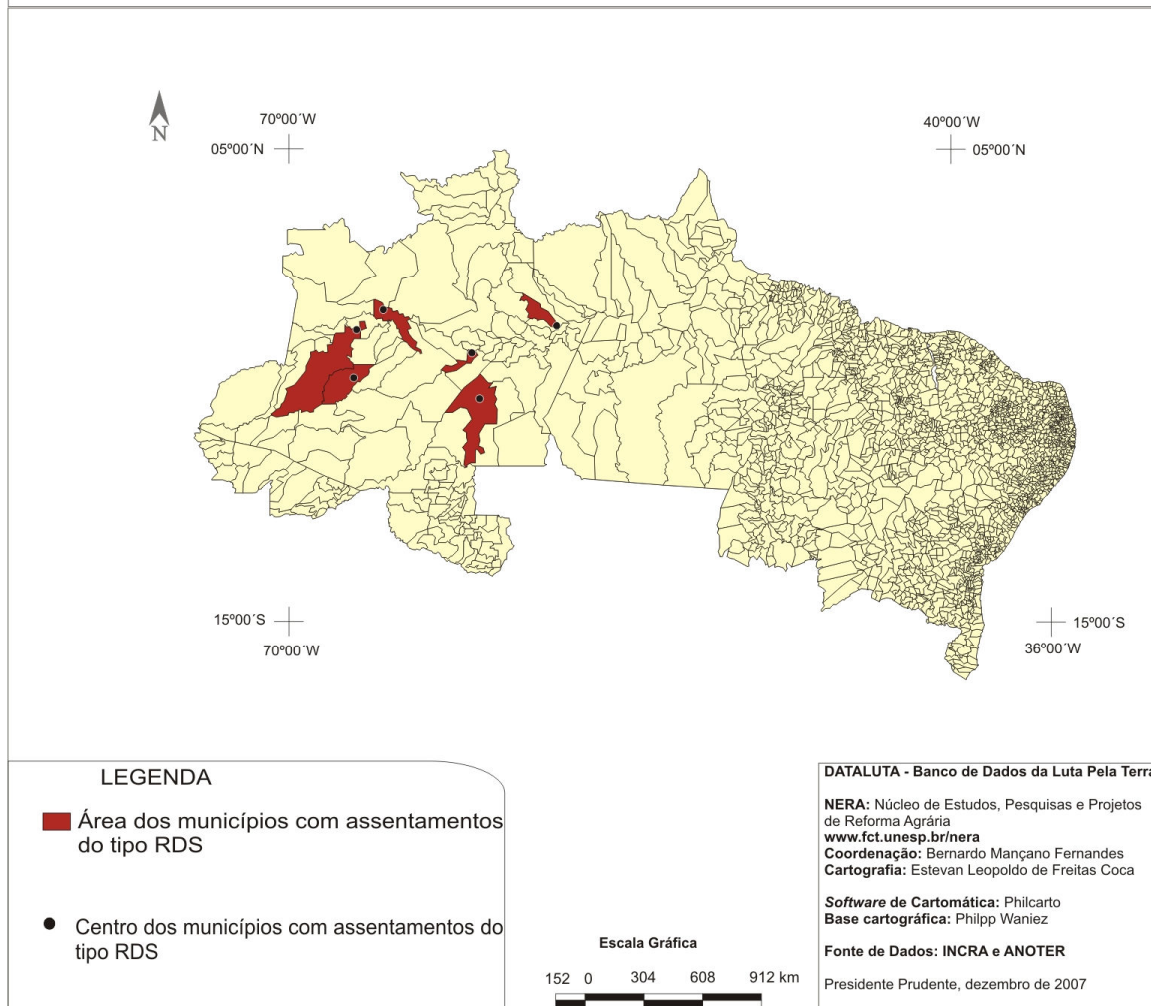
**Municípios com Assentamentos - PRB**



No mapa 17, temos a localização dos assentamentos do tipo PRB nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Esse tipo de assentamento visa o reassentamento de populações que viviam em áreas atingidas por barragens. O INCRA reconhece esse tipo de projeto como beneficiário da reforma agrária. Como podemos ver no mapa, esses assentamentos estão presentes apenas em municípios do Estado do Tocantins.

**Mapa 18 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RA - 1969-2006**

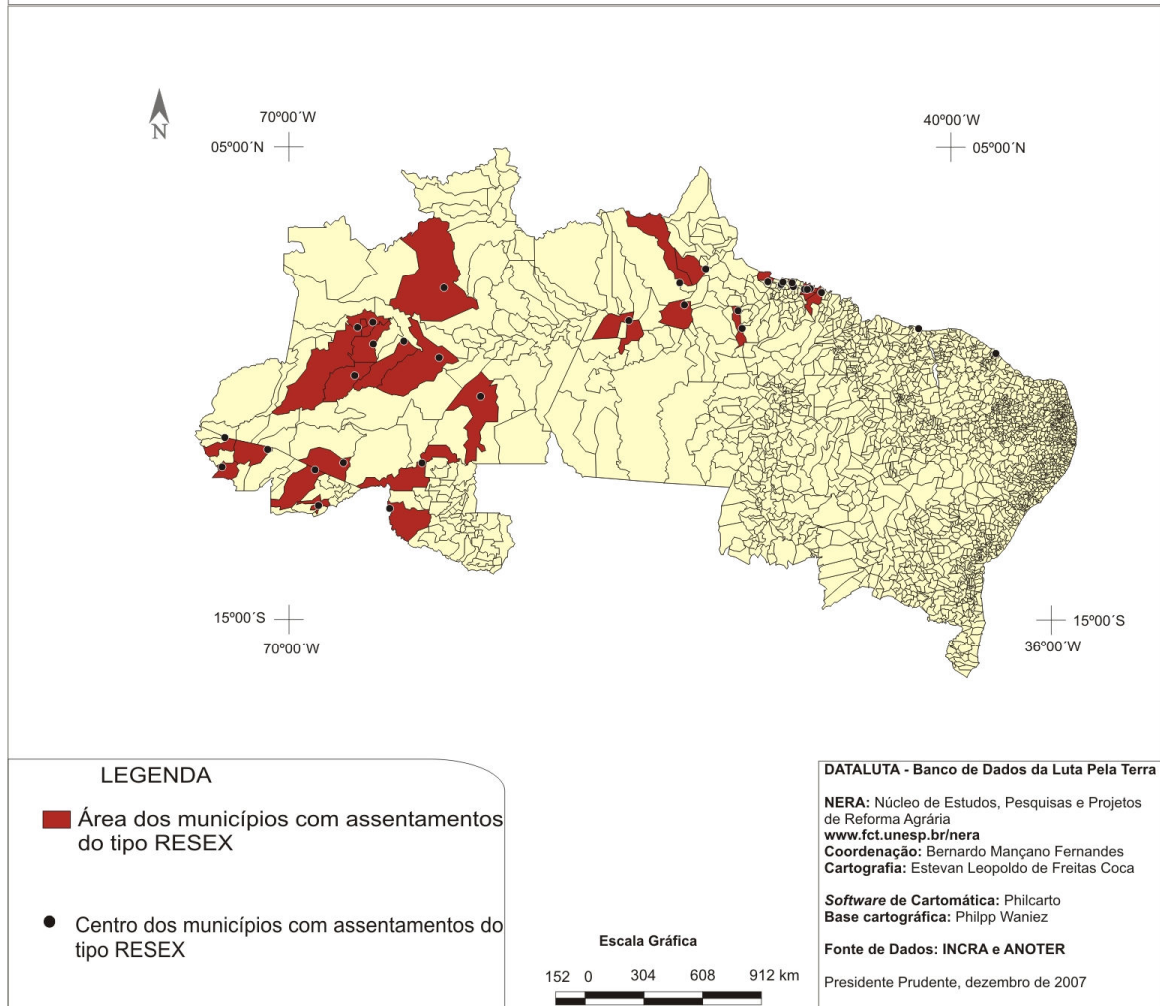
**Municípios com Assentamentos - RDS**



No mapa 18, está representada a localização dos assentamentos do tipo RDS nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Esse tipo de projeto é de competência do IBAMA, e tem por objetivo promover a sustentação e o uso sustentável dessas áreas. Como podemos ver por meio do mapa, esses assentamentos estão todos localizados em municípios do estado do Amazonas.

Mapa 19 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RA - 1969-2006

Municípios com Assentamentos - RESEX



O mapa 18 contém a localização dos assentamentos do tipo RESEX nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Esse tipo de projeto é de competência do IBAMA. São unidades de conservação de uso sustentável, reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias da reforma agrária. Como podemos perceber por meio do mapa esses assentamentos estão localizados em municípios da região Norte, com exceção de dois, um no Ceará e um no Piauí.

## 8. - Distribuição e localização dos tipos de assentamento RAM das regiões Norte e Nordeste

Neste capítulo apresentamos a distribuição e a localização dos tipos de assentamento RAM das regiões Norte e Nordeste. Primeiramente apresentaremos a territorialização desses



assentamentos através de mapas sobre o número de assentamentos, a capacidade de famílias e a área. Em seguida através de tabelas e gráficos apresentamos a distribuição desses assentamentos em cada unidade federativa, e suas respectivas regiões. Num terceiro momento, será mostrada a localização espacial dos diferentes tipos de assentamento, através de mapas.

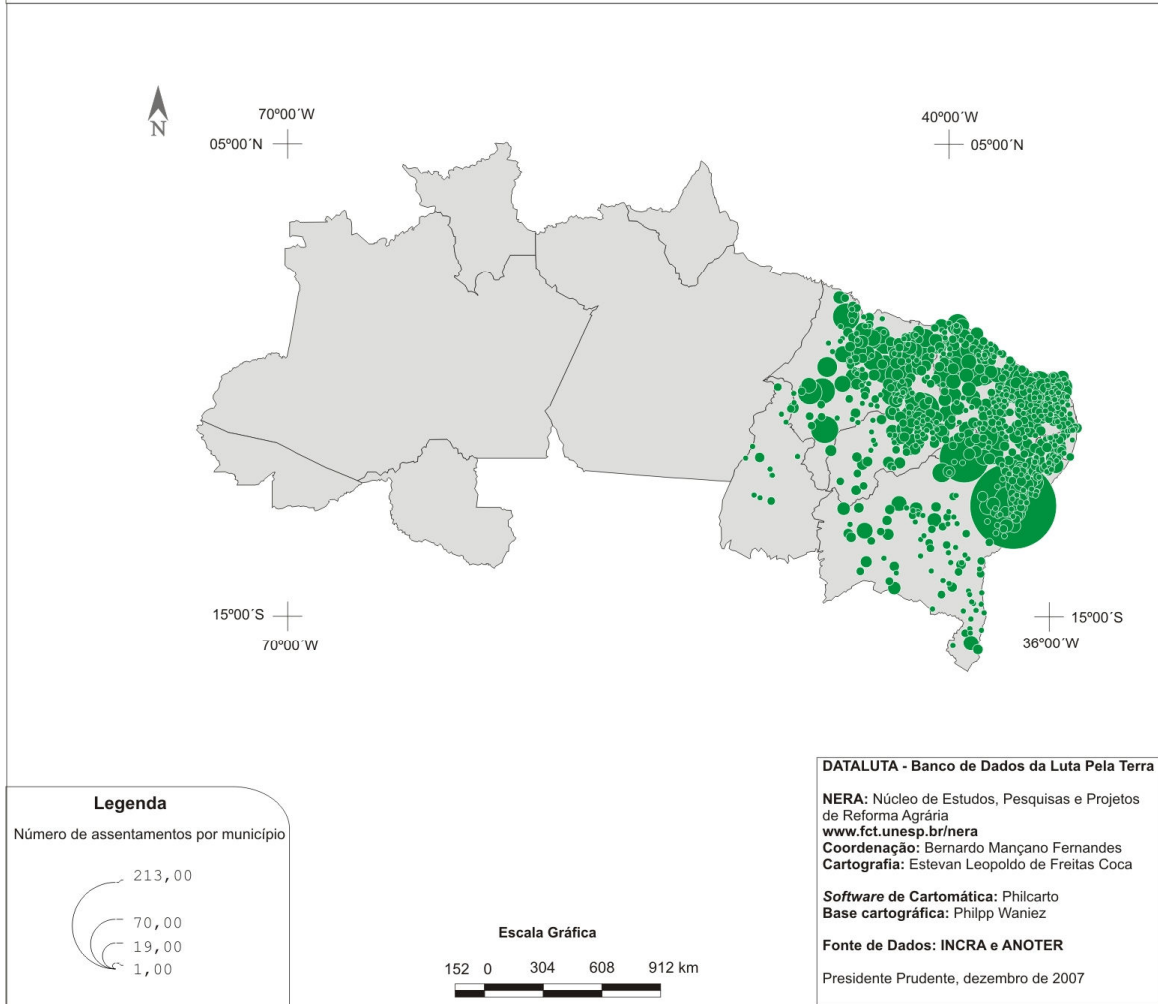
No mapa 20 temos representada a territorialização dos assentamentos RAM nas regiões Norte e Nordeste. Como podemos observar todos os Estados que possuem esses assentamentos pertencem a região Nordeste, com exceção do Estado de Tocantins. Dentre as áreas com maior número de assentamentos destacam-se o Norte e Nordeste baianos, e o Sul do Piauí. No caso da Bahia, destaca-se o município de Monte Santo, com 32 assentamentos. No Estado do Piauí, destaca-se o município de Santa Maria da Boa Vista. No Estado do Maranhão destacam-se os municípios de Barreirinhas, com 52, Zé Doca, com 41, e Coroatá e Pedro Rosário, com 28 cada.

No mapa 21 temos a distribuição das famílias assentadas em assentamentos RAM nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Salientamos que dos assentamentos estudados 399 possuíam apenas uma família. Desses 271 eram do tipo BT e 105 do tipo CAF. Dentre os Estados, Sergipe é o que possui maior número de assentamentos com apenas uma família, no total são 244. Dentre as áreas que possuem maior número de famílias assentadas destacam-se: o Norte, o Sul e o Leste do Estado da Bahia, a área Centro-Sul do Estado do Piauí.

No mapa 22 temos a distribuição das áreas dos assentamentos RAM nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Como podemos observar os maiores territórios dos assentamentos RAM nessas regiões estão localizados no sul do Estado do Piauí e o oeste do Estado da Bahia.

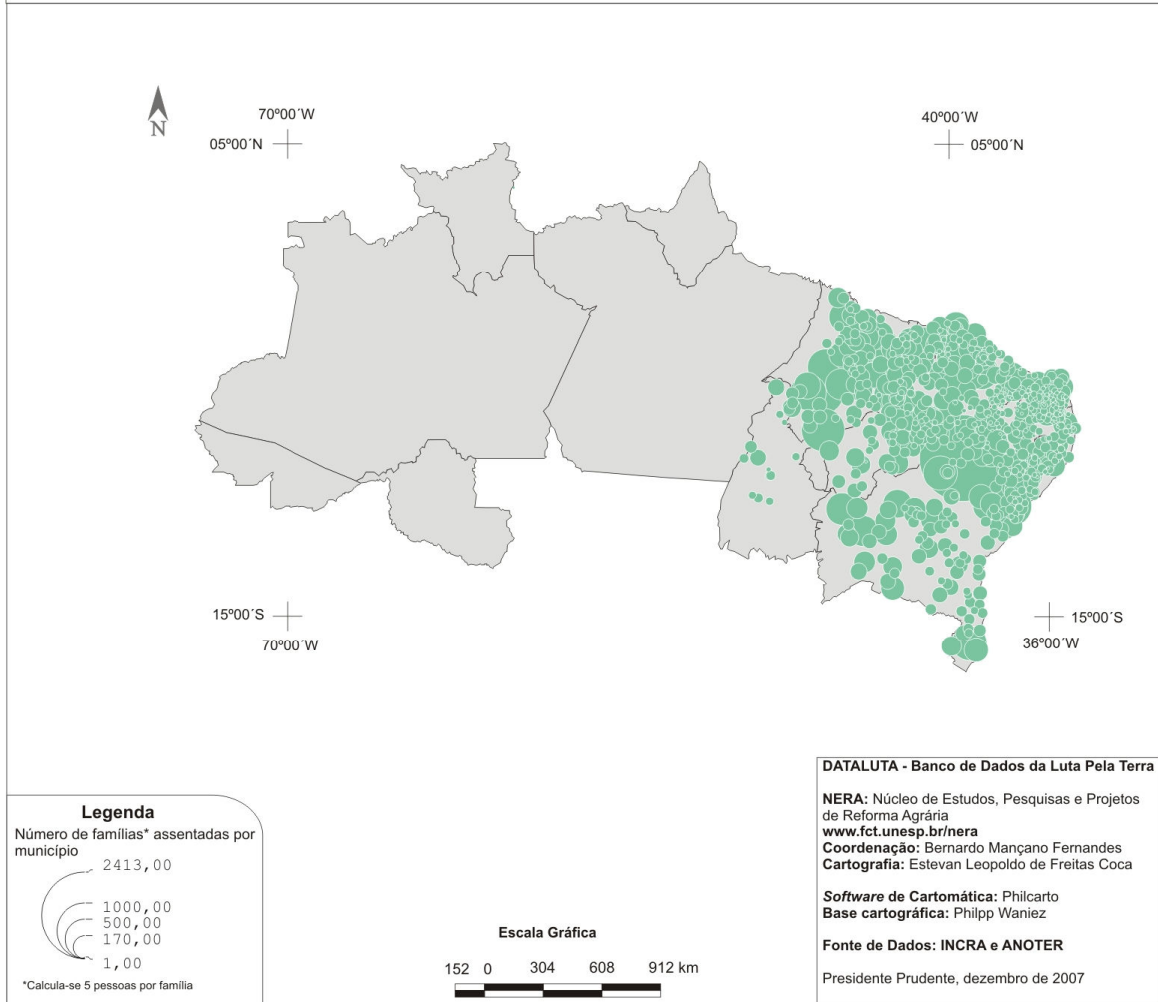
Mapa 20 - Regiões Norte e Nordeste- Geografia dos Assentamentos Rurais - RAM - 1998-2006

Número de Assentamentos



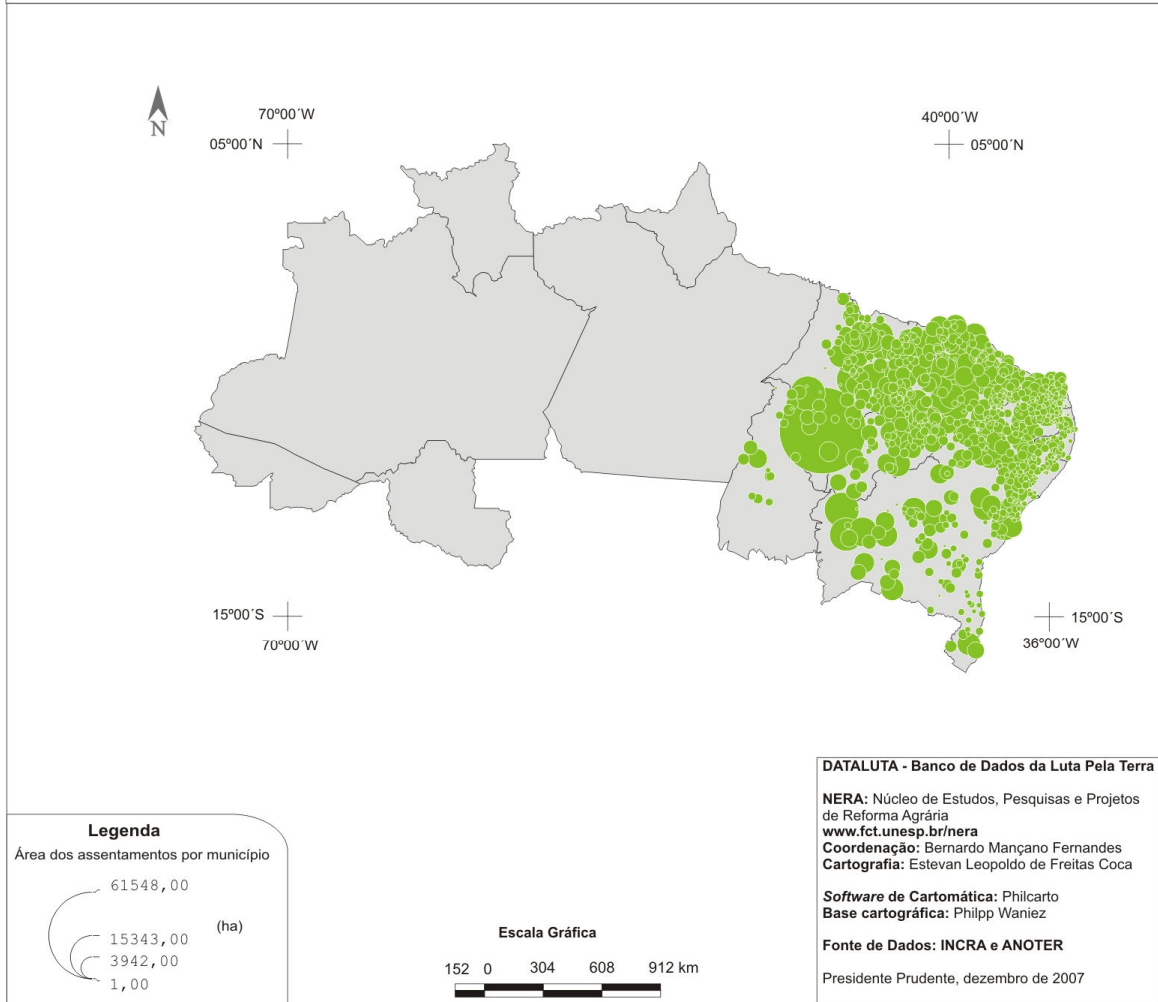
**Mapa 21 - Regiões Norte e Nordeste - Geografia dos Assentamentos Rurais - RAM - 1998-2006**

**Número de Famílias Assentadas**



Mapa 22 - Regiões Norte e Nordeste - Geografia dos Assentamentos Rurais - RAM - 1969-2006

Área dos Assentamentos



**Tabela 5 – Tipos de assentamentos RAM das regiões Norte e Nordeste – 1998-2006**

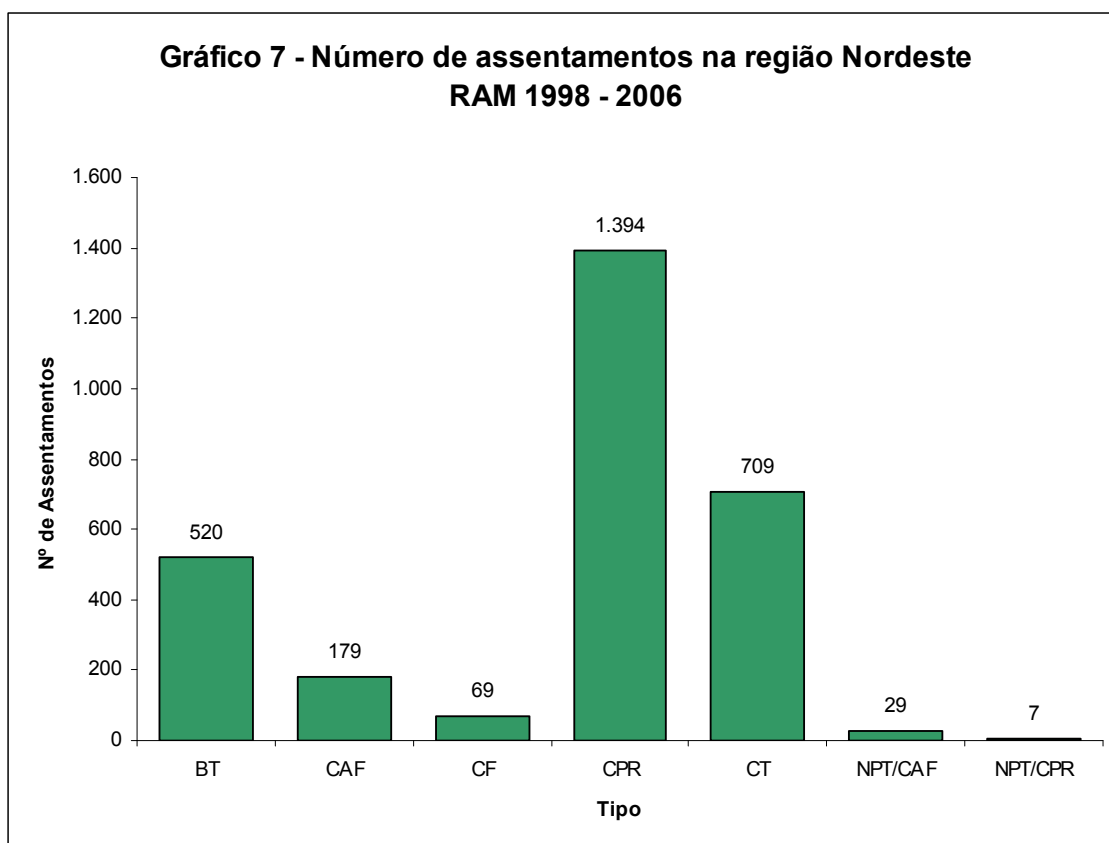
Região	Nº de assentamentos	%	Nº de famílias	%	Área	%
<b>Norte</b>	<b>19</b>	<b>100,00</b>	<b>495</b>	<b>100,00</b>	<b>15.086</b>	<b>100,00</b>
CAF	19	100,00	495	100,00	15.086	1,02
<b>Nordeste</b>	<b>2.908</b>	<b>100,00</b>	<b>53.585</b>	<b>100,00</b>	<b>1.236.904</b>	<b>100,00</b>
BT	520	17,88	5.010	9,35	102.984	8,33
CAF	180	6,19	747	1,39	11.656	0,94
CF	69	2,37	1.427	2,66	32.665	2,64
CPR	1.394	47,94	28.182	52,59	610.409	49,35
CT	709	24,38	17.923	33,45	461.083	37,28
NPT/CAF	29	1,00	194	0,36	4.066	0,33
NPR/CPR	7	0,24	106	0,20	14.041	1,14

Fonte: DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra, 2008

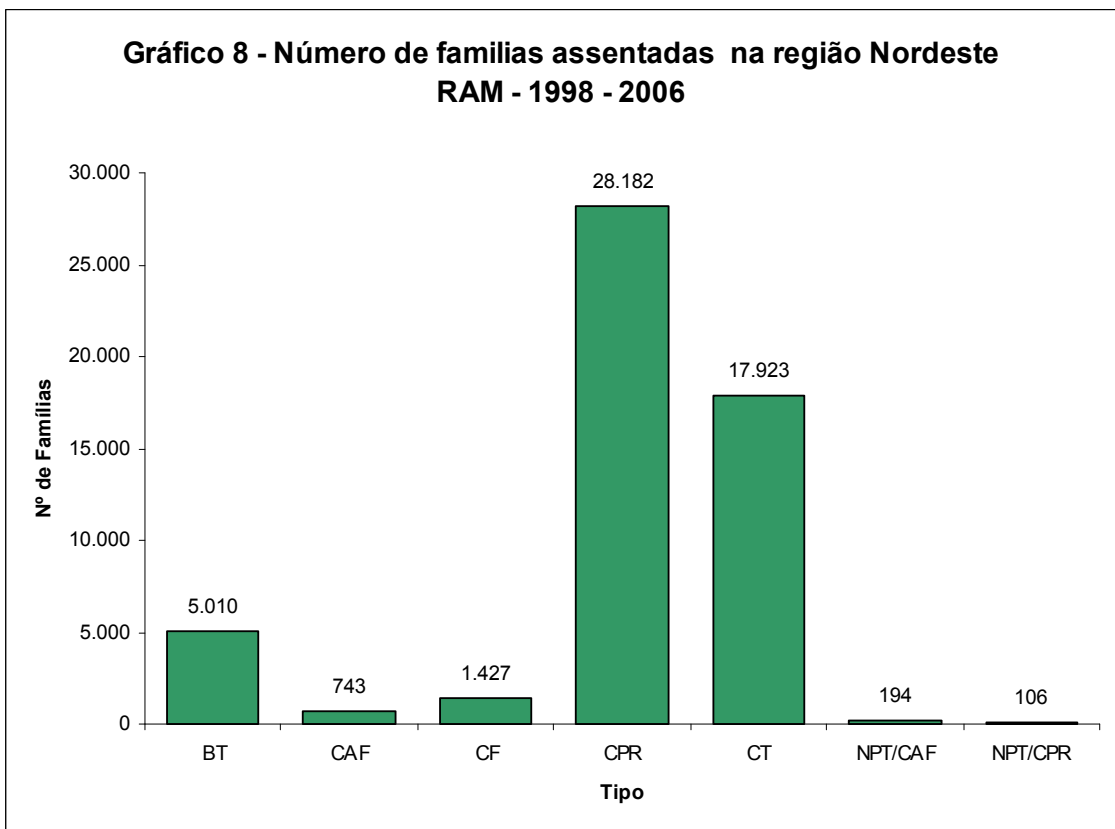
Na tabela 5 e nos gráficos 10,11 e 12 temos representada a distribuição dos tipos de assentamento RAM das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Na região Norte existe apenas um tipo de assentamento RAM que é o CAF, com 19 assentamentos, ou 0,13% do total dos assentamentos RAM do país. Esses assentamentos possuem 495 famílias, ou 0,66% do total nacional e 1,02% da área dos assentamentos RAM do Brasil. Na região Nordeste existem sete tipos de assentamentos RAM, com 2.908 assentamentos, ou 19,22% do total nacional. Na região estão 71,05% das famílias que vivem em assentamentos RAM no país, ou 53.585. Os números também são maiores no que se refere à área, já que na região está 83,39% da área dos assentamentos RAM do Brasil. Portanto, percebemos que apesar de não ser a região que possui maior número de assentamentos RAM do Brasil, o Nordeste possui a maior parte das famílias beneficiadas por esses processos imobiliários e a maior parte do território dos assentamentos do tipo RAM.

Dentre os tipos de assentamento RAM da região Nordeste o que possui maior número de assentamentos é o CPR, com 1.394, 47,94 do total da região. Esse tipo de assentamento também possui o maior número de famílias, com 52,59% do total e a maior área com 49,35% do total da região. Em segundo lugar aparece tipo CT, que possui 709 assentamentos, ou 24,38% do total da região. Esse tipo de assentamento também ocupa o segundo lugar no que se refere ao número de famílias, com 17.923 e na área, 37,28% do total da região. Em terceiro lugar o tipo BT, com 520 assentamentos, ou 17,88% do total da região. Esse tipo também ocupa o terceiro lugar no número de famílias, com 5.010 e na área, com 8,33% do total da região. Ainda na região Nordeste, o tipo que possui menor número de assentamentos é o NPT/CPR, com apenas 7, ou 0,24% do total da região. Esse tipo também

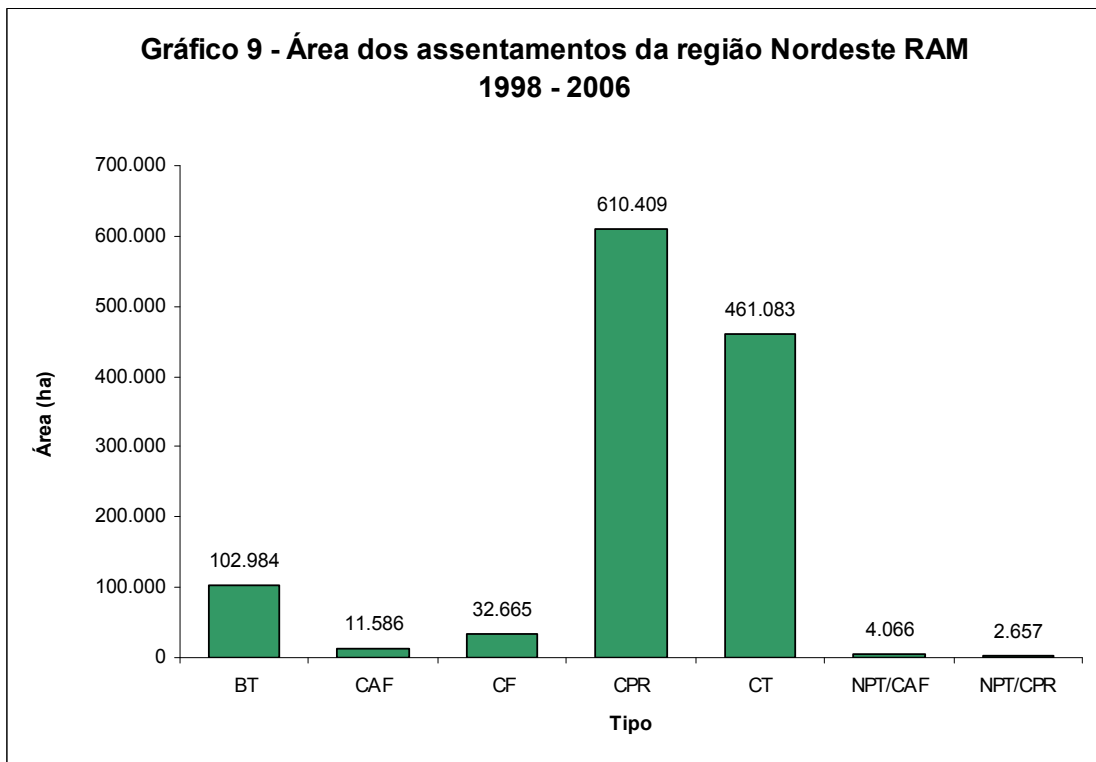
ocupa o último lugar entre os assentamentos da região no que se refere ao número de família, com 106. Todavia, a área ocupada por esse tipo de assentamento é maior do que a ocupada pelos assentamentos dos tipos CAF e NPT/CAF. Enquanto o NPT/CPR ocupa uma área de 1,14% do total da região os assentamentos CAF e NPT/CAF ocupam uma área de 0,94% e 0,93% do total da região, respectivamente.



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2008.



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2008.



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2007.

Na tabela 6 apresentamos os tipos de assentamento RAM de cada unidade federativa das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Como podemos observar os Estados que possuem maior variedade de tipos são o Rio Grande do Norte, Pernambuco e a Paraíba, com 6 cada. Enquanto o Rio Grande do Norte e a Paraíba só não possuem o tipo CT, Pernambuco só não possui o tipo CAF. Em segundo lugar estão os Estados do Maranhão e do Piauí, com 5 cada. Os Estados de Alagoas, Ceará e Sergipe, possuem 4 tipos de assentamento. Da região Norte o único Estado que possui assentamentos RAM é o Tocantins, entretanto esse Estado possui apenas 1 tipo de assentamento que é o CAF. Dos Estados da região Nordeste todos os Estados possuem assentamentos RAM.

**Tabela 6 – Tipos de assentamentos RAM das regiões Norte e Nordeste por estado – 1998-2006**

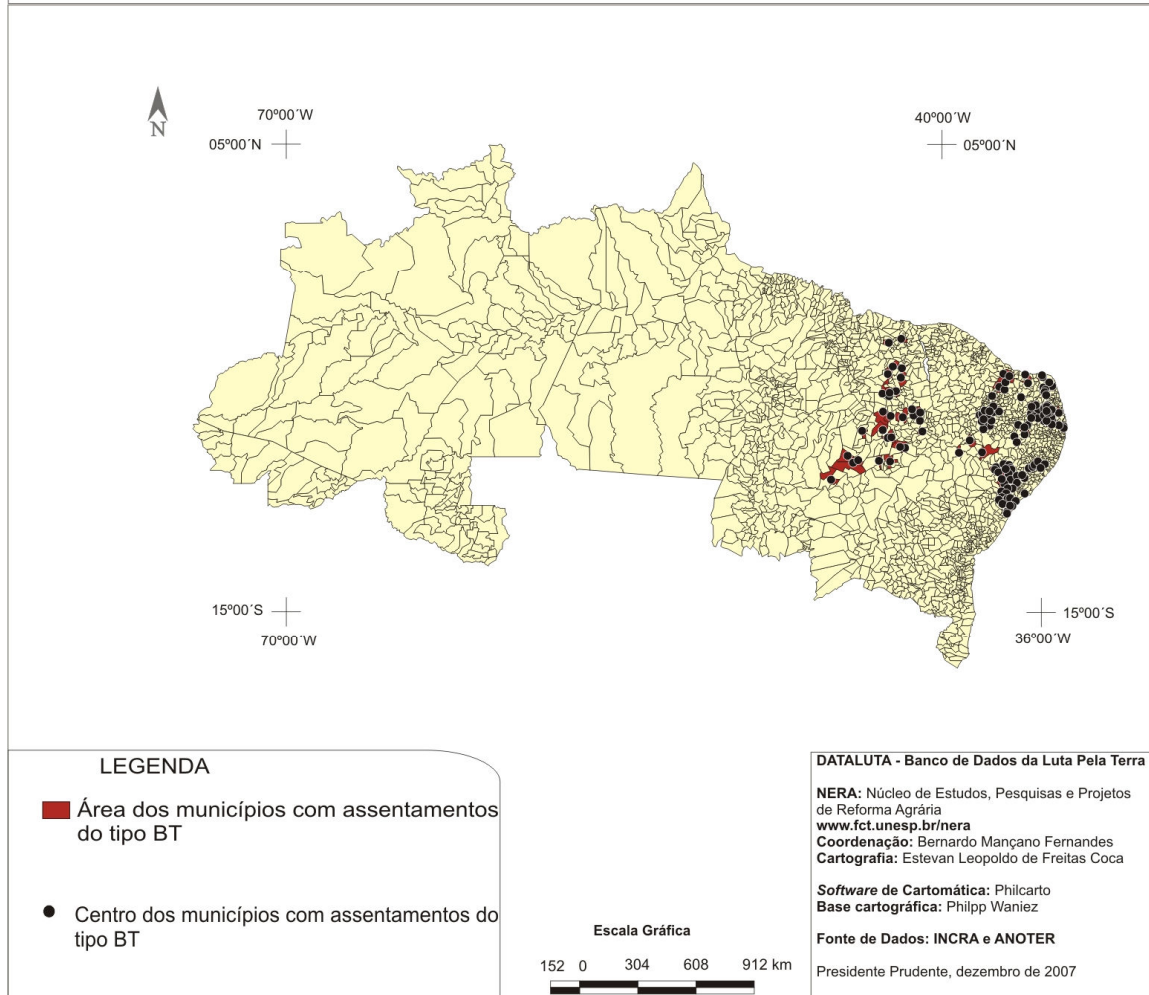
Estado	BT	CAF	CF	CPR	CT	NPT/CAF	NPT/CPR	Total
Acre	0	0	0	0	0	0	0	0
Alagoas	36	42	0	42	0	1	0	121
Amazonas	0	0	0	0	0	0	0	0
Amapá	0	0	0	0	0	0	0	0
Bahia	0	0	8	102	103	0	0	213
Ceará	0	0	2	118	314	1	0	435
Maranhão	1	0	19	266	132	1	0	419
Pará	0	0	0	0	0	0	0	0
Paraíba	119	6	7	96	0	1	1	230
Pernambuco	8	0	4	123	160	2	1	298
Piauí	85	0	18	392	0	1	3	499
R.G. do Norte	29	96	10	206	0	22	2	365
Rondônia	0	0	0	0	0	0	0	0
Roraima	0	0	0	0	0	0	0	0
Sergipe	242	36	1	49	0	0	0	328
Tocantins	0	19	0	0	0	0	0	19
<b>Total</b>	<b>520</b>	<b>199</b>	<b>69</b>	<b>1.394</b>	<b>709</b>	<b>29</b>	<b>7</b>	<b>2.927</b>

Fonte: DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra, 2007



**Mapa 23 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RAM - 1998-2006**

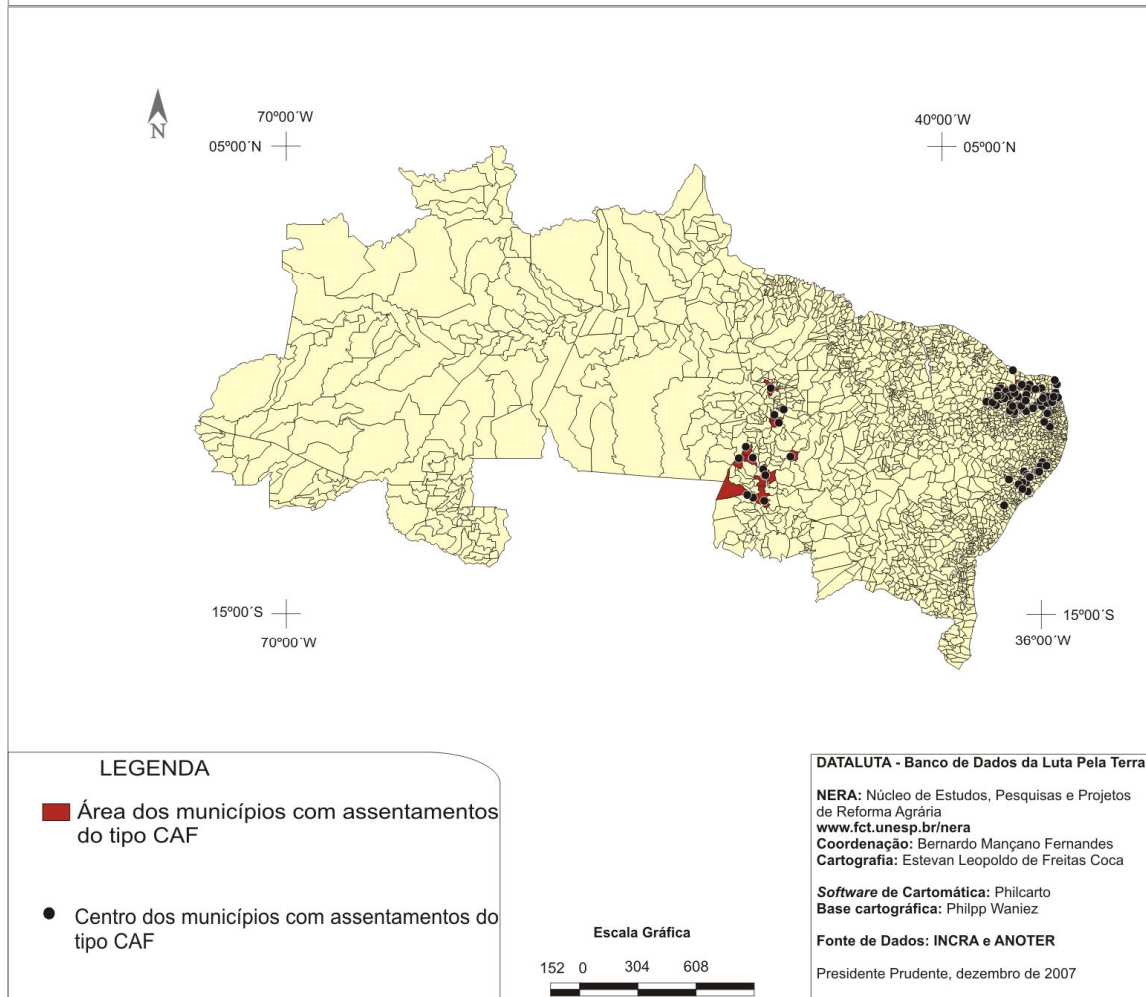
**Municípios com Assentamentos - BT**



No mapa 23 temos a localização dos assentamentos do tipo BT nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Esse tipo de assentamento é ser implantados pelo Governo Federal, por entidades públicas estaduais e municipais e por cooperativas e associações de assentados. O financiamento das terras se dá por meio do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Das duas regiões a única que possui municípios com assentamentos desse tipo é o Nordeste. Como podemos observar no mapa, os Estados que possuem o maior número de municípios com esse tipo de assentamento são: Alagoas, Paraíba, Piauí e Sergipe.

**Mapa 24 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RAM - 1998-2006**

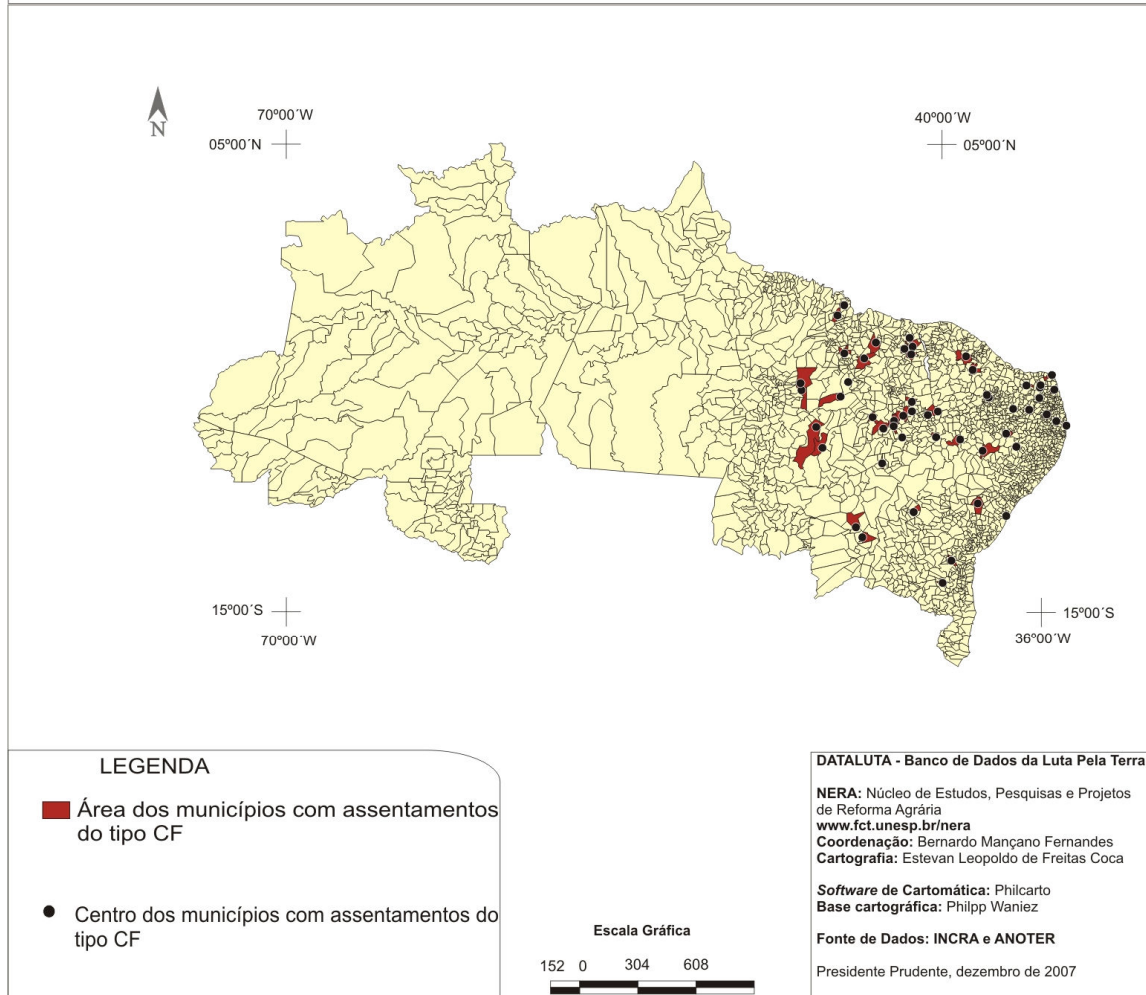
**Municípios com Assentamentos - CAF**



No mapa 24, temos a localização dos assentamentos do tipo CAF nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Esse tipo de financiamento tem por finalidade a aquisição de imóveis rurais, com as benfeitorias já existentes e o investimento em infra-estrutura básica e produtiva. Com dito alhures, esse é o único tipo de assentamento RAM que a região Norte possui. Através do mapa percebemos que os Estados que possuem maior número de assentamentos desse tipo são o Alagoas e o Rio Grande do Norte.

**Mapa 25 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RAM - 1998-2006**

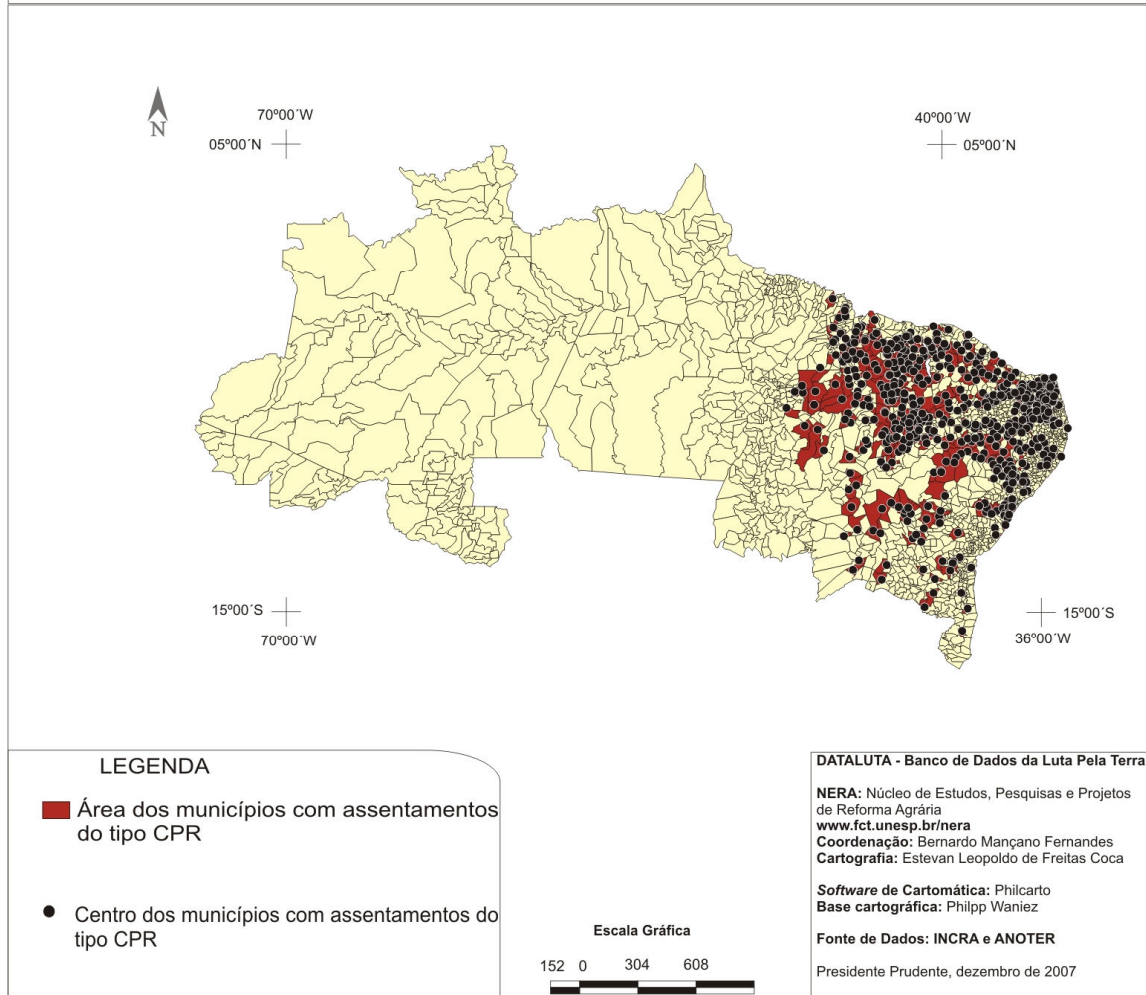
**Municípios com Assentamentos - CF**



No mapa 25 temos representada a localização dos assentamentos RAM do tipo CF das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Como podemos observar no mapa esses assentamentos estão localizados em municípios de Estados da região Nordeste. De todos os Estados Nordestinos o único que não possui municípios com esse tipo de assentamento é Alagoas.

**Mapa 26 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RAM - 1998-2006**

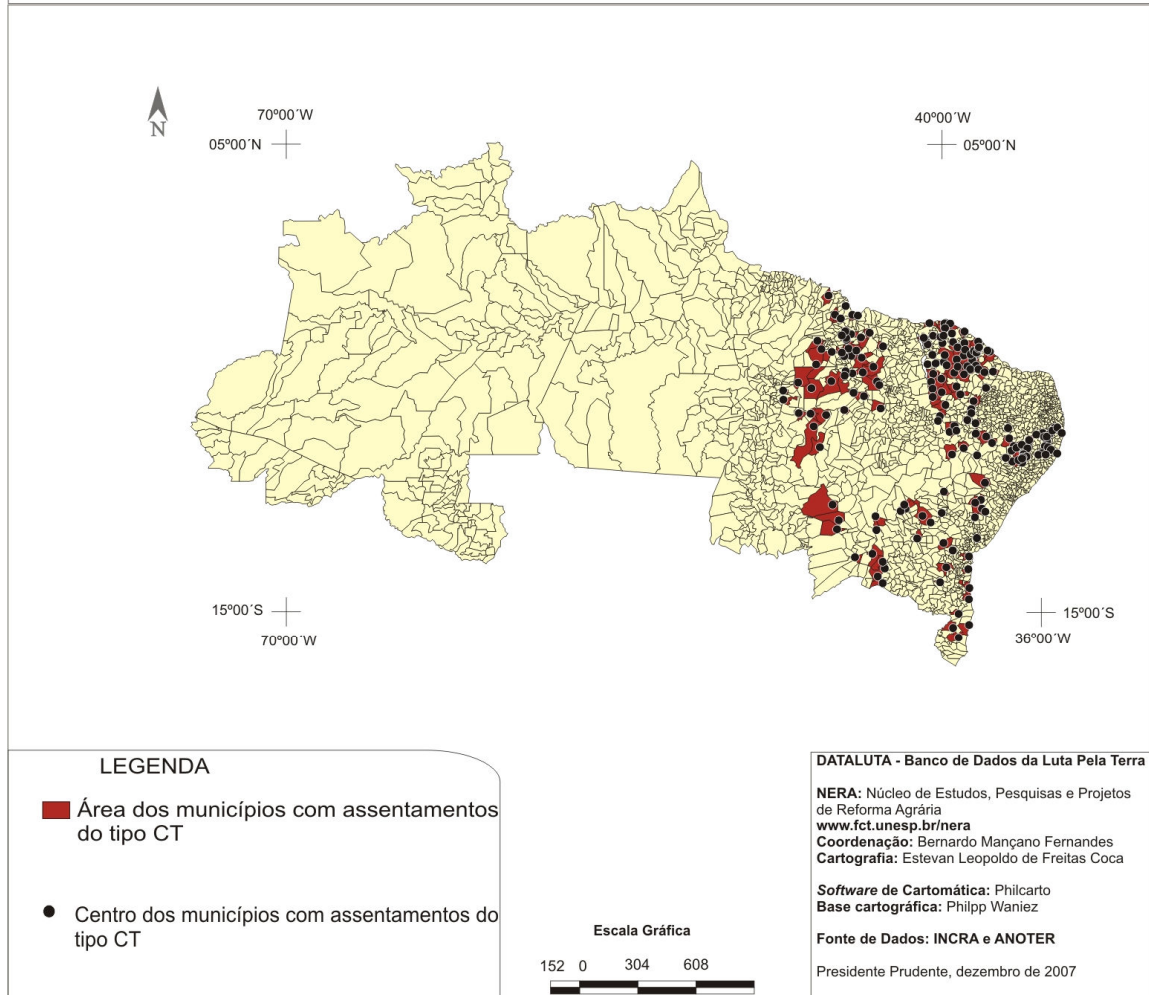
**Municípios com Assentamentos - CPR**



No mapa 26 temos a localização dos assentamentos RAM do tipo CPR. Esse tipo de assentamento é financiado com o objetivo de atender trabalhadores rurais sem terra, pequenos produtores rurais com acesso precário a terra e proprietários de minifúndios: imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar. Como podemos observar esses assentamentos estão localizados em todos os Estados da região Nordeste do Brasil. Na região Norte nenhum Estado possui município com assentamentos desse tipo.

**Mapa 27 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RAM - 1998-2006**

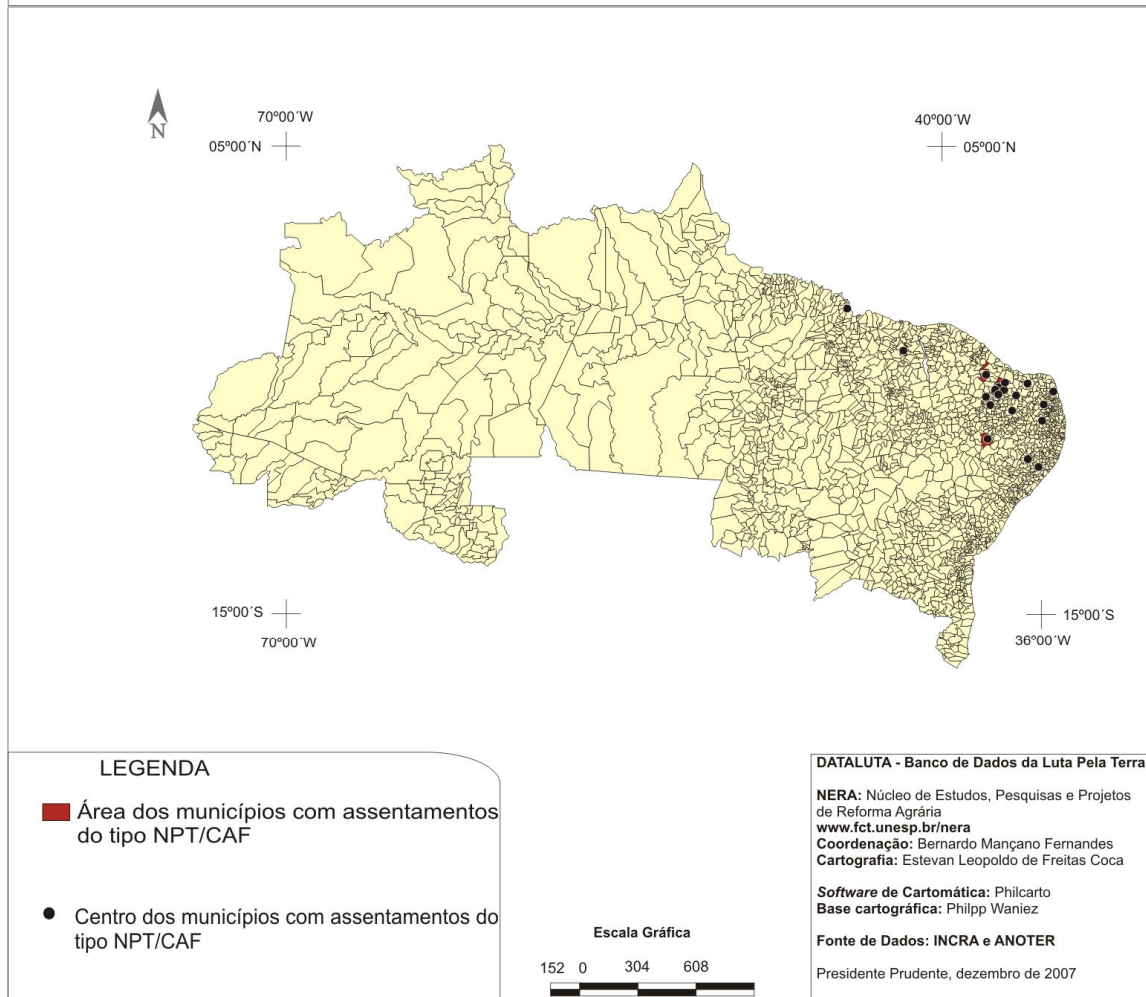
**Municípios com Assentamentos - CT**



No mapa 27 temos a localização dos assentamentos do tipo CT nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Esse tipo de projeto é criado pela União com participação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CEDRS, onde a obtenção da terra se dá por meio da compra e venda, nunca pela desapropriação. Como podemos observar no mapa os Estados da região Nordeste que possuem esse tipo de assentamento são Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco.

**Mapa 28 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RAM - 1998-2006**

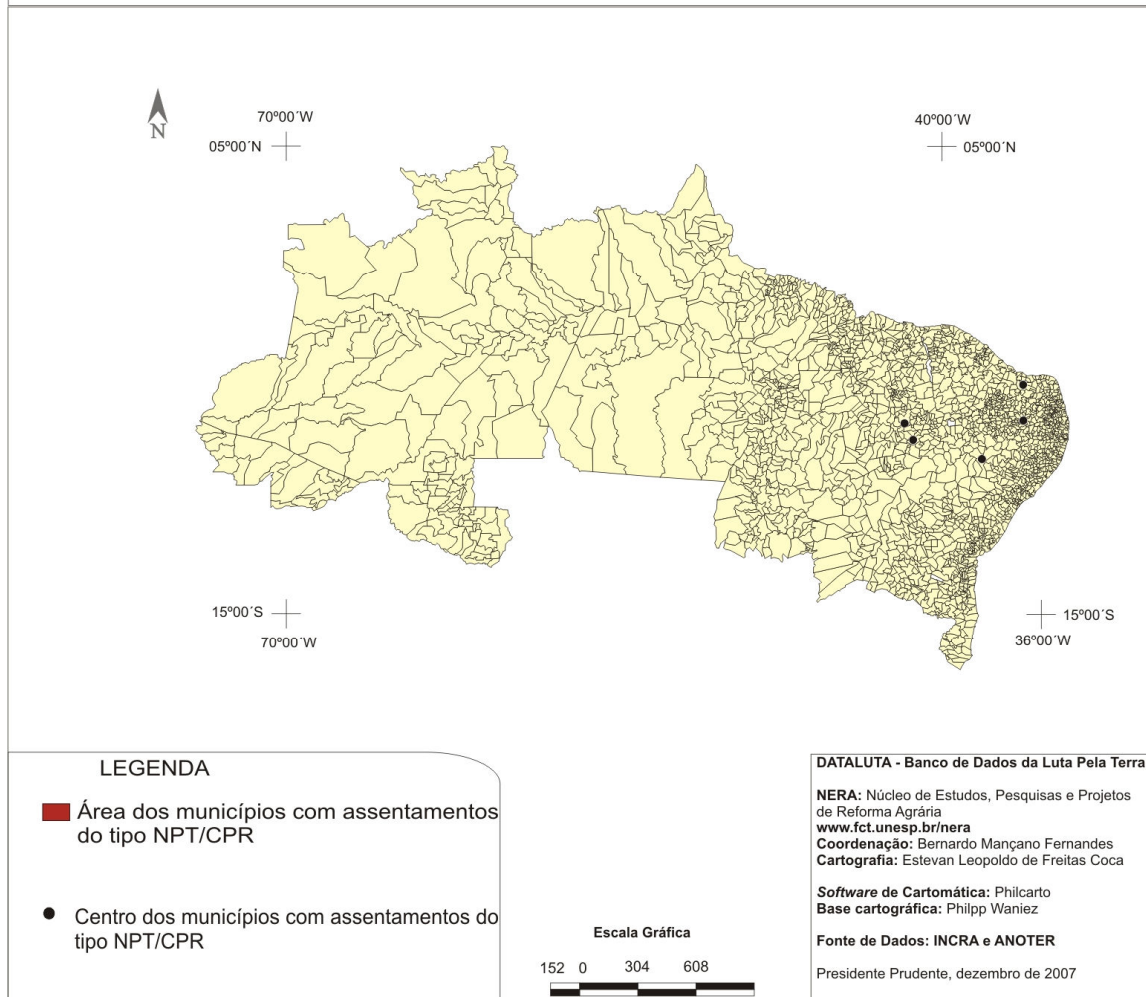
**Municípios com Assentamentos - NPT/CAF**



No mapa 28 temos a localização dos assentamentos RAM do tipo NPT/CAF nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Esse tipo de projeto visa atender a demanda de jovens sem-terra ou filhos de agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 28 anos que queiram permanecer no meio rural e investir em uma propriedade, o programa pretende contribuir para a solução dos problemas do ordenamento agrário que agravam o êxodo rural e a concentração fundiária no Brasil. Esse tipo de assentamento é financiado pela linha de crédito de Consolidação da Agricultura Familiar. Como podemos observar por meio do mapa esses assentamentos estão localizados em municípios da região Nordeste, pertencendo aos seguintes Estados: Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

**Mapa 29 - Regiões Norte e Nordeste - Tipologia dos Assentamentos Rurais - RAM - 1998-2006**

**Municípios com Assentamentos - NPT/CPR**



No mapa 29 temos a localização dos assentamentos RAM do tipo NPT/CPR nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Esse tipo de projeto visa atender a demanda de jovens sem-terra ou filhos de agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 28 anos que queiram permanecer no meio rural e investir em uma propriedade, o programa pretende contribuir para a solução dos problemas do ordenamento agrário que agravam o êxodo rural e a concentração fundiária no Brasil. Esse tipo de assentamento é financiado pela linha de crédito de Combate a Pobreza Rural. Como podemos observar por meio do mapa esses assentamentos estão localizados em municípios da região Nordeste, pertencendo aos seguintes Estados: Paraíba, Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

## **9. A implantação de assentamentos rurais RA e RAM no segundo governo FHC (1999-2002) e no primeiro governo Lula (2003-2006)**

Neste capítulo faremos uma análise comparativa sobre a implantação de assentamentos rurais RA e RAM entre o segundo governo FHC (1999-2002) e o primeiro governo Lula (2003-2006) nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Essa escala temporal foi adotada pelo fato de os primeiros registros referentes a assentamentos RAM imputarem ao ano de 1998, o último ano do primeiro mandato de FHC. Desse modo, para efeito dessa análise optamos por tomar como ponto de partida os mandatos completos.

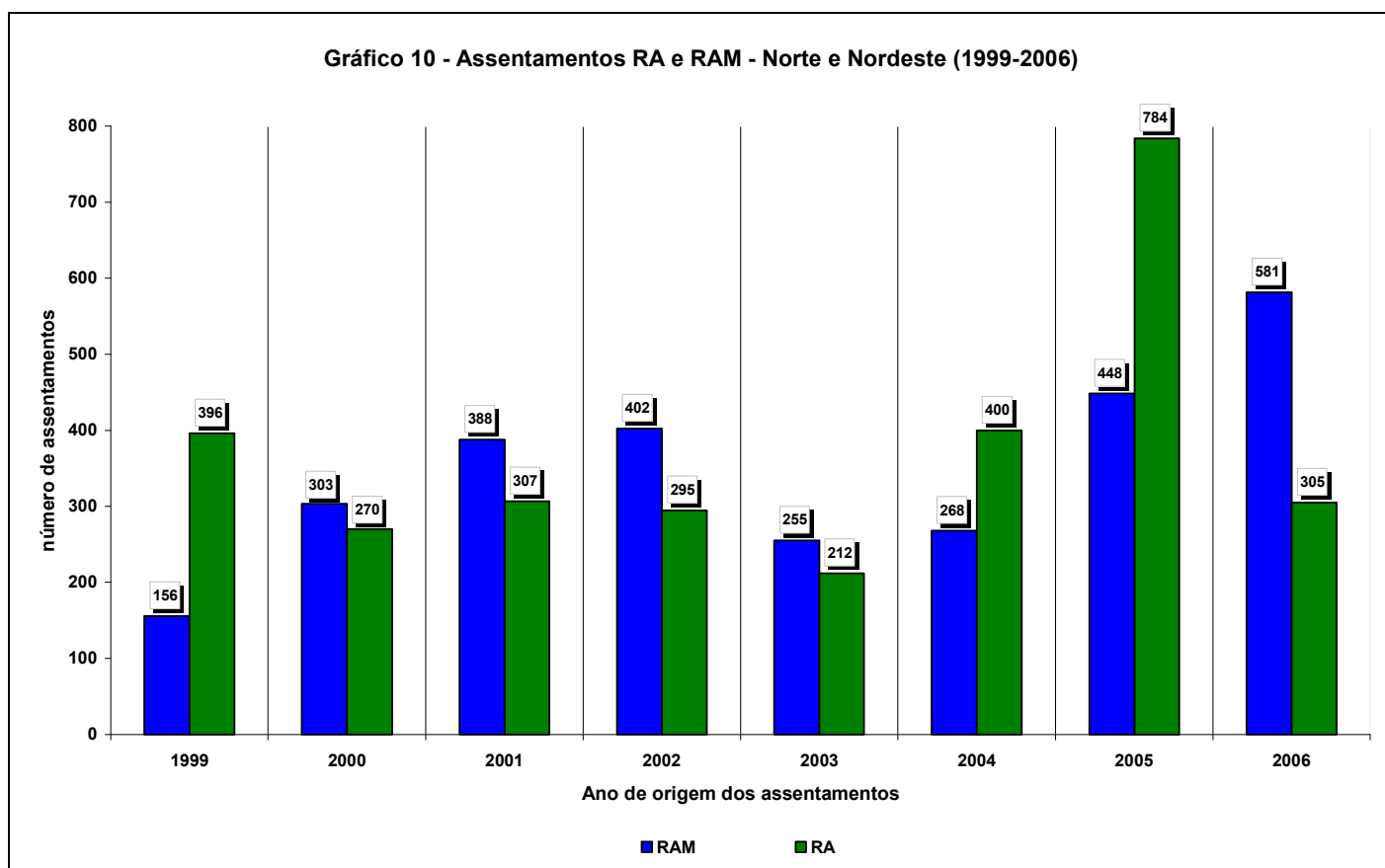
Apresentaremos através de gráficos a evolução da implantação de assentamentos RA e RAM na escala temporal alhures referida. Abordaremos além do número de assentamentos, o número de famílias e a área destinada aos assentamentos RA e RAM. Essa análise será feita primeiramente relacionando os assentamentos das regiões Norte e Nordeste. Posteriormente serão apresentados os dados em escala nacional para esquadriharmos se a tendência observada nas regiões Norte e Nordeste se repete em escala nacional Também denotaremos uma análise comparativa entre a implantação desses assentamentos e o número de ocupações de terra referente ao período.

No gráfico 10 nos é apresentada à evolução da implantação de assentamentos RA e RAM no segundo mandato de FHC e no primeiro mandato de Lula. Como podemos observar no ano de 1999, primeiro ano do segundo mandato de FHC, foram implantados 396 assentamentos RA. Esse número caiu para 270 no ano 2000, subindo para 307 em 2001 e caindo novamente para 295 em 2002. Por outro lado, nessa mesma escala temporal os números referentes aos assentamentos RAM sobem gradualmente. Em 1999 foram implantados 156 assentamentos desse tipo, em 2000, foram 303, em 2001, 333 e em 2002, 402. Portanto, entre o primeiro ano e o último ano do segundo mandato de FHC houve um aumento de 38,80% do número de assentamentos RAM implantados, enquanto os números de assentamentos RA diminuíram.

No primeiro ano do primeiro mandato de Lula registra-se o menor número de assentamentos RA implantados no período analisado, 212. Esse número sobe para 400 no ano de 2004, ou um aumento de quase 100%, chegando ao ápice no ano de 2005, quando são implantados 784 assentamentos, o maior número em todo o período analisado. No ano



de 2006 os números caem novamente, indo para 305. Quanto aos números referentes à implantação de assentamentos RAM no primeiro mandato de Lula há um gradual aumento. No ano de 2003, foram implantados 255 assentamentos, no ano de 2004, 268, no ano de 2005, 448 e no ano de 2006, 581. Portanto entre o primeiro ano do primeiro mandato de Lula e o último ano há um aumento de 43,88% nos número referentes à implantação de assentamentos RAM.

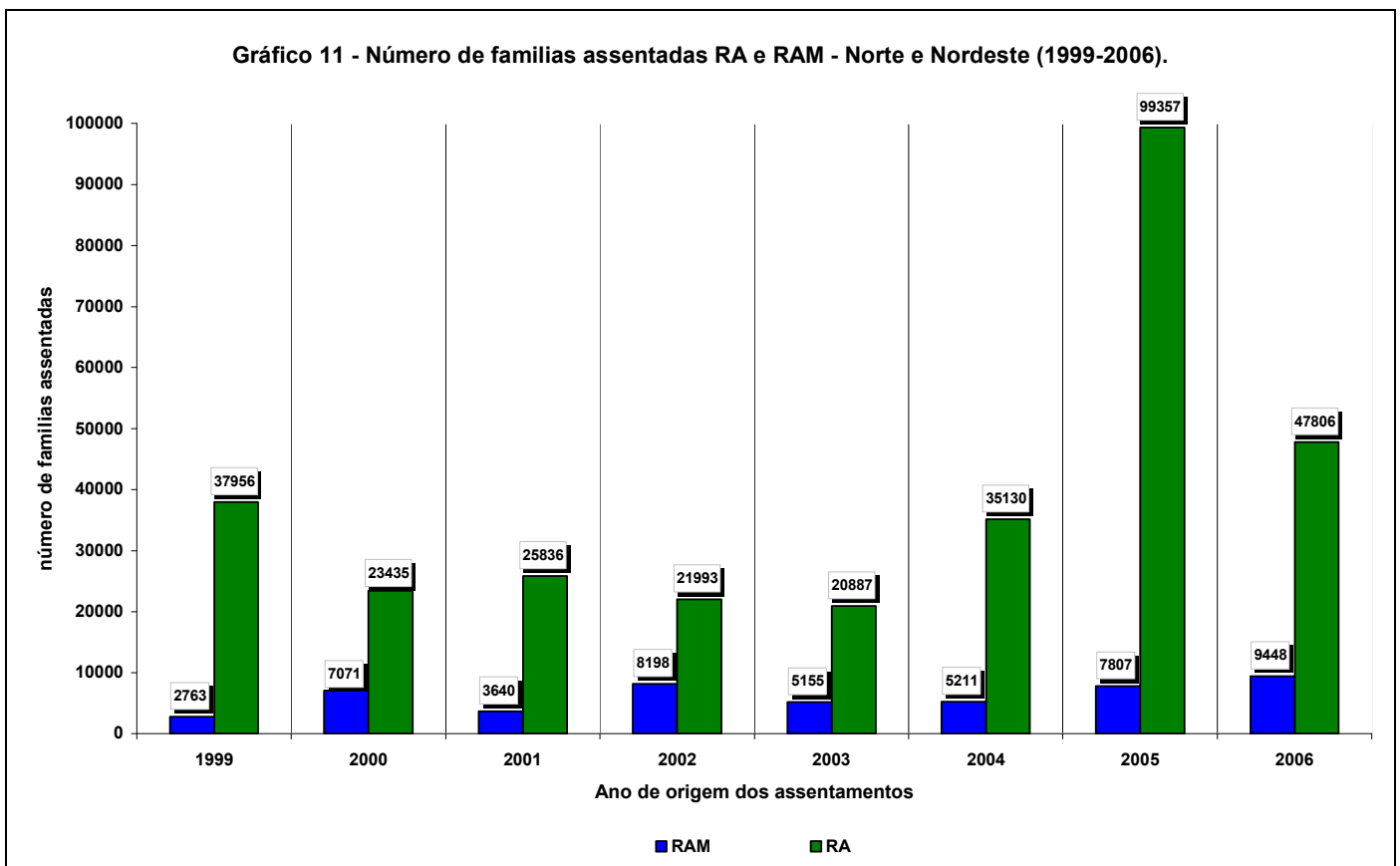


Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2008.

No gráfico 11 nos é apresentada a evolução por ano do número de famílias assentadas em assentamentos RA e RAM durante o segundo mandato de FHC e o primeiro mandato de LULA. Como podemos observar há uma instabilidade nos números referentes ao segundo mandato de FHC. No ano de 1999 foram assentadas 2.763 famílias em assentamentos RAM, no ano 2000, esse número sobe para 7.071, em 2001 cai novamente, sendo assentadas 3.640 famílias e em 2002 é registrado o maior número durante o segundo mandato de FHC, 8.198. No que se refere ao número de famílias assentadas em assentamentos RA registra-se uma

queda entre o primeiro e o último anos do segundo mandato de FHC. No ano de 1999 foram assentadas 37.956 famílias, no ano 2000 o número cai para 23.435, tendo um pequeno aumento em 2001, indo para 25.836, entretanto no ano de 2002 o número cai novamente, sendo assentadas 21.993 famílias, o menor número no período analisado. Portanto, entre os anos de 1999 e 2002 houve uma queda de 57, 94% no número de famílias assentadas em assentamentos RAM nas regiões Norte e Nordeste.

No governo Lula ocorre um progressivo aumento nos números relativos às famílias assentadas em assentamentos RAM. No ano de 2003 são assentadas 5.155 famílias, em 2004, 5.211, em 2005, 7.807 e em 2006, 9.448. Portanto, entre os anos de 2003 e 2006 há um aumento de 54,56% no número de famílias assentadas em assentamentos RAM. No que se refere às famílias assentadas em assentamentos RA no primeiro mandato de Lula no ano de 2003 são assentadas 20.887, no ano de 2004, 35.130, no ano de 2005 é registrado o maior número, 99.357 e no ano de 2006, o segundo maior, 47.306.

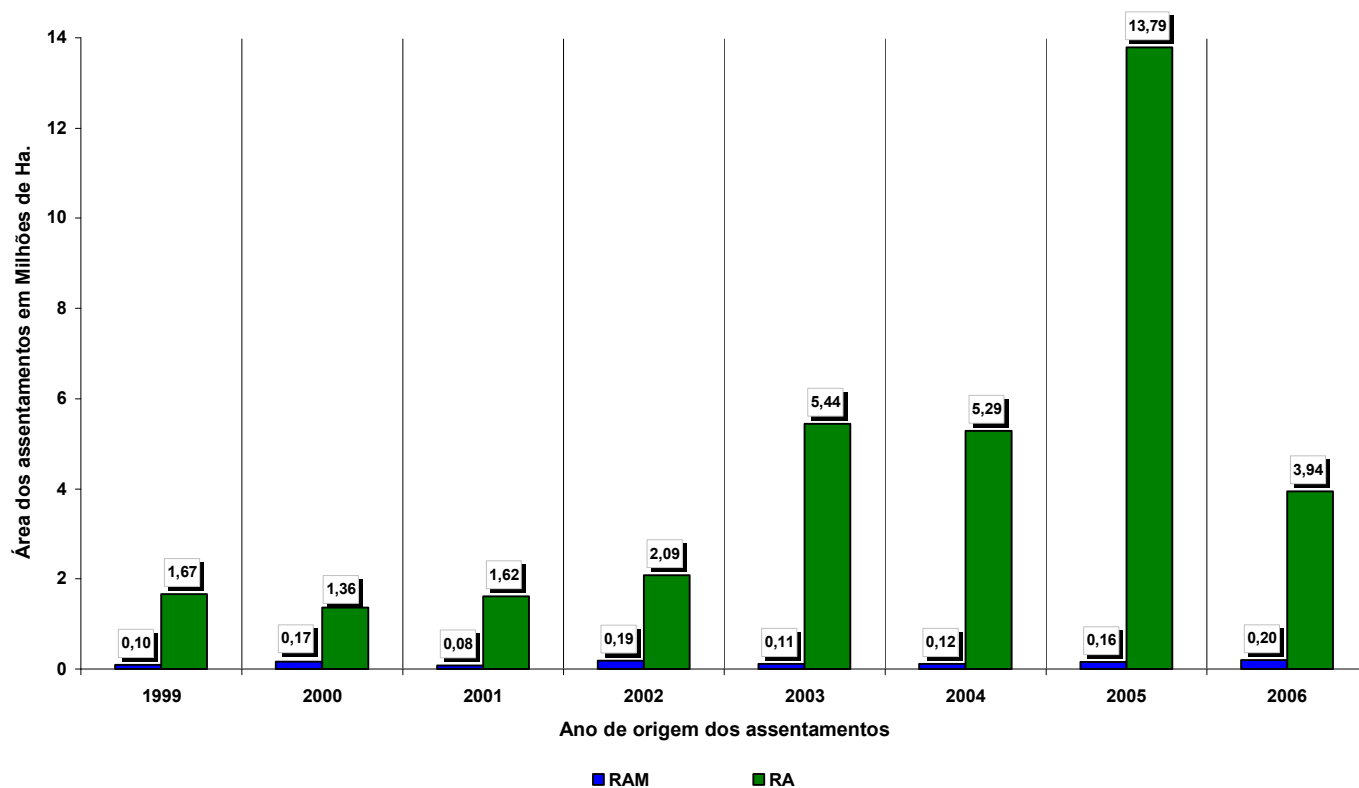


Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2008.

No gráfico 12 temos a evolução por ano da área dos assentamentos RA e RAM implantados entre os anos de 1999 e 2006. Como podemos observar tanto no segundo mandato de FHC quanto no primeiro mandato de Lula a área destinada aos assentamentos RA é maior do que a área destinada aos assentamentos RAM. No governo FHC os números são instáveis, no ano de 1999 foram utilizados 0,10 milhões de hectares para implantação de assentamentos RAM, no ano 2000, 0,17, no ano de 2001, 0,08 e no ano de 2002, 0,19. No caso, da área destinada à implantação de assentamentos RA no mesmo governo também é notada uma leve instabilidade. No ano de 1999 foram utilizados 1,67 milhões de hectares para implantação de assentamentos RA nas regiões Norte e Nordeste. Esse número cai para 1,36 no ano 2000, sobe novamente no ano 2001, aonde chega a 1,62 e mantém a ascensão no ano de 2002, tendo a marca de 2,09.

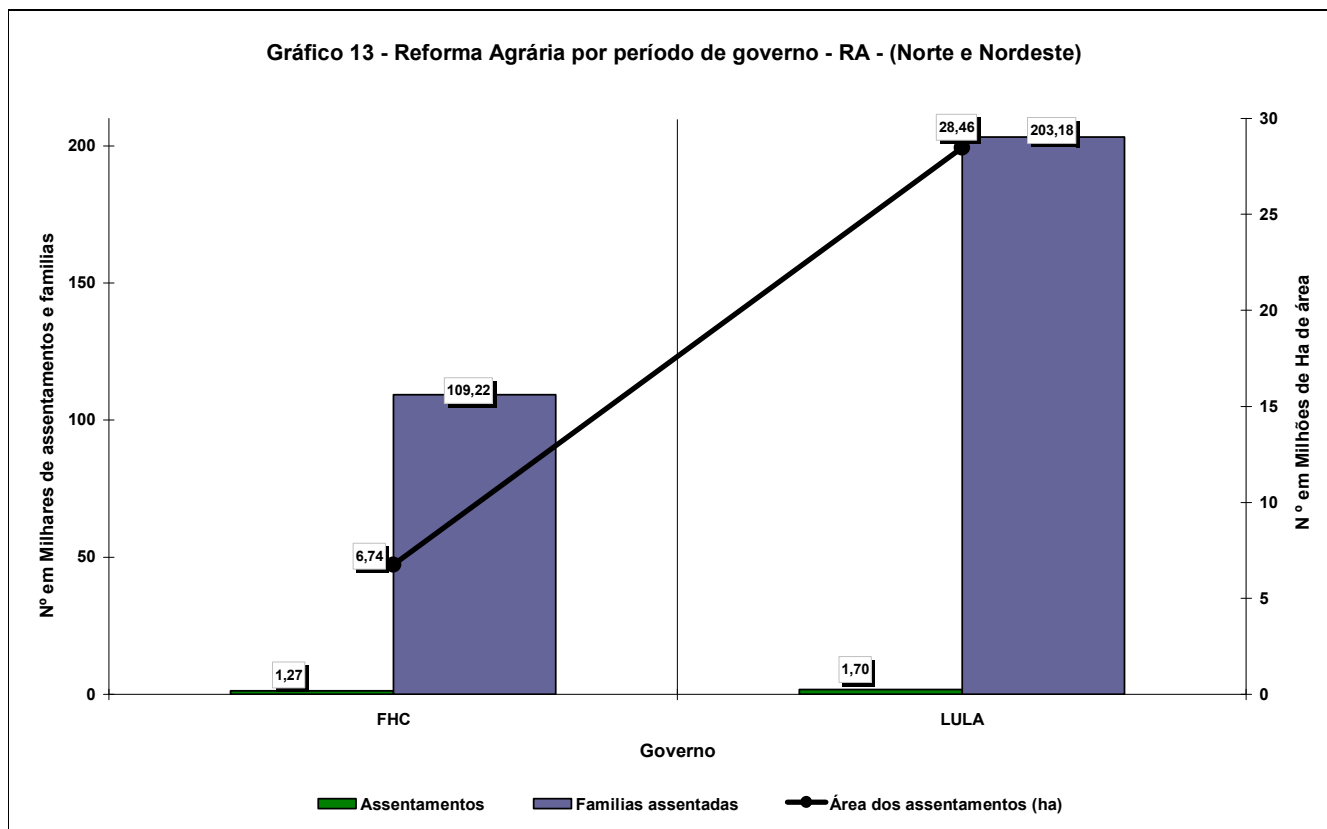
No primeiro mandato de Lula há um progressivo aumento na área destinada à implantação de assentamentos RAM. No ano de 2003, foram utilizados 0,11 milhões de hectares para esses assentamentos, no ano de 2004, 0,12, no ano de 2005, 0,16 e no ano de 2006, 0,20. Portanto entre o primeiro e o último ano do primeiro mandato de Lula houve um aumento de 72,94% na área destinada à implantação de assentamentos RAM nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. No que tange a área destinada aos assentamentos RA, nesse governo os números são maiores do que os do segundo mandato de FHC. Em 2003, foram destinados 5,44 milhões de hectares para a implantação desses assentamentos. Em 2004, ocorre uma pequena queda nos números, que chegam a 5,29 milhões de hectares. Em 2005 é registrado o maior número do período analisado, chegando a 13,79 milhões de hectares. No ano de 2006 ocorre uma queda brusca na área destinada aos assentamentos RA que chega a 3,94 milhões de hectares.

Gráfico 12 - Área dos Assentamentos RA e RAM - Norte e Nordeste (1999-2006)



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2008.

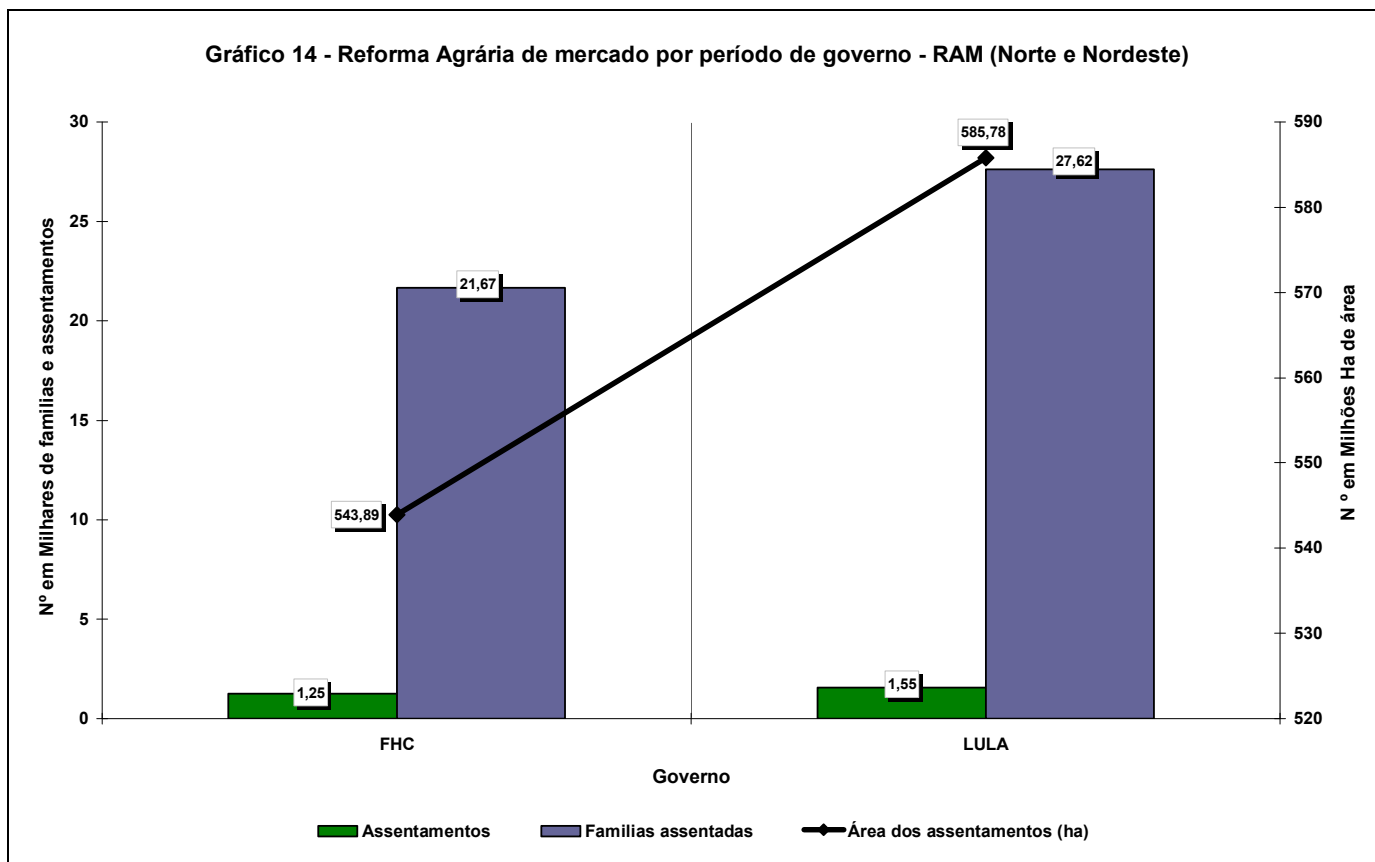
No gráfico 13 nos são apresentados os dados sobre a implantação de assentamentos RA no segundo mandato de FHC e no primeiro mandato de Lula. Como podemos observar os números são maiores no governo Lula tanto no número de assentamentos implantados, quanto no número de famílias assentadas e na área destinada aos assentamentos. Enquanto no governo FHC foram implantados 1.268 assentamentos RA, no governo Lula foram implantados 1.701. No governo FHC foram assentadas 109.220 famílias em assentamentos RA, já no governo Lula foram assentadas 203.180 famílias. Quanto à área no governo FHC destinados 6,74 milhões de hectares para a implantação de assentamentos RA. No governo Lula, foram utilizados 28,46 milhões de hectares.



Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2008.

No gráfico 14 estão representados os dados sobre assentamentos RAM implantados durante o segundo mandato de FHC e o primeiro mandato de Lula. Enquanto no governo FHC foram implantados 1.249 assentamentos, no governo Lula foram implantados 1.701. No que se refere ao número de famílias assentadas em assentamentos RAM, no governo FHC foram assentadas 109.220 mil e no governo Lula 203.180. A área destinada a assentamentos RAM no governo FHC foi de 6,74 milhões de hectares. Já no governo Lula foram utilizados 28,46 milhões de hectares para a implantação de assentamentos RAM.

Gráfico 14 - Reforma Agrária de mercado por período de governo - RAM (Norte e Nordeste)

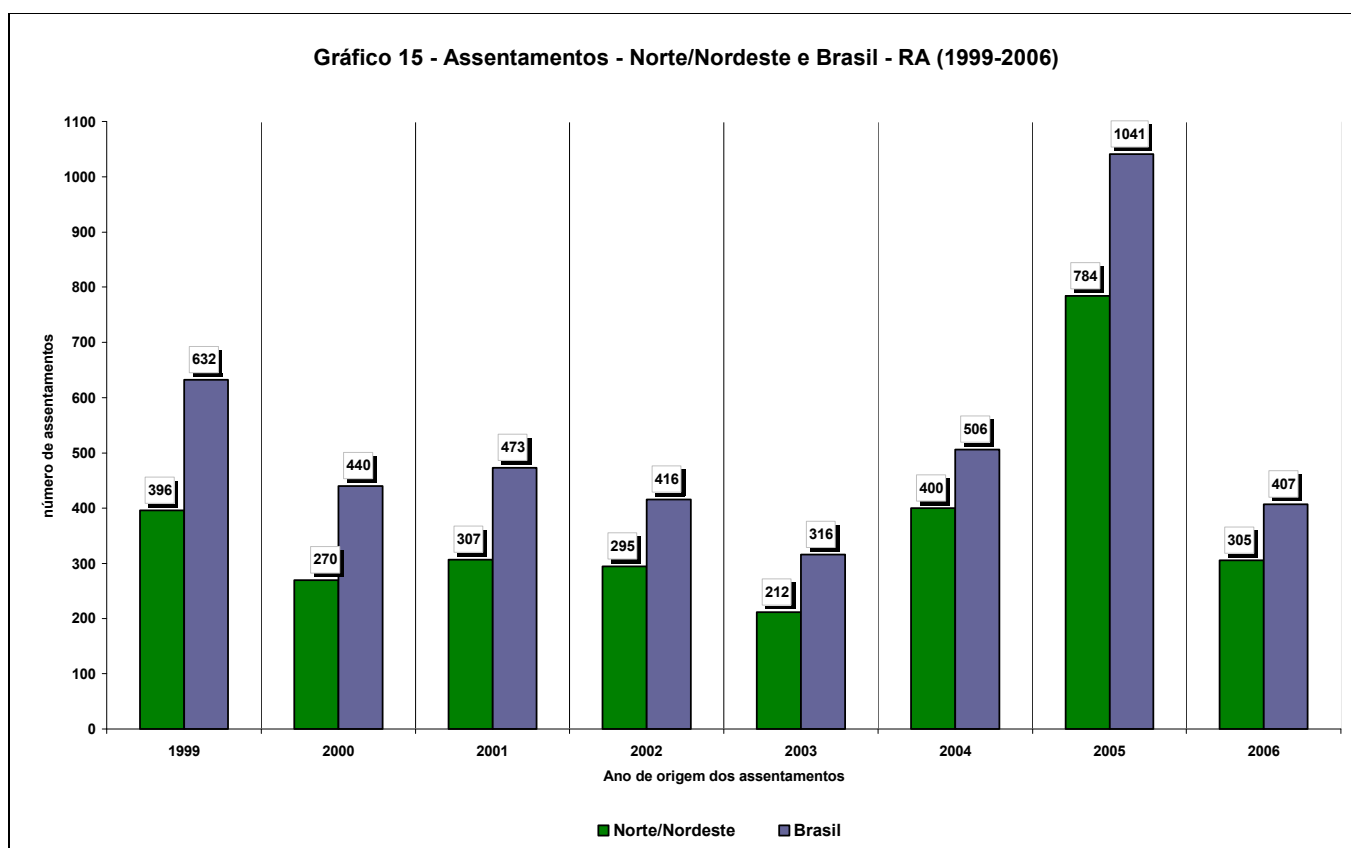


Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2008.

No gráfico 15 temos enunciados os números sobre assentamentos RA implantados nas regiões Norte e Nordeste e também os implantados em escala nacional, entre os anos de 1999 e 2006. Esse tipo de análise nos permite verificar se a política de implantação de assentamentos RA tem sido exercida com maior tendência nessas duas macrorregiões. Como podemos observar através do gráfico no ano de 1999, 62,65% dos assentamentos RA implantados em território brasileiro foram da região Norte. No ano 2000, ocorre uma queda para 61,36%, no ano de 2001, em 2001, os números voltam a subir atingindo 64,90% e em 2002 chega a 70,91%. Portanto, durante o segundo mandato de FHC sempre os números de assentamentos RA implantados foram maiores nas regiões Norte e Nordeste do que na soma das outras regiões.

Essa política continua no primeiro mandato de Lula. Em 2003 67,08% dos assentamentos PA implantados no Brasil foram das regiões Norte e Nordeste. Esses números sobem para 79,05% em 2004, tendo uma leve queda para 75,31% em 2005 e chegando a 74,93% em 2006. Portanto, no governo Lula também os números de

assentamentos RA implantados são maiores nas regiões Norte e Nordeste do que na soma das demais regiões. Todavia, essa política é ainda mais acentuada nesse governo. Enquanto no segundo mandato de FHC a porcentagem mais alta foi de 70,91% em 2002, no governo Lula a porcentagem só foi menor que 64% em 2003.

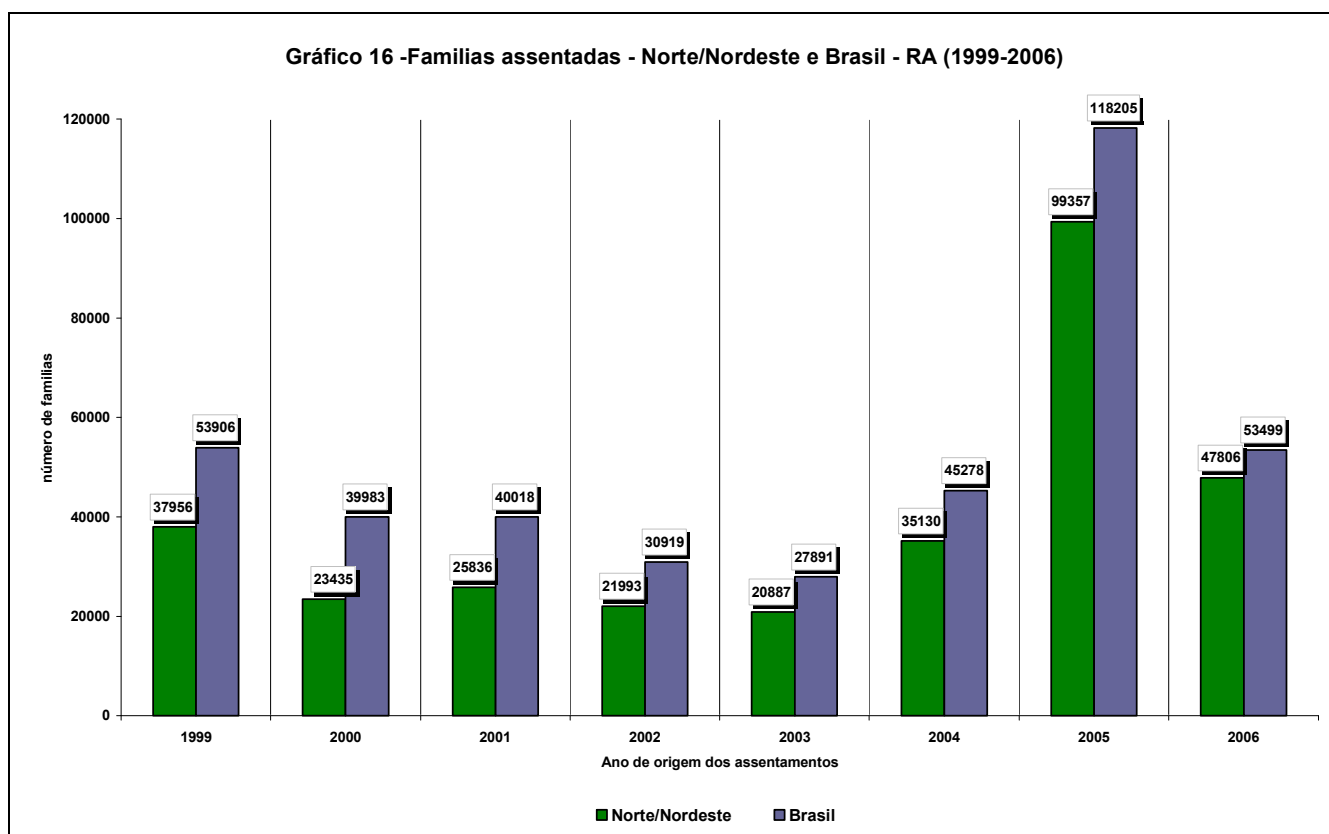


Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2008.

No gráfico 16 estão representados os números sobre famílias assentadas nas regiões Norte e Nordeste e a os de todo o Brasil. No ano de 1999, 70,41% do número de famílias assentadas refere-se às das regiões Norte e Nordeste. Esse número cai para 58,61 no ano 2000, subindo novamente, no ano de 2001, quando chega a 64,56%. Essa ascensão continua no ano de 2002, quando chega a 71,13%. Portanto, durante o segundo mandato de FHC os números de famílias assentadas em assentamentos RA sempre são maiores do que a soma das demais regiões. A menor porcentagem registrada foi a de 58,61% no ano 2000.

No primeiro mandato de Lula essa tendência prossegue. No ano de 2003, 74,88% das famílias assentadas em assentamentos RA no Brasil foram das regiões Norte e Nordeste. No

ano de 2004 esse número sobe para 77,58%, chegando a 84,05% em 2005 e atingindo o ápice, com 89,35% em 2006. Portanto, também no governo Lula em todos os anos analisados o número de famílias assentadas nas regiões Norte e Nordeste foi superior à soma do das demais regiões. A menor porcentagem registrada foi de 74,88%, o que nos permite concluir que a preferência desse governo tem sido a de assentar famílias nessas duas macrorregiões.



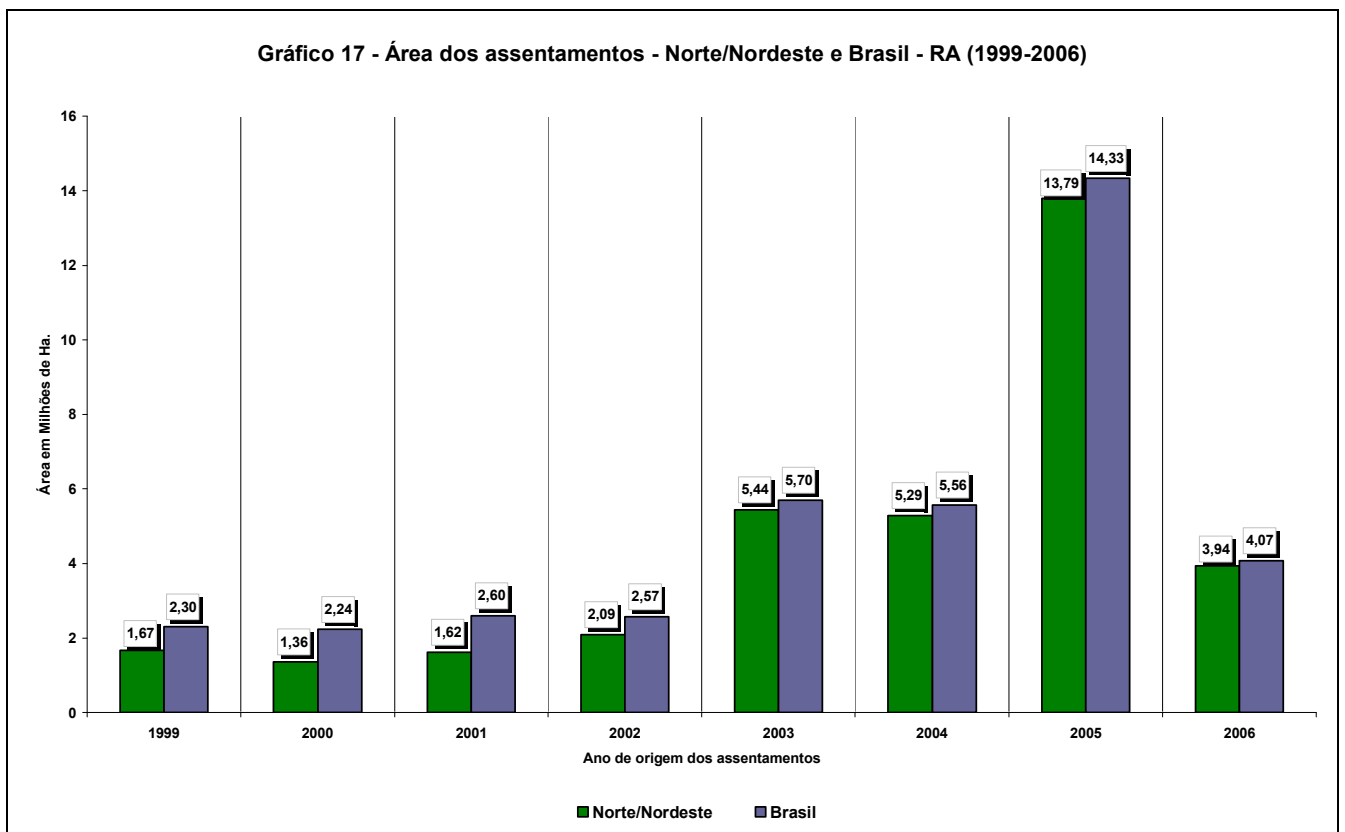
Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2008.

No gráfico 16 temos representadas as áreas destinadas aos assentamentos RA nas regiões Norte e Nordeste e em todo o Brasil, durante o segundo mandato de FHC e o primeiro mandato de Lula. No ano de 1999, 72,60% da área destinada a assentamentos RA foi das regiões Norte e Nordeste. Essa porcentagem cai para 60,71 no ano 2000, tendo um leve aumento no ano de 2001, quando chega a 62,30%. No ano de 2002 essa porcentagem sobe para 81,32%. Assim, vemos que no segundo mandato de FHC a área destinada aos



assentamentos rurais nas regiões Norte e Nordeste sempre foi maior do que a somas das demais regiões. A menor porcentagem registrada foi a de 62,30% no ano de 2001.

No ano de 2003, primeiro ano do primeiro mandato de Lula a área destinada aos assentamentos RA nas regiões Norte e Nordeste representa 95,43% do total nacional. No ano de 2004, essa tendência é mantida, com 95,14%. No ano de 2005. No ano de 2005 a porcentagem é maior ainda chegando a 96,23% e no ano de 2006 atingindo a marca de 96,80%. Portanto vemos a nítida opção do governo Lula em utilizar áreas das regiões Norte e Nordeste para a implantação de assentamentos RA. Essa tendência pode ser observada pelos tipos de assentamento que lá foram implantados por esse governo e que tem como característica o uso de extensas áreas.

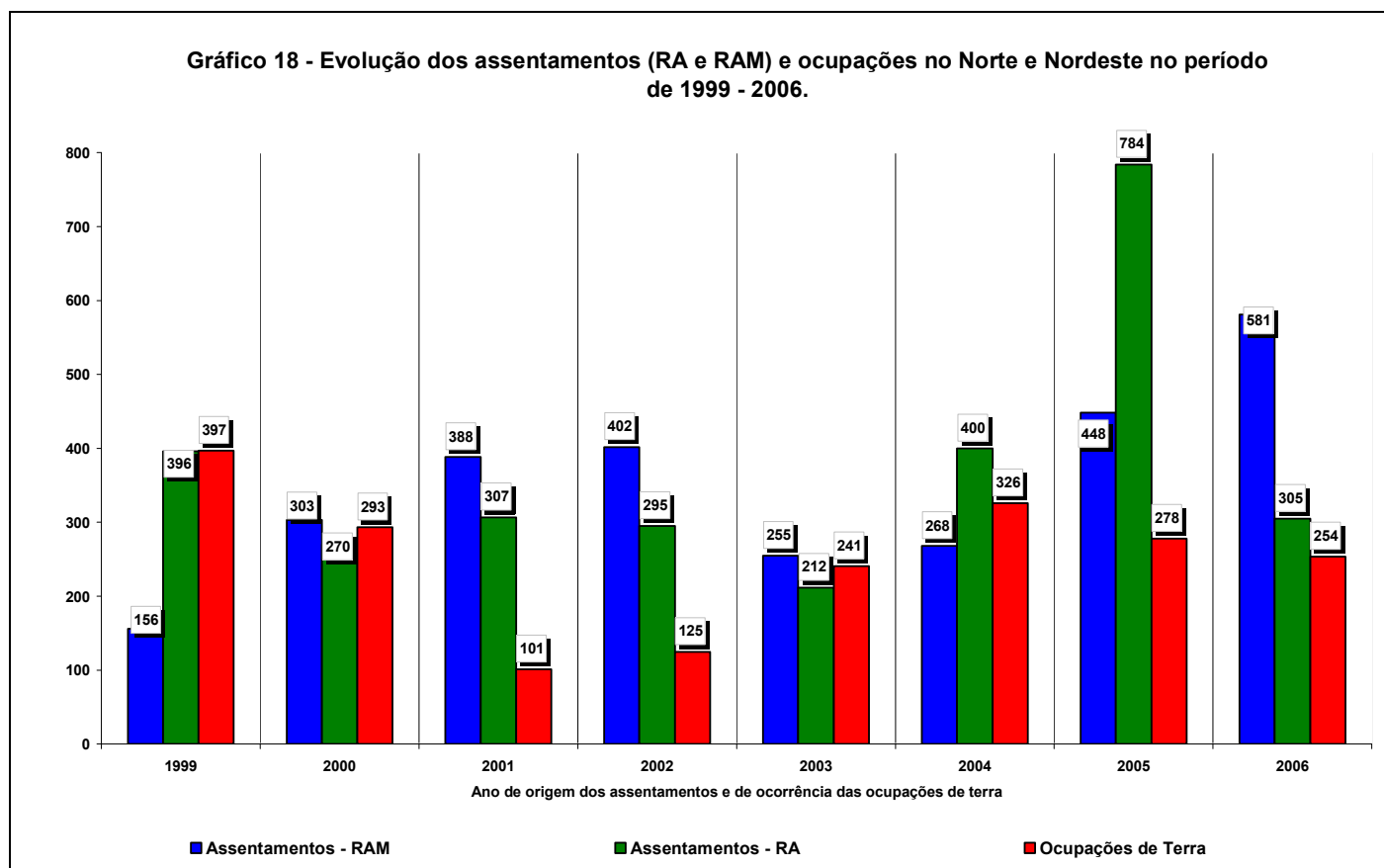


Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2008.

No gráfico 18 está representada a comparação entre a implantação de assentamentos RA e RAM e o número de ocupação, numa escala temporal que vai do segundo mandato de FHC até o primeiro mandato de Lula. Como podemos observar no segundo mandato de FHC ocorre uma queda gradual do número de ocupações e um aumento no número de

assentamentos RAM implantados. Para a queda do número de ocupações colaborou a implantação da medida provisória 2109-52, criada em 24 de maio de 2001, que impede a desapropriação da área ocupada e tira dos eventuais ocupantes o direito constitucional à reforma agrária (ROCHA, 2008). Quanto à implantação de assentamentos RA nesse governo, vemos que ocorre uma queda nos números a partir da implantação da referida medida provisória.

No período que corresponde ao primeiro mandato de Lula vemos que os números sobre ocupações sobem do primeiro ano para o segundo, o mesmo acontecendo com os números sobre assentamentos RA e RAM. No terceiro ano (2005) é registrado o maior número de assentamentos RA implantados ao mesmo tempo em que caem os número sobre ocupações de terras. No ano de 2006 os números sobre ocupações continuam caindo, o mesmo acontecendo com os números de assentamentos RA implantados. Todavia, o número de assentamentos RAM implantados sobe.



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2008.

## **10. Detalhamento dos progressos realizados**

Nesta parte apresentamos alguns progressos realizados no decorrer da pesquisa. Dentro do objetivo partindo da análise dos dados do DATALUTA, estudar as formas de organização dos territórios dos assentamentos, sua distribuição geográfica em escala nacional para debater a respeito da diversidade e da atualidade da reforma agrária, consideramos que conseguimos avançar além do proposto.

Conseguimos adquirir maiores informações sobre a tipologia de assentamentos rurais do que as que tínhamos no início da pesquisa (esses resultados podem ser observados nos quadros 5 e 6). Isso foi possível devido às pesquisas bibliográfica e documental a respeito do tema, que salientamos ser até então inédito.

A acuidade no tratamento dos dados permitiu com que recebêssemos o prêmio de melhor trabalho apresentado na área de Economia e Política do IX Congresso de Extensão Universitária da Unesp, realizado em Águas de Lindóia - SP em outubro de 2007. Os resultados da pesquisa também foram publicados em um artigo científico da revista *Ciência em Extensão* e no segundo semestre serão publicados em um livro a respeito do DATALUTA.

## **11 - Plano de trabalho e cronograma para a etapa seguinte**

### *11.1. Plano de atividades para a próxima etapa*

1. Ampliar a pesquisa bibliográfica e documental a respeito da tipologia de assentamentos e sobre as formas de aquisição dos territórios dos assentamentos.
2. Agrupar os tipos de assentamentos de acordo com os modos de uso do território: agropecuários e agroflorestais.
3. Aprofundar o debate teórico a respeito da atualidade da reforma agrária, procurando contribuir com a sua reconceitualização.
4. Levantamento permanente dos dados dos tipos de assentamentos no DATALUTA atualizando para 2008.

5. Estudo das diferentes formas de origens dos assentamentos, considerando as seguintes condições: desapropriação, doação, reconhecimento, regularização fundiária entre outros.
6. Exportação dos dados para o programa Philcarto para elaboração de mapas da distribuição espacial dos assentamentos para serem utilizados na leitura e debate a respeito da diversidade da reforma agrária.
7. Organizar novos cruzamentos das categorias assentamento, ocupações, movimentos socioterritoriais e estrutura fundiária.
8. Elaborar tabelas e gráficos para compor os textos sobre a tipologia dos assentamentos.
9. Participar de reuniões de orientação com o professor orientador.
10. Participar de colóquios do NERA.
11. Publicar os resultados em revistas especializadas.
12. Apresentar os resultados em eventos científicos.
13. Elaborar relatório parcial.
14. Elaborar relatório final.

### 11.2. Cronograma de execução do plano de atividades para a próxima etapa

ATIVIDADES	TRIM. 1	TRIM. 2	TRIM. 3	TRIM. 4
1	X	X	X	X
2			X	
3	X	X	X	X
4	X	X	X	X
5		X		
6		X		
7		X	X	X
8		X		X
9	X	X	X	X
10	X	X	X	X
11			X	X
12	X	X	X	X
13	X	X		
14			X	X

## 12. Atividades relacionadas à pesquisa

### 12.1 Reuniões e Colóquios.

#### Reunião NERA

*Data:* 21 de Setembro de 2007

*Horário:* 17:00 às 19:00 h.

*Pauta:*

- Programa DATALUTA

#### Reunião e colóquio NERA

*DATA:* 14 de Novembro

*Horário:* 17:00 às 19:00

*Pauta:*

- Relatório DATALUTA

- Livro DATALUTA
- Programa DATALUTA
- DATALUTA jornal
- Discussão a respeito da tese: A luta pela terra entre o campo e a cidade:

As Comunas da Terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios Yamila Goldfarb. Segundo a leitura do grupo, com essa dissertação fica nítido que a questão agrária não é um tema restrito a região do Pontal do Paranapanema e sim que permeia a metrópole e as cidades grandes. O PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) são assentamentos localizados em áreas protegidas ambientalmente, e que não fazem parte da lógica da propriedade privada, que possui lotes individuais. Com certeza essa nova forma de assentamento amplia o debate sobre a questão agrária para outros rumos.

#### Reunião NERA

*DATA:* 12 de dezembro

*Horário:* 16:00 às 18:00

*Pauta:*

- Diálogo com professor Bernardo sobre sua visita a Cuba e a China. No qual foi relatado pelo professor, sua compreensão do momento político cubano e chinês, comparando as duas formas de governos e suas perspectivas de crescimento e desenvolvimento ante a globalização e ao sistema capitalista.

#### Reunião NERA

*DATA:* 21 de janeiro de 2008

*Horário:* 8:00 às 12:00

*Pauta:*

- Preparação para o encontro que acontecerá em agosto sobre os campo no Brasil e na Espanha.
- Bolsas no exterior.
- Cátedra da UNESCO
- Preparação de artigos a serem publicados no livro sobre o DATALUTA.
- Andamento dos relatórios.
- DATALUTA Jornal.

- Programa DATALUTA.

#### Reunião NERA

*DATA:* 23 de janeiro de 2008

*Horário:* 8:00 às 12:00

*Pauta:*

- Nesta reunião discutimos a estrutura funcional do NERA. Discutimos também a importância e as responsabilidades de cada membro do grupo e a relevância de cada projeto na estrutura do núcleo.

#### Colóquio NERA

*DATA:* 26 de fevereiro de 2008

*Horário:* 14:00 às 17: 45

*Pauta:*

- Neste colóquio discutimos os procedimentos metodológicos do DATALUTA Jornal. Foi-se decidido que novos temas passariam a fazer parte do acervo, haja vista que o conceito de reforma agrária tem passado por mudanças nos últimos anos. O professor e historiador Clifford Andrew Welch apresentou algumas técnicas para melhor aproveitamento do acervo.

#### Reunião NERA

*DATA:* 01 de abril de 2008

*Horário:* 14:00 às 18:00

*Pauta:*

- Boletim informativo sobre o DATALUTA.
- Conferência dos dados sobre assentamentos rurais do DATALUTA.
- Página do NERA na internet.
- Cadastro dos movimentos socioterritoriais.
- Confrontação dos dados sobre ocupações do DATALUTA.

- Reunião com o LAGEA - Laboratório de Geografia Agrária, da Universidade Federal de Uberlândia.
- Elaboração dos artigos a serem publicados no livro sobre o DATALUTA.
- Atividades do DATALUTA Jornal.
- Participação no ENG - Encontro Nacional de Geógrafos, que acontecerá no mês de julho em São Paulo.
- Participação no LASA - Latin American Studies Association, que acontecerá no ano de 2009, na cidade do Rio de Janeiro.
- Elaboração dos relatórios de iniciação científica do grupo.
- Novos projetos.
- Estágio internacional.

Colóquio DATALUTA (com a participação de integrantes do NERA e do LAGEA).

*DATA:* 16 de abril de 2008

*Horário:* 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00

*Pauta:*

- Livro DATALUTA
- Programa DATALUTA
- Comunicação Coordenada - ENG/2008
- Cooperação Internacional
- Cooperação Institucional
- Metodologia DATALUTA
- Relatório DATALUTA – ISSN

Colóquio NERA

*DATA:* 07 de maio de 2008

*Horário:* 14:00 às 18:00

*Pauta:*

- Debate sobre o livro “A teoria dos movimentos sociais” de Maria da Glória Gohn.



- Debate sobre a atualidade da reforma agrária brasileira.
- Discussão sobre a relação entre ocupações de terras e a implantação de assentamentos rurais.
- Boletim DATALUTA
- Procedimentos metodológicos do DATALUTA Jornal.

#### 12.2. Participação em eventos.

- VIII Semana de Geografia e III Encontro de Licenciatura em Geografia – 06 a 10 de agosto de 2007;
- “O Avanço Tecnológico e o Futuro do Emprego” – 14 de agosto de 2007
- II Conferência Municipal da Cidade de Presidente Prudente – 15 de agosto de 2007.
- III Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária – “Jornada Orlando Valverde” – Campesinato em Movimento – 10 a 14 de outubro de 2007;
- Trabalho de campo: Produção Camponesa na Micro bacia do Ribeirão Jacutinga – 10 a 14 de outubro de 2007;
- Congresso de Iniciação Científica da Unesp e participação da oficina: “Instrumentos de pesquisa científica na Internet”.

#### 12.3. Trabalhos apresentados em eventos

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. Metodologia DATALUTA: versão assentamentos. In: III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E IV SIMPOSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, “Jornada Orlando Valverde – Campesinato em Movimento”, 3, 2007, Londrina.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. DATALUTA: Banco de Dados da Luta pela Terra. In: CONGRESSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA UNESP. – IV, 2007, Águas de Lindóia.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. Metodologia DATALUTA Jornal: uma contribuição aos estudos em Geografia Agrária. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESP – CIC, XIX, 2007, Araraquara.

#### *12.4. Publicações*

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **DATALUTA**: Banco de Dados da Luta pela Terra. In: *Ciência em extensão*. São Paulo 2007.

#### *12.5. Premiações*

Evento: IV Congresso de Extensão Universitária da Unesp, em Águas de Lindóia – SP.

Prêmio: O trabalho “DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra” foi premiado com o primeiro lugar nos trabalhos em forma de pôster.

### **Considerações finais**

Dentro da nossa proposta de através do estudo da tipologia dos assentamentos rurais das regiões Norte e Nordeste compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira, chegamos ao fim do relatório. Vimos que na região Norte está a maior diversidade de projetos de assentamentos rurais RA das duas macrorregiões. Esses assentamentos representam a maior parte do território dos assentamentos rurais RA no país. Isso não só devido à política de colonização implantada pelo governo militar na região. Também tem colaborado para isso a luta dos povos da floresta, conquistando a implantação de assentamentos como o FLONA, o RESEX e o RDS, que ocupam extensas áreas. Mesmo que esses assentamentos não tenham como princípio à desapropriação de terras, eles têm garantido que extensas áreas permaneçam sob controle do campesinato. Isso porque o agronegócio fica impossibilitado de se territorializar por essas áreas, já que estas configuram um território camponês. Podemos ver, através da exposição dos dados sistematizados, como os assentamentos RAM ainda não têm se territorializado pela região Norte. O único Estado dessa região que possui assentamentos oriundos da reforma agrária de mercado é o Tocantins. Todavia, os números são pequenos se comparados com os Estados da região Nordeste.

Na região Nordeste o número de assentamentos RA é menor do que os da região Norte, apesar dessa região ser a que possui maior quantidade de assentamentos no Brasil. Podemos ver que a maior parte dos assentamentos dessa região são PA's e PE's, que tem

como origem, na maior parte dos casos, a desapropriação de terras. Ainda nessa região estão localizados tipos de assentamentos que tem origem através da regularização fundiária de antigos habitantes como os PFP's, na região do Médio São - Francisco. No que tange aos assentamentos de Reforma Agrária de Mercado da região Nordeste vemos que os números são bem maiores do que os da região Norte. Dos sete tipos de assentamento RAM que temos registrados no DATALUTA, a região possui todos.

Na análise feita a respeito do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso podemos observar que nesse período ao mesmo tempo em que diminui o número de assentamentos RA implantados, sobem os números de assentamentos RAM. Esse fato também é acompanhado de uma queda nos número referentes às ocupações de terra, devido à repressão imposta pelo governo federal.

No primeiro mandato de Lula na presidência vimos que é acentuada a tendência de se implantar assentamentos RA nas áreas da Amazônia. Esses assentamentos têm como característica a posse de extensos territórios. Também no governo Lula é dada continuidade de implantação de assentamentos de Reforma Agrária de Mercado. Os números registrados são maiores do que os registrados no governo de FHC.

Na próxima etapa pretendemos atualizar todos os dados dos assentamentos de reforma agrária e de reforma agrária de mercado para o ano de 2008 e observar se as tendências políticas analisadas se mantêm ou se há mudanças. Com os dados atualizados, pesquisaremos as diferentes formas de origens dos assentamentos, considerando as seguintes condições: desapropriação, doação, reconhecimento, regularização fundiária entre outros. A necessidade de estudar as origens dos assentamentos se justifica pela nova realidade construída com as políticas de reforma agrária dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inacio Lula da Silva. Essas políticas criaram uma discrepância entre os dados fornecidos pelo próprio Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, pelo fato de encontramos assentamentos com diferentes datas de origens. Nesta etapa, analisaremos os assentamentos das regiões Norte e Nordeste.

## Referência bibliográfica

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento, 2004.

COLETTI, Claudinei. **A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. Campinas, 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

DELGADO, Guilherme Cassel. Lula abandonou a reforma agrária, diz pesquisador. **Brasil de Fato**, 18, abr, 2008. Caderno Nacional.

FABRINI, João Edimilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra do Centro - Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. Presidente Prudente, 2002. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

FAO - Food and Agriculture Organization. A reforma agrária no século XXI: não basta distribuir terras. Brasília, DF: FAO, 2008. Disponível em: <[https://www.fao.org.br/download/cr\\_imprensa8.pdf](https://www.fao.org.br/download/cr_imprensa8.pdf)>. Acesso em: 07 maio 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, João Pedro. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST: formação e territorialização**. Hucitec. São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. (coord.) et al. **DATALUTA: Banco de Dados da Luta Pela Terra**, 2006. Presidente Prudente: FCT/NERA, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. **Revista Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, 2008, no prelo.

GARCIA, Antonio. **Sociologia de la Reforma Agrária em América Latina**. Buenos Aires: Amorroutu, 1973.

GERMANI, Guiomar; OLIVEIRA, Gilca G. **Assentamentos Rurais no Médio São Francisco (Bahia-Brasil): Políticas Públicas, Conflitos e Resistências**. In: VII CONGRESO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 2006, Quito. **Anais eletrônicos**. Quito, 2006. Disponível em: <<http://www.baseportal.com/cgi-bin/baseportal.pl?htx=/HdeBarros/VIICongresoALASRU&db=VIICongresoALASRU&cmd=list&range=160,40&cmd=all&Id=152>>. Acesso em: 09 abr de 2008..

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária** - o impossível diálogo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

INCRA. **Governo Federal assenta 381 mil famílias em quatro anos.** <http://www.incra.gov.br/>. Publicado em: 30/01/2007. Acesso em: 02/04/2008.

LEAL, Gleison Moreira. **Impactos socioterritoriais dos assentamentos do município de Teodoro Sampaio – SP.** Presidente Prudente, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós–Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente.

MST - MOVIMENTODOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA. Reforma agrária. São Paulo: MST, 2007. Disponível em: <  
<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4518>>. Acesso em: 07 maio 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: Monopólio, expropriação e conflitos.** Campinas. Papirus, 1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo. Labur Edições. 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **Questão agrária em Sergipe: um estudo comparativo entre mutuários do crédito fundiário e assentados dos projetos de reforma agrária - 2003 - 2006.** Presidente Prudente, 2007. Relatório de Qualificação (Doutorado em Geografia) Programa de Pós–Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente.

ROCHA, Herivelto Fernandes. De Sarney a Lula: a luta pela terra e a implantação de assentamentos rurais no Brasil. In: **DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra,** Presidente Prudente. Expressão Popular, 2008, no prelo.

SILVA, Anderson Antônio. **RIST - Relatório de Impactos Socioterritoriais: Desenvolvimento territorial e políticas públicas no Pontal do Paranapanema.** Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/dgeo/nera/teses/ANDERSON.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2007.

SILVA, José Gomes da. A Reforma Agrária Brasileira no Limiar do ano 2000. **Revista Adusp,** São Paulo, vol. 5, pg. 6-14. jan. 1996.

SILVA, Silvio Simeone da. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-Acreana.** Presidente Prudente, 2005. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós–Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente.

SILVA, Rusvênia Luiza. Batista. Rodrigues. **Sobre o camponês do sertão: produção do espaço e identidade camponesa em assentamentos do município de Goiás – GO.**

Presidente Prudente, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente.

## **Bibliografia**

ANDRADE, Manoel Correia. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo. Duas Cidades, 1980.

ANDRADE, Manoel Correia. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo. Ática, 1986.

ANDRADE, Manoel Correia. **O Nordeste e a Nova República**. Recife. ASA Pernambuco, 1987.

BERGAMASCO, Sonia Maria. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo. Terceira Margem, 2003.

BRASIL. Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Disponível em:  
<<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L4504.htm>.> Acesso em: 09 abr de 2008.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da Reforma Agrária**. In: Revista ADUSP nº34. Curitiba, 2005.

CASSEL, Guilherme. **A atualidade da Reforma Agrária**. Folha de São Paulo, 4 de março de 2007. Disponível em: <  
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0403200709.htm>. Acesso em: 05/03/2007.>

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST no contexto da formação do campesinato no Brasil. In: STROZAKE, Juvelino José. **A questão agrária e a justiça social**. São Paulo. Revista dos Tribunais, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Impactos socioterritoriais da luta pela terra e a questão da reforma agrária: uma contribuição crítica a publicação e a qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. In: **BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Assentamentos em debate**. NEAD. Brasília, 2005. p. 113-132.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. In: Encuentro de Geógrafos da América Latina, 6., 2007, Bogotá. Geopolítica, globalización y cambio ambiental retos en el desarrollo latinoamericano. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2007. v.1.

GOLFBARTT, Yamila. **A luta pela terra entre o campo e a cidade: as Comunas da Terra do MST, sua gestação, principais atores de desafios**. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

- GRAZIANO, Francisco. **Qual a Reforma Agrária?** Rio de Janeiro. Vozes, 1996.
- MARTINS, José de Souza. **A Reforma Agrária nos limites da Democracia.** São Paulo. Hucitec, 1986.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: a questão política no campo.** São Paulo. Hucitec, 1991.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **A formação dos assentamentos no Brasil.** Porto Alegre. Da Universidade, 1999.
- NOVAES, Regina Reyes. Três mulheres de luta: notas sobre campesinato e Reforma Agrária no Brasil. In: CHEVITARESE, André Leonardo (org). **O campesinato na História.** Rio de Janeiro. Relume Dumará. 2002. p. 215-231.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Org.). **O Campo No Século XXI.** São Paulo. Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.
- PEREIRA, João Marcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implantação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial.** Revista NERA, ano 8 – nº6. Presidente Prudente, 2005.
- RANIERI, S.B.L. Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil. In: SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira.** São Paulo. Páginas e Letras, 2003.
- RESENDE, Marcelo; MENDONÇA, Maria Luisa. **Violência no campo. Rev. Reforma Agrária,** vol. 32, nº 1, ago/dez 2005, p. 45-48.
- SCOLESE, Eduardo. **A reforma agrária.** . São Paulo. Publifolha, 2005.
- SILVA, José Gomes. **A reforma agrária no Brasil.** Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1971.
- STEDILE, João Pedro (Org.). **A Reforma Agrária e a Luta do MST.** Rio de Janeiro. Vozes, 1997.
- STEDILLE, João Pedro; GORGEN, Frei Sérgio Antonio. **Assentamentos, a resposta econômica da reforma agrária** Vozes. Rio de Janeiro, 1991.
- STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária hoje.** Porto Alegre. Editora da Universidade, 1994.
- STEDILLE, João Pedro; GORGEN, Frei Sérgio Antonio. **A luta pela terra no Brasil.** São Paulo. Pagina Aberta, 1993.
- VEIGA, José Eli da. **A Reforma que Virou Suco.** Rio de Janeiro. Vozes, 1990.

WOORTMANN, Ellen F. **Significados da terra**. Brasília. UNB, 2004.